Andrius Estevam Noronha

INSTITUIÇÕES E ELITE POLÍTICA DE SANTA CRUZ DO SUL NO CONTEXTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA FUMAGEIRA (DÉCADAS DE 1960 E 1970).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul como requisito parcial e último para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.
Orientador: Mozart Linhares da Silva

Santa Cruz do Sul, Fevereiro de 2006.

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Dedico essa dissertação especialmente ao meu pai e minha mãe. Também a todos os familiares que me apoiaram durante o mestrado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao Professor Mozart Linhares da Silva por ter me orientado durante o Mestrado e possibilitado alargar meus horizontes com novas abordagens teóricas. A CAPES minha eterna gratidão por me proporcionar essa possibilidade de ouro que foi a bolsa integral. Agradeço também aos colegas de curso, aos professores e as secretárias do Mestrado em Desenvolvimento Regional. Ao professor de inglês Nelson Wagner que acompanhou minha trajetória durante os dois anos de Mestrado e com competência me deu aulas de inglês durante esse período. Ao professor Marco André Cadoná por ter me escolhido bolsista em 2001, visto que aquela pesquisa deu base para elaborar o projeto do Mestrado, além disso, Cadoná cedeu uma parte importante do material empírico utilizado nessa dissertação. Ao Professor Flávio Heinz por ter me auxiliado e cedido os materiais de sua pesquisa sobre o perfil da elite política de Santa Cruz do Sul. Agradeço também ao Éder Silveira por ter esclarecido importantes dúvidas durante o Mestrado. Ao professor José Remedi por ter me dado apoio para ingressar no Mestrado em Desenvolvimento Regional. Aos amigos do Diretório Central dos Estudantes (gestão 2005) e do Diretório acadêmico de História e Geografia Rosa Luxemburgo que foram parte da minha formação acadêmica e política.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo a análise dos posicionamentos da elite política de Santa Cruz do Sul nas instituições como a Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul (ACI), Sindicato da indústria do fumo (Sindifumo), Associação dos fumicultores do Brasil (Afubra), Festa Nacional do Fumo (Fenaf) e o jornal Gazeta do Sul. Limitamos a análise na atuação das entidades ligadas ao setor fumageiro no contexto de acelerada internacionalização desse setor a partir de 1966. A escolha dessas entidades se deve pela importância estratégica que elas representam para a projeção da elite política de Santa Cruz do Sul e por estarem presentes nas discussões em torno do desenvolvimento da economia regional. O período de analise deste estudo é a década de 1960 e 1970, período esse marcado pelo processo de desregulamentação da indústria local e a acelerada inserção do capital estrangeiro na economia, nomeadamente a do setor fumageiro. As condições históricas que desencadearam o processo de internacionalização da economia fumageira e o comportamento da elite política de Santa Cruz do Sul nos permite entender como a economia fumageira passou a ser central nos debates sobre o desenvolvimento de Santa Cruz do Sul. Para alcançarmos os objetivos propostos dividimos essa dissertação em três capítulos. O primeiro problematiza a categoria elite política, levando-se em consideração a formação do Estado-nação e as instituições da sociedade civil e a formação da elite política nesse processo e sua atuação em contextos regionais, visto que o projeto de homogeneização do Estado-nação encontrou obstáculos nas comunidades regionais. O segundo aborda a formação da elite política de Santa Cruz do Sul na primeira metade do século XX, período esse que a economia fumageira de capital nacional (regional) passa a se consolidar como centro nas estratégias de desenvolvimento da elite política local. Nesse capítulo ainda abordamos a relação entre o discurso desenvolvimentista da elite política no quanto ao sucesso da economia fumageira e o reforço da identidade cultural/étnica germânica, assim como os problemas criados pela assimilação forçada do nacionalismo do Estado Novo durante o governo Vargas (1930-1945). O terceiro capítulo aborda o engajamento da elite política nas instituições citadas no contexto da internacionalização da economia fumageira, bem como o papel que cada instituição cumpriu no processo de internacionalização, a pressão da conjuntura econômica nacional e internacional na desregulamentação da economia fumageira e o posicionamento da elite política de Santa Cruz do Sul frente a esse processo. As considerações finais apontam para a ruptura das práticas tradicionais que inviabilizavam o processo de modernização da economia fumageira, fundamental para a aceitação do capital estrangeiro em que esteve assentado sobre uma ética do empreendedorismo de capital cultural germânico norteado pelo forte caráter comunitário.

ABSTRACT

This study aims at analyzing the posture of the political elite of Santa Cruz do Sul as part of associations like the Commercial and Industrial Association of Santa Cruz do Sul (ACI), The Union Tade of the tobacco processing companies (Sindifumo), the tobacco growers' association (Afubra), the National Tobacco Festival (Fenaf) and Gazeta do Sul Paper. The study is limited to the influence of these entities regarding the context of an accelerated internationalization of this sector from 1966 onward. These organizations were selected due to their strategic importance in the prominence of the political elite of Santa Cruz do Sul, and also for their presence in all debates about local and regional development. The study focuses on the decade 1960/1970, in which remarkable deregulation process of the local industry and increasing intervention of international capital, mainly in the tobacco sector, took place. The historical conditions that gave rise to that internationalizing process in the tobacco-based economy, along with the posture of that political elite, leads to the comprehension of how the tobacco-based economy became the key subject of all debates regarding development in Santa Cruz do Sul. For a clear comprehension, this dissertation is divided into three chapters. The first aims at defining political elite, regarding the building of the state/nation and civil associations as well as the way this political elite was build up during this process, and their attitude regarding regional context, since the regional communities withstood the national project of homogeneous State/Nation. The second chapter focuses on the building of the political elite of Santa Cruz do Sul in the early 1900, when the tobacco-based economy, with regional and national capital, becomes the central strategy for the local political elite. Also, there is a focus on the relation between the political elite developmental discourse claiming the success of the tobacco-based economy and, at the same time, reinforcing the German ethnical/cultural identity of the local people, along with the problems of an imposed nationalism in the so-called New State during the Getúlio Vargas's regime (1930-1945). The third chapter focuses on the commitment of the initially mentioned associations with the internationalization of the tobacco-based economy and the role that each of these associations played in the internationalizing process, as well as the pressure of the national and international state of economy on the deregulation of the tobacco-based economy, and the posture of the political elite of Santa Cruz do Sul regarding this process. Finally, the study points out the breakdown of the traditional processes that stopped from updating the tobacco-based economy, which was essential to its acceptance by the international capital, viewing it from the point of an ethical German cultural capital entrepreneurship, with strong communitarian characteristic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....08

1) A ELITE POLÍTICA: PROBLEMATIZAÇÃO CONCEITUAL.....12

1.1) A elite política e Estado moderno.....18

1.2) A elite política e as Instituições da Sociedade Civil Organizada.....25

1.3) A elite política regional e comunidade.....30

2) A ELITE POLÍTICA DE SANTA CRUZ DO SUL NO CONTEXTO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA FUMAGEIRA – DÉCADAS DE 1930 A 1960.....40

2.1) O comportamento da elite política de Santa Cruz do Sul.....43

2.2) O impacto da economia fumageira na atuação da elite política de Santa Cruz do Sul.....59

2.3) Cultura e comunidade da elite política de Santa Cruz do Sul.....71

3) INSTITUIÇÕES E ELITE POLÍTICA DE SANTA CRUZ DO SUL NO CONTEXTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR FUMAGEIRO

NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970.....79

3.1) O engajamento da elite política nas instituições de Santa Cruz do Sul.....85

3.1.1) O engajamento da elite política na Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul.....87

3.1.2) A participação da elite política no complexo de entidades do setor fumageiro na década de 1960: Sindifumo, Afubra e Fenaf.....94

3.1.3) A elite política e o jornal Gazeta do Sul.....101

3.2) A elite política no processo de internacionalização da Indústria Fumageira de Santa Cruz do Sul.....108

3.2.1) A Industrialização brasileira e o capital estrangeiro (1930 – 1970).....111

3.2.2) O processo de internacionalização da economia fumageira em Santa Cruz do Sul.....117

3.2.3) O posicionamento da elite política de Santa Cruz do Sul no processo de internacionalização da economia fumageira.....123

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....130

REFERÊNCIAS.....135

ANEXOS.....143

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como objetivo analisar o papel da elite política[1] de Santa Cruz do Sul no contexto de internacionalização da economia fumageira no período compreeendido entre os anos de 1960 e 1970. A análise da ação política desse segmento, dentro de uma perspectiva histórica, contribui para a compreensão do desenvolvimento regional, nomeadamente o de Santa Cruz do Sul, no período proposto. Esta análise permite inferir as estratégias políticas que ajudaram a elite local a fortalecer as instituições que ao mesmo tempo, lhe garantiram a manutenção de seu poder político e permitiram o desenvolvimento de uma nova agenda político-econômica voltada ao capital internacional. Nesse caso, a análise focará a atuação da elite política de Santa Cruz do Sul em instituições como a Associação Comercial e Industrial (ACI), o Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo), a Festa Nacional do Fumo (Fenaf), a Associação dos fumicultores do Brasil (Afubra) e o Jornal Gazeta do Sul. Consideram-se, ainda, as estratégias da elite política regional para a vinculação entre o desenvolvimentismo econômico e o discurso de uma identidade étnico-cultural germânica o que permite entender o posicionamento dessa elite na relação entre capital

[1] A utilização do termo *elite política* no singular, não implica que exista uma homogeneidade desse segmento em Santa Cruz do Sul. A utilização no singular deve-se por uma opção conceitual em torno das relações e do engajamento comunitário dessa elite em Santa Cruz do Sul.

internacional, nomeadamente do setor fumageiro, e os aspectos ligados à tradição comunitária da região.

Quanto ao tema da pesquisa, ela propõe-se a abordar três questões: a primeira diz respeito à coerência ideológica da elite política de Santa Cruz do Sul que, através de seu engajamento nos setores públicos, privados e associativos, construiu estratégias políticas e econômicas que estimularam o crescimento econômico do município, bem como o discurso desenvolvimentista que legitimou tais estratégias. A segunda questão enfoca o posicionamento político da elite local no processo de internacionalização da indústria fumageira decorrente da abertura da economia ao capital estrangeiro no período estudado. Num terceiro momento procura-se apontar de que modo instituições como ACI, Sindifumo, Afubra, Fenaf e a Gazeta do Sul, serviram à elite política de Santa Cruz do Sul na implementação de políticas para o desenvolvimento regional, e para o fortalecimento de seu poder político local.

A bibliografia existente sobre o comportamento político da elite de Santa Cruz do Sul e suas estratégias institucionais para o entendimento do desenvolvimento regional no período da implantação da ditadura militar é ainda lacunar. Ela compreende especialmente as pesquisas de Krause (2002) relativas ao período da República Velha (1889 – 1930) e relaciona o comportamento político da elite comercial com sua filiação religiosa, e de Heinz (2000), que aborda a genealogia da elite política de Santa Cruz do Sul no mesmo período, e Cadoná (2002), que aborda o comportamento da burguesia industrial de Santa Cruz do Sul no período de industrialização e internacionalização da indústria fumageira (1940 a 1976).

Para desenvolver essa pesquisa adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: em primeiro lugar, lançamos um enfoque teórico sobre a categoria "elite política" nas áreas da história, sociologia e ciência política, com o objetivo de precisarmos a análise do ponto de vista conceitual. Ainda, realizamos uma revisão bibliográfica contextualizando o desenvolvimento econômico e político de Santa Cruz do Sul e a formação de sua elite política no período de industrialização e internacionalização da economia fumageira, além de uma revisão bibliográfica sobre as mudanças e rupturas no contexto político, econômico e social do Brasil, do Rio Grande do Sul e mais especificamente de Santa Cruz do Sul.

Em segundo lugar, visando entender a formação e posicionamento estratégico da elite política regional no processo de internacionalização da economia fumageira, realizamos análises das fontes documentais nas instituições anteriormente citadas e os noticiários no jornal Gazeta do Sul. Como complemento, realizamos, com os mesmos objetivos, entrevistas sobre o tema com membros da elite política que tiveram atuação destacada no contexto estudado. Quanto às relações entre elite política e identidade étnico-cultural, fizemos uma análise do seu discurso, procurando apontar os enunciados comunitaristas nas fontes citadas, focalizando em especial o posicionamento do jornal Gazeta do Sul, o veículo estratégico de ligação entre a elite política e a comunidade regional.

Para alcançarmos os objetivos propostos e as problemáticas levantadas, dividimos esta dissertação em três capítulos.

O primeiro categoriza “elite política”, no contexto de formação do Estado-nação e as instituições da sociedade civil, e a sua formação nesse processo, além de sua atuação no contexto regional, visto que o projeto de homogeneização do Estado-nação encontrou obstáculos nas comunidades regionais.

O segundo, aborda a formação da elite política de Santa Cruz do Sul na primeira metade do século XX, período em que a economia fumageira de capital nacional e regional passa a se consolidar como foco central das estratégias de desenvolvimento da elite política local. Nesse capitulo ainda é abordada a relação entre o discurso desenvolvimentista da elite política no que diz respeito ao sucesso da economia fumageira e a identidade étnico-cultural germânica, assim como os problemas criados pela assimilação forçada do nacionalismo durante o Estado Novo, no governo Vargas (1930-1945).

O terceiro capítulo aborda o engajamento da elite política nas instituições acima citadas, no contexto de internacionalização da economia fumageira, o papel que cada instituição cumpriu no processo de internacionalização, a pressão da conjuntura econômica nacional e internacional na desregulamentação da economia fumageira e o posicionamento da elite política de Santa Cruz do Sul frente a esse processo. As considerações finais apontam para a ruptura das práticas tradicionais e a modernização da economia fumageira, fundamental para a inserção do capital estrangeiro, assentadas sobre uma ética do empreendedorismo de capital cultural germânico norteado pelo forte caráter comunitarista.

1 – A ELITE POLÍTICA: PROBLEMATIZAÇÃO CONCEITUAL

O conceito de elite exposto nesse trabalho tem como parâmetro o campo da história, sem descuidar das contribuições que a sociologia e ciência política oferecem nos estudos desse conceito clássico das ciências humanas. Para Norberto Bobbio "em uma sociedade, existe sempre, e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada" (1992: 386). O extrato da sociedade que reúne condições para exercer estrategicamente o controle do poder decisório no campo político, ideológico e econômico é essa minoria nomeada elite política. Bobbio (1992) destaca que este segmento detém o controle do campo político na maioria das sociedades tradicionais ou modernas e, estando organizada institucionalmente, pode, em última instância, recorrer à força para tornar válidas suas decisões.

Georg Simmel (1983) adota o conceito de aristocracia e afirma que ela só pode existir se for relativamente pequena. O autor afirma que a condição vital para a

manutenção e reprodução da aristocracia é que seus grupos sejam relativamente ou absolutamente pequenos. O tamanho do grupo é o elemento central na análise de Simmel ao explicar a capacidade de controle do poder político por parte da aristocracia. Para ele, o pequeno grupo possui capacidade de se apropriar da personalidade de seus membros, e esse é o verdadeiro caráter da sua força. Já grupos grandes, apresentam diversidade de interesses: "a ausência de órgãos grupais, de reservas e de elementos transitórios e relativamente indefinidos, torna difíceis a modificação e a adaptação" (Simmel, 1983: 96). Por isso, ao se pensar elite política, na visão de Simmel, é importante levarmos em consideração a peculiar mistura sociológica da organização grupal dos indivíduos, que podem estar em posição superior ou de subordinação.

De acordo com Jean Duma (2003: 101), os critérios tradicionais para caracterizar "elite" podem ser identificados por cinco pontos fundamentais: "o nível de fortuna, o peso da genealogia, as funções ocupadas, a questão da identidade de um grupo e a maneira pela qual ela vai se definir através de um culto da distinção e da aparência". Esses elementos já são tradicionais nos estudos sobre elite e nos oferecem a possibilidade de definir com clareza os mecanismos de reprodução social desse segmento; eles são os principais critérios para a definição política desse termo nas ciências humanas, porque, em praticamente todas as sociedades, encontramos pelo menos um desses elementos nos grupos de comando das áreas políticas, econômicas e sociais.

Na mesma linha de pensamento, Flávio Heinz (1999) afirma que a elite não poderia ser pensada unicamente na forma econômica ou política, porque a busca por riqueza, influência, prestígio, genealogia e conhecimento não seriam redutíveis a uma ou outra dessas dimensões.

Na análise clássica do conceito de elite nos estudos de Vilfredo Pareto (1996) e Gaetano Mosca (1975), evidencia-se a capacidade de engajamento desse segmento na manutenção de estruturas sociais que possam garantir seu prestígio, o monopólio do poder político e, ainda, incentivar condições para as transformações nas relações econômicas, sociais e políticas, com a manutenção de sua posição de comando. Para estes dois autores o conceito de elite é a chave das pesquisas no campo das ciências sociais. Para eles, entender as relações do poder político nas distintas sociedades durante a história, passa a ter um componente novo na elaboração teórica dos cientistas sociais. O termo *elite* possui uma flexibilidade conceitual ampla, mas é utilizado majoritariamente em pesquisas para classificar setores que detém o poder político ou econômico. Além disso, o conceito nomeia estratos sociais vinculados à burocracia, ao conhecimento, à religião, sem mencionar os grupos estrategicamente organizados em sociedades secretas, como a maçonaria.

Assim fica claro que a elite política possui uma origem social descentralizada, muitas vezes estrategicamente articulada nas instituições da sociedade civil, o que significa que não é apenas a burocracia estatal que fornece projeção política. E esse é um elemento fundamental para se entender a elite política: ela não se restringe genericamente a semelhanças de origem econômica, social ou cultural, mas de a

coordenada capacidade de intercâmbio estrutural. O fator econômico, burocrático, religioso e intelectual, entre outros, fornece todas as condições para os mecanismos de reprodução social desse segmento.

Pareto (1996) é um economista que abre a discussão sobre a teoria da elite na modernidade[2], usando o conceito de *elite dirigente.* O autor aponta dois elementos na forma de atuação desse segmento: a persuasão e a capacidade de exercer a força. Para o autor, a noção de elite está centrada na qualidade de um segmento em todas as relações sociais. No caso do governo, ele afirma haver uma circulação da elite, um processo de renovação contínua. De acordo com Pareto: "A História nos ensina que as classes dirigentes sempre tentaram falar ao povo a linguagem que elas acreditavam não ser a mais verdadeira, mas a que melhor convinha ao objetivo a que elas se propunham" (1996: 79).

[2] Wright Mills (1965) em nota, afirma que Pareto é pioneiro na literatura moderna de classificar estratos que possuem ou adquirem algum tipo de valor estamental na época atual. Pareto chama de elite os que sabem mais, os que ganham mais, os que mandam mais, etc. em comparação aos que nada conseguem.

De acordo com José Murilo Carvalho (1996), podemos apontar duas críticas estruturais à teoria da elite desenvolvida por Pareto: primeiro a vinculação que ele tenta fazer entre ciclo político e econômico com psicologismo fechado de força e persuasão, o que não caberia na análise dos países socialistas e nem nas sociedades capitalistas avançadas. Em segundo lugar, Carvalho (1996) aponta uma restrição metodológica na abordagem teórica desenvolvida por Pareto, ao limitar as noções de elite exclusivamente à questão força e persuasão: "a classificação dos regimes políticos de acordo com o menor ou maior uso da força e persuasão é de pouca utilidade por deixar de lado uma série de outras dimensões importantes e impelir a distinção dentro dos dois grupos" (Carvalho, 1996, p. 22).

Gaetano Mosca (1975), fundamenta sua teoria da elite no conceito de *classe política*. O autor afirma que o monopólio de poder está justamente centrado na habilidade do controle de alguma força social (a religião, o dinheiro ou armas) que seja hegemônica em determinados grupos sociais. A transformação social, para Mosca está justamente ligada à obtenção dessa força social. O grupo que conseguir incorporar a força social predominante na sociedade deterá o poder. Ainda, de acordo com Mosca, a civilização evoluiu com base na formação de regras morais: "Tudo isso não podia ser conseguido senão pela reunião de numerosos grupos humanos, a fim de formar uma sociedade única cuja organização estivesse fundada essencialmente sobre a colaboração, consciente ou inconsciente, dos indivíduos que dela fizessem parte" (Mosca, 1975: 14). Essa colaboração estaria por trás dos mecanismos de desenvolvimento da força social. As sociedades mulçumanas, as sociedades agro-exportadora, as sociedades industriais são alguns exemplos apontados por Mosca.

A crítica à tese de Mosca baseia-se na sua limitação "sociologista": *"uma coisa leva a outra"* como aponta Carvalho (1996). De acordo com Mosca, numa sociedade que possui um predomínio social baseado na monocultura haverá governo oligárquico; se houver predomínio social baseada na religião, como no islamismo, terá governo sacerdotal, e assim por diante. Essa tese não explica a noção de classe política na formulação e na manutenção das estruturas institucionais de poder, principalmente quando se analisa a forma de organização com que as classes políticas (utilizando aqui o termo de Mosca) se articulam nas instituições da sociedade civil ou no aparelho do Estado.

O conceito de elite apresenta, como se percebe, uma descrição bastante variável. Em todas as organizações sociais, as relações de poder fazem parte de uma complexa estrutura psicológica, cultural e social. E sempre haverá um setor que detém o mando ou coordene as ações de um determinado grupo. Portanto, em termos teóricos, é necessária uma tipificação do conceito de elite: política, econômica, intelectual, sindical, agrária ou burocrática.

Heinz (2000) afirma que o papel desempenhado pela elite política em determinados momentos históricos pode ser entendido invocando três questões de ordem teórica. Em primeiro lugar o autor explica a forma de constituição dessa elite, depois analisa a forma de poder que essa elite pode exercer – nesse caso, aponta Bobbio (1992), este segmento pode se articular tanto em regimes democráticos como autoritários – e, por fim, apresenta os mecanismos de execução desse poder com suas respectivas estratégias de reprodução social.

Para precisarmos a categoria *elite política*, nos deteremos em três partes estruturais para melhor entendimento da formação desse segmento: primeiro, buscaremos conceituar elite política, através de uma análise sobre a sua formação durante o desenvolvimento do Estado moderno; segundo, observaremos a articulação e o engajamento da elite política nas instituições da sociedade civil organizada, em vista da nova forma de estruturação da política de Estado que não necessita de estratégias militares ou de violência, que o Estado moderno monopolizou; em terceiro lugar, enfocaremos a comunidade e região objetivando perceber que a tentativa de homogeneização do Estado-nação, levada a cabo pelas elites políticas, não foi um projeto de fácil implementação, em vista das disparidades culturais, econômicas, sociais e políticas que o projeto renascentista e iluminista teve que enfrentar durante a centralização do Estado e na formação da elite política moderna.

1.1) A elite política e o Estado moderno

A análise da formação do Estado Nacional moderno permite entender a formação da elite política contemporânea que introduz na sociedade uma forma de organização burocrático-institucional com duas vertentes: primeiro, a centralização da burocracia e, segundo, a organização de uma violência institucionalizada e racional. Para Maltez "a legitimidade está para o poder político como a justiça está para o direito" (1996:153), e, nesse processo, o Estado moderno desregulamenta todas as formas de poder que existam dentro de sua esfera territorial.

A análise de Simmel (1983), sobre o "*poder ideal objetivo"* nos permite entender o elemento ideológico legitimador que consiste na espiritualização do poder. Nas relações entre superiores e subordinados, o primeiro grupo exerce o seu poder meramente na qualidade de representante mais próximo da força ideal objetiva. Isso traz um elemento importante na análise de Simmel para a formação do Estado Nacional moderno: a subordinação coletiva dos homens a esse poder ideal objetivo.

A fase de transição entre o Direito Medieval e o Direito Moderno caracteriza-se pelas reformas jurídicas a partir da formação dos Estados Nacionais absolutistas na Europa. Os próprios juristas estavam divididos entre naturalistas e racionalistas. Esse debate busca uma nova forma de organização do "poder ideal objetivo" para o ordenamento jurídico desses Estados.

Para Moncada (1996), o Estado moderno se estrutura na racionalização do Direito, que se desencadeia em paralelo com as reformas protestantes que surgiram na Europa central nos séculos XVI e XVII. O Jusracionalismo que predominava nos Estados Protestantes encontra no jurista Hugo Grócio seu principal expoente. O autor vivenciou os conturbados anos de guerras religiosas que devastaram a Europa. Grócio pertence à geração que vai defender posições laicas no ordenamento jurídico da Europa protestante, rompendo progressivamente com o jusnaturalismo, hegemônico na estrutura jurídica dos Estados europeus com forte tradição católica. O autor fundamenta sua posição na tradição humanista platônica e da defesa da liberdade individual e sua luta em torno da humanização das guerras e da racionalidade do direito o imortalizou como fundador do Direito Internacional ou das Gentes.

A elite política moderna, passa a ser construída, nesse período, em paralelo com as superveniência de uma nova geometria de poder decorrente da centralização e da edificação dos modernos Estados Nacionais. A estratégia de engajamento dessa elite política foi se moldando em diferentes etapas no cenário europeu em vista das peculiaridades na formação de cada Estado-nação. Não existe uma tese única em relação ao processo de centralização política, pois esse depende do grau de articulação das comunidades. Depende, ainda, do engajamento de uma elite política com aspirações nacionais visando a unificação territorial e a desregulamentação do poder das comunidades[3]. Depreende-se a importância da racionalização do direito e do método analítico das ciências exatas: "O Estado é uma coisa que se constrói exatamente como se pensa, com um teorema, matematicamente; pensá-lo pela análise, é construí-lo, e construí-lo é ainda o mesmo que pensá-lo, revertendo da análise à síntese" (Maltez 1996:106).

[3] Um dos principais fatores que levaram a centralização política do Estado Nacional português e o espanhol foi à reação das comunidades católicas contra a dominação árabe, isso a partir de 1139. A França foi com a reação de suas comunidades na guerra dos 100 anos contra a Inglaterra. A Alemanha e Itália dependeram de uma elite política com aspirações nacionais e de um engajamento militar de suas comunidades para levarem a cabo seus objetivos, como o processo foi desencadeado somente na segunda metade do século XIX sua elite política já tinha um projeto mais bem elaborado de Estado-nação. Esses exemplos demonstram a heterogenidade na formação do Estado Nacional moderno e a construção de uma elite política engajada na incorporação das comunidades no território nacional.

As transformações que ocorreram no campo das ciências jurídicas foram fruto das rupturas com as tradições canônicas. Esse processo foi um dos pontos fundamentais para o surgimento do Estado nacional moderno. As comunidades passaram a ser incorporadas, desregulamentando sua capacidade de organização cultural, através de uma unificação estrutural que vai desde o sistema de ensino até o monopólio da violência que respalda a nova forma de organização da sociedade moderna. A elite política da modernidade se estrutura através de seu poder planejador, seu discurso civilizatório e seu projeto homogenizante.

De acordo com Max Weber (2000), o Estado moderno se estrutura na violência estratégica, calculada e imparcial. Para o autor, a força física já era praticada por outras instituições durante a história do ocidente. O Estado moderno passa a monopolizar essa violência, pelo controle do território por sua elite política. A dominação é explicada por Weber como a manifestação concreta de poder, e esse processo está presente em todas as relações sociais. A tese em torno dos Três Tipos Puros de Dominação de Weber não conduz a um acabamento teórico acerca de *Estado*, mas contribui para o entendimento das formas de dominação do governo político. A partir da definição do "tipo ideal", Weber caracteriza as três formas de dominação: a racional, a tradicional e a carismática. Estas três formas possuem a chamada "crença na legitimidade", mecanismo que é incorporado ao direito e utilizado pela burocracia estatal.

A *dominação racional* se consolida na esfera jurídica como poder incorporado pela sociedade. A dominação burocrática seria, tecnicamente, seu tipo mais puro, que pode ser modificado mediante um estatuto que sancione o seu funcionamento e está

centrado na disciplina do serviço. Esse processo será encontrado na estrutura moderna da empresa capitalista e no Estado Nacional, apesar de Weber (1986) afirmar que a burocracia não é o único tipo de dominação legal.

> A burocracia constitui o tipo tecnicamente mais puro da dominação legal. Nenhuma dominação, todavia é exclusivamente burocrática, já que nenhuma é exercida unicamente por funcionários contratados. Isso é totalmente impossível. Com efeito, os cargos mais altos das associações políticas ou são 'monarcas' (...) ou são 'presidentes' eleitos pelo povo (...) ou são eleitos por um colegiado parlamentar cujo senhores de fato não são propriamente os seus membros mas os chefes, seja carismáticos, seja de caráter dignatários (...), dos partidos majoritários. Tampouco é possível encontrar um quadro administrativo que seja de fato puramente burocrático (Weber, 1986: 30).

A *dominação tradicional*, através da Crença ou da santidade de ordens: atribui ao Estado o monopólio do "certo" ou "errado" da sociedade moderna e contemporânea. Esse tipo de dominação se explica pela tradição senhorial legitimada pelo dogma religioso ou santificada pela tradição de praticas anteriores à modernidade, com destaque para o período medieval e o inicio da modernidade. De acordo com Weber (2000), seu tipo mais puro é a dominação patriarcal: "obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria (…), o conteúdo das ordens está fixado pela tradição" (Weber, 2000, p. 131). Max Weber apresenta uma crítica a esse tipo de dominação: o quadro administrativo ficaria pessoalizado e a burocratização imparcial ficaria prejudicada levando os servidores recrutados a ficar em completa dependência pessoal do senhor.

> No caso do domínio tradicional, a autoridade não pertence a um superior escolhido pelos habitantes do país, mas sim a um homem que é chamado ao poder em virtude de um costume (primogenitura, o mais antigo de uma família, etc.). Ele reina, pois, a título pessoal de sorte que a obediência se dirige à sua pessoa e se torna um ato de piedade. Os governados não são cidadãos, mas sim pares (no caso da gerontocracia) ou súditos, que não obedecem a uma norma impessoal, mas sim a uma tradição, ou a ordens legitimada em virtude do privilégio tradicional do soberano (Freund,1987: 168).

A *dominação carismática,* indispensável para a formação e fortalecimento da elite política, se sustenta na capacidade coordenada de o senhor exercer o que Weber chama de dotes sobrenaturais (carisma), que se materializa em heroísmo, no poder intelectual ou na capacidade de oratória. O quadro administrativo não se baseia na qualificação profissional dos seus integrantes, mas é uma escolha pessoal e sua autoridade baseia-se na crença dos subordinados no profeta. De acordo com Weber (2000), o carisma é a grande força capaz de romper a tradição e provocar as transformações sociais.

> O quadro administrativo é escolhido segundo o carisma e vocação pessoais, e não devido à sua qualificação profissional (como o funcionário), à sua posição (como no quadro administrativo estamental) ou à sua dependência pessoal, de caráter doméstico ou outro (como é o caso do quadro administrativo patriarcal). Falta aqui o conceito racional de 'competência', assim como o estamental de 'privilégio'. São exclusivamente determinantes da extensão da legitimidade do sequaz designado ou do apóstolo a missão do senhor e sua qualificação carismática pessoal (Weber, 1986: 135).

Do ponto de vista da Ciência Política, José Adelino Maltez (1996), considera os renascentistas Maquiavel (1469 – 1527) e Bodin (1530 – 1596) fundadores do pensamento teórico do moderno Estado Nacional. Além de serem os precursores da autonomia da elite política e do Estado Nacional frente à Igreja, eles vão servir de fonte para o sistema de Hobbes, que consagrou o absolutismo e o Estado moderno. A centralização e o monopólio da violência serão marcas do moderno Estado Nacional. Os três autores acima nos oferecem a possibilidade de entender a própria construção da elite política desses Estados Nacionais, uma vez que suas análises centram-se nos protagonistas da construção dos Estados absolutistas.

Machiavelli é o principal nome de inserção do pensamento moderno em relação ao Estado; nas palavras de Moncada "símbolo de uma nova época e de uma nova forma mental inteiramente desconhecida da Idade-Média" (1995: 96). Representa a porta de entrada teórica do renascimento, o epicentro das transformações na concepção moderna de Estado. Foi, sem dúvida, Maquiavel, o primeiro a formular uma teoria política como tecnologia racional de poder. Mozart Linhares da Silva (2003) afirma que estes intelectuais renascentistas não inauguram uma metodologia capaz de compreender os acontecimentos que caracterizam sua época, mas prepara o terreno para o pensamento moderno, enfrentando a tradição aristotélica num espírito intelectual muito mais aventureiro do que crítico.

Ao vivenciar a anarquia espiritual provocada na segunda metade do século XVI como decorrência das guerras religiosas, Bodin lança uma tese que prega a tolerância e a coexistência pacífica entre as religiões. Este pensamento toma forma concreta na proposta de separação entre Igreja e Estado. Bodin é um árduo defensor do monopólio de poder exercido exclusivamente pelo Estado através da inserção do conceito de soberania. Sobre Bodin, Moncada afirma: "o seu conceito de soberania tão finamente elaborado, não deixará também de servir à Revolução, logo que, na mudança de cenário ideológico depois de Rousseau, o povo se substituísse aos reis como detentor dessa soberania inalienável, indivisível e não susceptível de limitação jurídica intrínseca" (1996: 127). Bodin marca a problemática em torno do poder central e, com esse conceito, criou os precedentes jurídicos para a legitimação do poder estatal moderno.

Já o pensamento de Hobbes acerca do Estado Moderno estabelece a ponte entre o Renascimento e o Iluminismo, representando mais um passo no processo de autonomização e laicização do Direito e do Estado. O autor é bastante influenciado pelo espírito da matemática e das ciências naturais. Para Hobbes a razão nada mais é do que o cálculo; e o Estado existe para garantir a segurança dos cidadãos. Para Silva (2003), a teoria de Hobbes encontra a sua explicação no novo espírito da matemática que garantirá bases da secularização do Direito e do Estado, através da autonomia em relação ao escolasticismo teocêntrico medieval. A partir dessa ótica, Hobbes instrumentaliza a ciência do Direito, "para a construção de uma lógica interna, autônoma e segura" (Silva, 2003:67).

A elite política insere-se nas instituições do Estado e utiliza esse poder de força coercitiva para o exercício de sua dominação. Hobbes é o ponto máximo da sistematização da teoria que buscará um afastamento do direito teocêntrico e teológico para um direito antropocêntrico e antropológico. A racionalização do pensamento jurídico ganha corpo nas análises de Hobbes. Para Maltez (1996) o direito no sistema de Hobbes é identificado diretamente com o poder. Vale destacar que o impacto das idéias do Renascimento produz a teoria fundamental para o Estado moderno e estrutura a forma de dominação da elite política neste Estado.

1.2) A elite política e as Instituições da Sociedade Civil Organizada.

A partir da análise em torno do Estado Nacional moderno, procuramos o entendimento das estratégias políticas ligadas às Instituições criadas pela sociedade civil. O processo de racionalização do Direito na estrutura estatal, que se inicia a partir da Renascença e alcança seu auge no Iluminismo, possibilitou uma nova forma de organização social e política que era inviável no período anterior ao Estado moderno. O período renascentista forneceu a capacidade de poder para o Estado Nacional, além de garantir a formação da elite política moderna através do monopólio da violência e da centralização política.

As análises de Maquiavel, Bodin e Hobbes não deixam dúvidas de que o processo de monopolização do poder estava ligado ao distanciamento do Estado e da elite política em relação à Igreja Católica, e o campo dessa discussão foi o direito. O Iluminismo fez brotar os ideais de liberdade para a sociedade moderna, e a consolidação do poder através do monopólio da violência garantiu ao homem do período renascentista a sua segurança, mas não sua liberdade, principalmente os estratos ligados diretamente ao capitalismo (burguesia comercial, financeira e industrial). As revoltas que sacudiram a Europa e a América no final do século XVIII e início de XIX tornaram consistente a idéia de revolta da sociedade contra o Estado.

De acordo com Maltez (1996) a *Instituição* é resultado de três forças: o poder, a liberdade e a idéia. As instituições se fundam graças ao poder político, pois, através dele se estabelece uma relação entre a horizontalidade societária e a verticalidade do aparelho estatal. A luta pela liberdade é o principal elemento que norteia a ação coletiva dos homens no equilíbrio das relações entre Estado e Sociedade. Para Maltez: “a idéia

de obra ou de empresa é uma idéia directriz, ou uma idéia-força, que produz um fenômeno de interpenetração das consciências individuais, onde são as consciências individuais que se pensam umas às outras e que assim se possuem umas às outras" (1996: 308). O autor salienta que as instituições surgem como resultado de uma organização social com objetivos específicos de atuar no mais alto Estado de direito: "isto é, que possui, ao mesmo tempo, a soberania do poder, a organização constitucional do poder com estatuto e autonomia jurídica" (1996:308).

Maurice Hauriou (citado por Maltez) analisa que a consolidação do aparelho estatal entre o período renascentista e iluminista leva setores empresariais e intelectuais a enfrentar o Estado, já não como uma lei, mas como instituição ou um conjunto de instituições. Weber afirma que a análise científica das instituições possui uma relativa elasticidade conceitual, transitando nas esferas políticas, sociais ou econômicas. Para ele, "… uma associação cuja ordem estatuída se impõe, com (relativa) eficácia, a toda ação com determinadas características que tenha lugar dentro de determinado âmbito de vigência" (Weber, 2000: 32). Essa ordem racionalmente instituída possui, em termos globais, diferentes níveis de maturação, seja ela econômica, cultural ou política, em que grupos de determinadas características identitárias passam a se articular para sua representação na sociedade moderna.

A história das instituições da sociedade civil organizada muitas vezes se confunde com a da própria comunidade que ela representa, pois influenciam diretamente as estruturas políticas locais e estão engajadas no processo de modernização econômica e de homogenização. Para Robert Putnam (2000: 24): "Tomando as instituições como variável independente, investigamos empiricamente como a mudança institucional influencia a identidade, o poder e a estratégia dos atores políticos".

O poder estatal que se consolidou ao longo do período pós-renascentista, somado às lutas em torno dos ideais Iluministas, proporcionaram as bases teóricas para o pensar as instituições como mecanismo de disputa política. De acordo com Putnam (2000), as instituições são mecanismos de transformação política onde a elite política se articula, tendo em vista a manutenção de seu poder político, diferentemente da elite política do período medieval que tinha que garantir seu poder e seu prestígio através de um exército local permanente. Com a consolidação do Estado moderno, através da centralização política e da violência estratégica e normativa, somados aos ideais de liberdade consolidados no pós-Iluminismo, a nova geometria de poder é desenhada pelas instituições sociais:

> As instituições são moldadas pela história. Independentemente de outros fatores que possam influenciar a sua forma, as instituições têm inércia e "robustez". Portanto corporificam trajetórias históricas e momentos decisivos. A história é importante porque segue uma trajetória: o que ocorre antes (mesmo que tenha sido de certo modo "acidental") condiciona o que ocorre depois. Os indivíduos podem "escolher" suas instituições, mas não o fazem em circunstancias que eles mesmos criaram, e suas escolhas por sua vez influenciam as regras dentro das quais seus sucessores fazem suas escolhas. (Putnam, 2000: 23).

De acordo com Gramsci (2002), na medida em que a sociedade se torna complexa, fruto da modernização econômica e social, os atores políticos buscam se

estruturar politicamente, através de movimentos minuciosamente calculados e estratégicos, dentro da sociedade civil, tendo como objetivo buscar apoio fornecido pela burocracia das instituições sociais. Nesse caso, os grupos jornalísticos, as burocracias das associações empresariais e dos centros culturais passam dos bastidores para o centro do palco na arena política. Os diferentes estágios de modernização da sociedade, com o surgimento do Estado-nação, da indústria pesada e da divisão do setor produtivo, e uma forte urbanização, tornam possível o surgimento de instituições que atuam em momentos decisivos da história política das sociedades.

Nas sociedades mais complexas, com forte tradição industrial, as relações sociais possuem particularidades bem distintas e existe uma dificuldade em se alcançar o consenso político. A sociedade civil organizada tem uma forte presença política, necessitando que o Estado (ou sociedade política) articule racionalmente mecanismos para a governabilidade; assim, o seu poder é fracionado de maneira horizontal (executivo, legislativo e judiciário) e vertical (União, Federação e Municípios). Mas, nas sociedades mais tradicionais, com forte tradição agrária, as relações tendem a ser mais autoritárias, com a sociedade política sendo exercida de maneira patriarcal e personalista. A instituição social, seja ela empresarial, estudantil, sindical ou de imprensa, não tem força frente à forma organizacional das estruturas de poder tradicional dessa sociedade. Mesmo em regimes democráticos, a elite política detem uma capacidade de monopólio de poder muito maior do que nas sociedades industriais, pois são majoritariamente oriundas de estruturas agrárias ou religiosas (Gramsci, 2002).

Para Pierre Bourdieu (1989), as instituições são resultados complexos de antagonismos e interesses que se articulam no processo de modernização de uma comunidade. O valor simbólico do discurso é um dos principais elementos que Bourdieu aponta ao avaliar as instituições (também chamadas de *aparelho*). Para o autor o discurso centra-se na heroicização das entidades coletivas, ou seja, a missão civilizadora do progresso, da fábrica, da ciência como motor de modernização e humanidade. Bourdieu descreve a estratégia consciente e calculada do discurso moderno nas instituições, calcada na racionalidade burocrática e racional:

> A razão e a razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, não está na vontade de um indivíduo ou de um grupo, mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos hábitos dos seus ocupantes, se geram as vontades e no qual se define e se redefine continuamente, na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos. (Bourdieu, 1989: 81).

A elite política se estrutura nas instituições da sociedade civil organizada para ter capacidade de barganha que as entidades possuem em sociedades modernas. A divisão do trabalho, as especializações coletivas, o surgimento de novas profissões, o desmantelamento de estruturas arcaicas que impediam a mobilidade social, tornam a instituição da sociedade civil estrutura socialmente representativa e original. Se, nas sociedades medievais, os estamentos impediam a mobilidade e, conseqüentemente, incapacitavam a ação coletiva organizada dos homens, a sociedade moderna, fundada de um lado no poder do Estado e, de outro, na possibilidade de luta pela liberdade, permite a formação de uma elite política que articule de maneira mais horizontal os interesses societários.

1.3) A elite política na região e comunidade

De acordo com Maltez (1996), a elite política, ao longo de sua existência, teve que enfrentar quatro problemas para a legitimação de seu poder: primeiro, consolidar as formas e mecanismos de construção do Estado como estrutura legal; segundo, criar mecanismos que incentivassem a adesão afetiva dos cidadãos, inserindo o conceito de nação; terceiro, possibilitar mecanismos de participação e engajamento das comunidades através das instituições da sociedade civil e, quarto, garantir o monopólio da força para a consolidação de seu poder político.

Esses quatro elementos se legitimaram pela capacidade de incorporação do território dentro de mecanismos legais, introduzindo a noção de *território* como propriedade privada, estabelecendo, assim, a ligação entre poder e território. As monarquias do século XVIII foram pioneiras na consolidação desses mecanismos, e a criação do Estado-nação procurou incorporar em seu espaço territorial todo o sistema que garantisse a homogeneização das comunidades regionais, através de um ensino unificado, costumes e de um exército permanente. Portanto, o território é a gênese do Estado moderno, e cria a idéia de fronteira, estabelecendo com isso o instinto territorial, baseado na dicotomia civilização versus barbárie. Para Maltez: "só com o Estado moderno a fronteira adquiria uma dimensão de ordem política, resultante da espiritualização do próprio território" (1996: 208).

Apesar da tentativa de homogeneização levada a cabo pela estrutura burocrática do Estado, as regiões sempre foram pauta no debate sobre as disparidades econômicas, sociais, culturais e políticas que o Estado Nacional não conseguiu extinguir. Essa luta dos cientistas, planejadores e teóricos do Estado moderno de expandir uma geometria territorial sobre uma aritmética da população não foi um processo evolutivo e homogêneo, como previa a elite política do Estado Nacional moderno.

Pierre Bourdieu nos possibilita entender esta territorialidade como sendo uma construção simbólica de poder, de uma autoridade questionável e de um poder racional que ainda está incubado. Esta posição implica em abrimos a discussão em torno da formalização do conceito de região, que, por sua vez também possui um caráter de construção simbólica na edificação da comunidade, nas Instituições da Sociedade Civil organizada e no discurso da elite política regional.

Bourdieu crítica à idéia de região, pois segundo ele "região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas (1989:108)". É o principio de divisão que induz uma descontinuidade (imposta) na continuidade natural. Para Pierre Bourdieu existe um grande debate entre os cientistas em torno do conceito de região. O autor reconhece que a geografia, além de ser pioneira, possui um peso teórico na definição do conceito.

Mesmo que não se limite ao uso da geografia, o conceito de região passa a ser utilizado, em larga medida, por outros cientistas. A geografia regional, a história regional e a economia regional, por exemplo, são algumas das correntes teóricas

desenvolvidas dentro dessa linha de pesquisa. Quanto ao uso dessa terminologia, no campo das ciências sociais, o debate se estreita no campo dos estudos da antropologia e da ciência política. É, principalmente, no debate da identidade regional ou identidade étnica, como menciona Bourdieu, que se assenta a complexa estruturação de identidade cultural. A região é o centro do debate. É em torno dessa representação objetiva que se desdobra o engajamento identitário:

> O discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitante, portanto, reconhecida e legitima, que a ignora. O ato de categorização, quando, consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si: as categorias étnicas ou regionais, como as categorias de parentescos, instituem uma realidade usando do poder de revelação e de construção exercido pela objetivação no discurso. (Bourdieu, 1989: 109).

A região é, portanto, uma construção simbólica, muito mais definível como uma incorporação de senso do que de imposição. Isso nos possibilita entender as mensagens políticas relacionadas à territorialidade no discurso da elite política assentado no regionalismo. Nesse processo, poderíamos perceber que a elite possui forte tradição em seu espaço, presa aos seus costumes e enraizada em sua região. Seu discurso possui a autoridade cultural de tornar a região a sua nação, muito semelhante ao que Durkheim (1999) chama de ilusão bem fundamentada.

Em dimensões nacionais, o quadro burocrático forneceu uma inovação na estrutura orgânica do poder, tendo como base o processo de racionalização e a imparcialidade das relações na sociedade e no Estado. No entanto, essa análise não pode ser tomada como homogênea para um claro entendimento das relações de poder da elite

política em âmbito regional. Nesse caso, a abordagem das estruturas de poder em esfera regional deve ser entendido dentro da formação sociológica das instituições organizadas pela sociedade civil, principalmente quando se verifica em elementos de identidade cultural, pois, não havendo uma estrutura orgânica para a formação da elite tecnocrata dentro das carreiras do Estado, a elite regional se apóia, muitas vezes, nas comunidades organizadas, tanto de caráter cultural como econômico, mas que tenham uma identificação com o grupo a que pertence.

Para que tenhamos clara a relação entre elite política e comunidade, podemos nos remeter à abordagem clássica de Max Weber (2000). Para o autor, o conceito de comunidade é bastante vago e heterogêneo, podendo se constituir de inúmeras estruturas sociais: "Chamamos de comunidade a uma relação social, na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes" (Weber 1987: 77). A solidariedade e o trabalho em grupo sempre foram característica histórica que marca majoritariamente os grupos humanos, e a idéia de comunidade parte desse princípio.

Os autores clássicos do conceito de comunidade como Ferdinand Tönies (Töttö, 1985) ou Durkheim (1999), utilizam o método galilaico para a elaboração teórica desse conceito que, para um melhor entendimento, poderíamos dividir em dois elementos constitutivos: O primeiro assentado na *teoria das idéias* de Platão, de que há um mundo separado dos inteligíveis, situado na esfera celeste, que tem autoridade de salvar o valor objetivo através da separação, divisão ou especificidade. O segundo fundamentado na

geometria de Euclides, que procura subsidiar o conhecimento através de sua consistência, para que se evite a contradição nas proposições estudadas, além de procurar ser o mais completo e independente possível. Portanto, o método galilaico procura escolher um caso e livrá-lo das impurezas do exterior. A noção de *comunidade pura* ganha maior destaque na estrutura teórica de Tönies (Töttö 1985). Esse elemento é importante, pois os autores clássicos procuram estabelecer uma distinção entre comunidade e Sociedade. Para eles, enquanto a primeira possui marcas do passado, de vontade orgânica, de costumes e de tradição, a segunda está voltada para o futuro, de vontade refletida, de intelecto e de racionalidade. É a distinção entre a vontade de ser e a vontade de escolher. Dentro dessa estrutura, podemos analisar as três bases de apoio da comunidade, apontadas por Tönies (Töttö 1985), e, com isso, obter subsídios para o entendimento da elite política Regional: a família, a aldeia e a cidade.

A família é a ligação sanguínea do espírito comunitário, o elo de ligação social entre os membros da comunidade. É na instituição familiar que se lançam as bases para a construção moral da tradicional elite política da comunidade, pois os círculos sociais em que se estrutura a instituição familiar fornecem as bases para a reprodução social genealógica desse segmento. "Na medida em que suas carreiras e estilos de vida são semelhantes, há base psicológica e social para sua unidade, fundamentada no fato de serem um tipo social semelhante e de se fundirem facilmente uns com os outros" (Mills, 1965:31).

Tönies (Töttö 1985) chama de aldeia o que poderíamos classificar de vizinhança, de centro comunitário, de idéia de "localidade", em que se monta a estrutura psico-

social das formas de engajamento e ação social da elite comunitária. A aldeia é a representação forte do elo que liga a família à comunidade, e está bem representada nas intuições religiosas como a Igreja ou a instituição educacional. Nelas vamos encontrar condições para a formação intelectual e moral da elite política da comunidade.

A Cidade está ligada à idéia de colaboração, de confiança recíproca, de uma unidade de grupos que se constituem ao nascer e se sustenta no passado. Em muitas, o discurso identitário é um poderoso instrumento de inserção e relacionamento com o sentimento de pertença. Quando analisamos a elite política da comunidade local (cidade), podemos nos remeter à análise de Mills (1965) sobre o processo de organização dos grupos de liderança das cidades médias ou pequenas. Ela nos permite entender com clareza as formas de organização da elite política das cidades de porte médio, não apenas dos Estados Unidos (que é o objeto de seu estudo), mas de todo o ocidente:

> Os membros desse grupo possuem a maior parte do que existe localmente para ser possuído. Seus nomes e retratos são impressos com freqüência no jornal local, e, na realidade o jornal é deles, como deles é a estação de rádio. Também são donos das três fábricas locais mais importantes, e da maioria das casas comerciais ao longo da rua principal, dirigem ainda, os bancos. Associando-se uns aos outros intimamente, têm consciência do fato de pertencerem à classe liderante das famílias liderantes. (Mills 1965:43).

Durkheim (1999) lança uma crítica à noção de comunidade apresentada por Tönies (Töttö, 1985), expondo seu próprio conceito de comunidade e sociedade, principalmente no que tange ao processo de formação dos dois conceitos. Enquanto Tönies (Töttö, 1985) afirma que a comunidade está vinculada ao nascimento e a sociedade à adesão, Durkeim (1999) afirma que ambos podem ter origem na adesão, o

que abre uma discussão importante em relação ao conceito de comunidade e os mecanismos de reprodução da elite política regional. Também afirma que, tanto comunidade quanto Sociedade, podem ter características idênticas num mesmo agrupamento social, mas concorda com a tese de Tönies (Töttö 1985) em relação à dicotomia que existe entre elas.

A idéia de comunidade de Weber (2000) se aproxima do conceito de Durkheim (1999), pois ambos defendem que, nas relações sociais, vamos encontrar tanto o caráter de comunidade quanto o de sociedade. Weber (2000) e Tönies (Töttö 1985) caminham no mesmo sentido em relação à construção do tipo ideal (Tönies os chama de "tipos normais") para suas formulações teóricas aproximando suas teses. Weber (2000) parte do princípio de que comunidade e Sociedade não são, com exclusividade, alternativas de integração nas estruturas sociais, e, ainda, que na comunidade podem existir situações de conflito e opressão, coisa que Tönies rejeita.

Estes teóricos apresentam a tese de que comunidade se organiza no engajamento mútuo, no compartilhamento dos costumes na realização de tarefas em conjunto, no empreendimento negociado e na ação coletiva. Weber (2000) ainda fala em comunidade política, movida pela ação social, definida assim por ele: "Compreendemos por comunidade política aquela em que a ação social se propõe a manter reservados, para a dominação ordenada pelos seus participantes, um território e a ação das pessoas que, de modo permanente ou temporário, nele se encontram, mediante a disposição do emprego da força física e armada" (Weber, 2000: 155).

Em relação às transformações econômicas que ocorrem numa comunidade, Everett Hagen (1971), destaca que, no processo de modernização, o elemento que impulsiona tanto a sociedade quanto a comunidade, ao longo de seu desenvolvimento, está centrado no processo de expansão do conhecimento técnico.

Nesse processo, ocorrerá o predomínio do universalismo e da especificidade funcional das relações econômicas. Nas comunidades tradicionais, a elite deve superar seus interesses arcaicos, voltando-se para a inovação, bem como a comunidade deve extinguir certos laços culturais inadequados à racionalidade do sistema econômico com a motivação de inovações favoráveis ao empreendedorismo. Mas, novamente, deve-se ter cautela, pois o processo não é automático, pois uma mudança tecnológica na economia, feita de maneira isolada, nem sempre leva a uma transformação que conduza a comunidade a um patamar de aceitação das inovações de maneira mais horizontal. Mudanças tecnológicas e modernas, feitas de maneira violenta e rápida, dificilmente são aceitas nas comunidades. A mudança econômica implica em mudança social: quando transformações emergem do interior, articuladas com as externas, a sociedade passa a ficar mais complexa e os elementos tradicionais passam a vigorar somente no interior das comunidades, como mecanismo de defesa e proteção de sua identidade cultural.

Assim, por exemplo, a aceitação do capital estrangeiro pela comunidade depende de uma coordenada capacidade de interação social, através do engajamento das empresas nas instituições sociais, nos meios culturais, empresariais e jornalísticos.

Esse processo tem que ser acompanhado da capacidade de absorção dos elementos necessários para a expansão do empreendedorismo moderno, com a ruptura de práticas tradicionais que inviabilizam a presença do capital estrangeiro na comunidade.

Esse componente se apóia na vinculação imediata dos elementos que identificam a comunidade com a forma de sua organização social e cultural que lhe proporcionou a expansão comercial ao mesmo tempo em que as conjunturas globais e nacionais progressivamente empurram forças exógenas, muito superiores economicamente, para dentro dessas comunidades que se articulam internamente e a estratégia mais eficaz é a identificação com a comunidade nativa, através de seus traços culturais.

Nesse processo, percebemos uma nítida evidência da interferência do global no local. De acordo com Zygmunt Bauman (2001) a condição é que o local esteja aberto ao global, principalmente se seu produto é comercializado mundialmente. Mas essas mudanças não podem ser abruptas e têm que estar inseridas em mecanismos estruturais bem articulados, tanto em esfera local quanto global.

A elite política regional, ao abrir espaços para a permanecia do capital estrangeiro, além de ver as empresas locais sendo compradas, vai se tornando refém das mesmas. Esse é o preço a ser pago para que o seu principal produto conquiste novas técnicas de produção, pois a capacidade de inovação e de expansão econômica se realizou em diversos níveis de maturação, que, pelo processo de inserção do capital estrangeiro, já se encontra presente na cultura da comunidade e no discurso de sua elite política.

Os laços culturais tradicionais que eram impróprios para a modernização econômica local, foram trabalhadas no sentido de garantir a confiança recíproca entre comunidade e capital estrangeiro. Nesse processo, assistiremos ao fortalecimento do discurso identitário, que passa a ser o elemento central de identidade local ou a própria bandeira da comunidade. Os elementos tradicionais, que antes eram impróprios para o processo modernizador, agora se interiorizam para os centros culturais, as associações empresariais, o jornal local e, conseqüentemente, estabelecem uma nova estratégia de reprodução social de sua elite, com seu respectivo discurso político.

2 – A ELITE POLÍTICA DE SANTA CRUZ DO SUL NO CONTEXTO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA FUMAGEIRA – DÉCADAS DE 1930 A 1960.

O processo de formação da sociedade de Santa Cruz do Sul está ligado à estratégia do governo brasileiro e gaúcho de povoar os espaços desocupados da região norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1849 inicia-se o processo de formação da colônia de Santa Cruz do Sul, com a ocupação de áreas disponíveis por imigrantes vindos da Alemanha.

Esses imigrantes receberam lotes para o desenvolvimento de pequenas propriedades familiares, rompendo, nesses locais, com a lógica da concentração de

terras ociosas, muito comum na estrutura fundiária brasileira. Vale lembrar que, em 1850, foi assinada a Lei de terras[4], que permitia aos poderes provinciais organizar colônias de imigrantes para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Esse processo é responsável pela estrutura social, política, econômica e cultural dos núcleos de imigrantes que se formam nessa fase. Em relação a Santa Cruz do Sul, Silvana Krause (2002) assim analisa os aspectos econômicos que emergiam na recém fundada colônia:

> Os colonos, nesta fase, produzem para suprir suas necessidades básicas e praticamente inexiste o consumo de bens que não sejam produzidos na própria unidade familiar. A circulação de moeda também é rara e as relações econômico-comerciais são primárias, sendo predominante à troca de mercadorias. Cada unidade familiar é uma economia auto-suficiente, praticamente inexistindo o excedente na produção agrícola. (Krause, 2002: 39).

A este respeito podemos nos reportar à pesquisa de Heinz (2000) que faz três questionamentos em sua análise sobre a elite política de Santa Cruz do Sul no período da República Velha. Em primeiro lugar, entender como seria a face da elite política de Santa Cruz do Sul que se forma dentro de um núcleo de colonização alemã. Em segundo lugar, qual o segmento dessa elite que emergiria a uma posição de comando na política local. Em terceiro lugar, quais seriam os motivos que levaram esse grupo a assumir uma hegemonia política na sociedade de Santa Cruz do Sul. A pesquisa de Krause (2002) se aproxima à de Heinz (2000), tanto pelo período – os dois analisam a República Velha –

[4] Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples titulo de posse mansa e pacífica: e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara (LEI N.º 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850). Sobre o assunto ver Carvalho (1996) e SILVA, Lígia Osorio. *Terras Devolutas e Latifúndio- Efeitos da Lei de 1850.* Ed. Unicamp, Campinas, 1996.

quanto pelos atores sociais – elite comercial para Krause, e elite política para Heinz – o que contribui para compreendermos a formação social deste segmento em Santa Cruz do Sul.

A bibliografia que aborda a formação de Santa Cruz do Sul, como a de Montali (1979) ou Godinho (1980) fica muito vinculada às transformações de ordem econômica. O processo de modernização esteve estreitamente vinculado a seu principal produto o tabaco, que garantiu sua inserção nacional e internacional. Ao abordarmos o perfil da elite política, em comunidades como a de Santa Cruz do Sul, partimos de dois elementos que são específicos de sua formação sociológica:

Em primeiro lugar, deve-se levar em conta a origem de sua sociedade, a colonização alemã, a partir de 1849. Nesse período, a elite nacional estava preocupada na consolidação institucional e territorial do Estado brasileiro. De acordo com Luciana da Costa Job: "Uma das peculiaridades desta imigração, era a concentração em poucas regiões, o que acabou por formar colônias etnicamente homogêneas, mais tarde consideradas suspeitas de separatismo. Esta política imigratória era tida como isolacionista e de enquistamento, pois formaria colônias homogêneas" (Job, 2003: 18).

Portanto, o principal fator na formação da colônia de Santa Cruz do Sul, está ligado a seu componente estratégico na ocupação territorial através de uma distribuição eqüitativa de terras para os imigrantes, com a finalidade de formar uma classe intermediária no Rio Grande do Sul. Esse processo é encontrado, na formação

sociológica do Brasil, somente em casos isolados de modo a evitar o tensionamento entre a elite política nacional[5] e os pequenos proprietários.

O segundo e importante elemento é pela capacidade de produção de um produto mundialmente consumido, o tabaco. Num primeiro momento, no entanto, a produção de fumo atendia basicamente ao mercado interno brasileiro. Com a industrialização e o crescimento das exportações, ao longo do século XX, a cidade deixa de ser uma comunidade interiorana isolada para se integrar ao mercado nacional e internacional. O parque industrial é revolucionado, provocando uma nova corrente imigratória e a atração de novos atores econômicos que mudam o perfil sociológico da cidade. Esse processo gera, uma reação, pois, na medida que a sociedade fica complexa, a comunidade resultante procura mecanismos de dissuasão social ou incorporação de novos elementos que garantam sua modernização e a integração com o exterior. A elite política de Santa Cruz do Sul fica com a complexa tarefa de permanecer na ambivalência da modernização econômica e nas rupturas políticas no Rio Grande do Sul e no Brasil.

2.1) Comportamento da elite política de Santa Cruz do Sul.

O estudo sobre o comportamento eleitoral de Santa Cruz do Sul, desenvolvido por Schmidt (2004), nos permite entender a formação partidária de sua elite política nos diferentes momentos da história política do Brasil (República Velha, Estado Novo,

[5] Vinculada especialmente na oligarquia agrária.

Período Democrático (1945-1964) e Regime Militar). Com base nas pesquisas do autor, podemos perceber uma tendência de a elite política, no executivo e no legislativo municipal manter forte aproximação com partidos do campo "liberal-conservador"[6]. O campo liberal conservador em Santa Cruz do Sul, no período de 1945 até 1964, mostrou-se o mais forte em relação ao conjunto de todos os municípios do Rio Grande do Sul. O Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN) obtinham expressiva votação e estiveram no comando do executivo em quase todas as gestões no período populista. Schmidt (2004) registra que, do ponto de vista ideológico, a comunidade tendia a apoiar representantes da elite política conservadora, tanto nas eleições nacionais quanto regionais.

Esse fato pode ser explicado, em primeiro lugar, pela trajetória histórica de tolerância ou mesmo aceitação de grupos políticos de extrema direita que se organizaram no município. Em segundo lugar, pela própria conjuntura nacional, marcada pelo autoritarismo de Estado, que se configurou na República Velha através do PRR, pelas perseguições de Vargas, pela fragilidade da democracia (1945 – 1964) e pelo próprio regime de 1964 até 1985.

Em relação ao primeiro aspecto, pesquisas realizadas por Olgário Vogt (2004) demonstram que na década de 1930, havia células do Partido Nazista (NASDAP) e do Partido Integralista (AIB) em Santa Cruz do Sul. Para o autor, não era estranho, nesse

[6] João Pedro Schmidt emprega o conceito liberal-conservador e progressista-populista nos períodos de 1945 até 1985, sem entrar em detalhes sobre esse conceito, o autor procura identificar a posição desses partidos a luz da conjuntura histórica de cada período no Brasil pós Estado Novo. Entre 1945 até 1964, os liberais conservadores serão o PSD, UDN e PL, já o progressista populista será o PTB, na ditadura o primeiro grupo vai ser ARENA e o segundo o MDB.

período, verem-se pessoas da comunidade se cumprimentando como na Alemanha da década de 30: “Heil Hitler”. Schmidt (2004) afirma que a formação do Partido Nazista na comunidade de Santa Cruz do Sul tem que ser avaliada dentro de sua peculiaridade local, pois as notícias vindas da Alemanha e o sentimento de pertencimento ao Estado alemão que era estimulada pelo germanismo[7], deu bases para a formação de pequenos núcleos isolados na comunidade.

A simpatia por setores da elite política brasileira pelo Nazismo também influenciou o ambiente, haja vista que o próprio contexto internacional estava marcado pela hibridez do contexto político internacional[8]. Vogt (2004) afirma que a maioria dos lideres da NASDAP eram alemães natos que vieram com a finalidade de construir o partido. Portanto, não podemos afirmar que houve uma adesão da elite política local ao Partido Nazista, mas as condições para isso estavam sendo construídas. Quando, em 1938, a organização foi posta na ilegalidade, a medida não despertou nenhum tipo de reclamação ou de reação, mostrando que a NASDAP não estava enraizada na cultura política da comunidade.

Em relação ao integralismo, René Gertz (1991) demonstra que esse grupo teve grande sucesso nas regiões de colonização alemã e italiana no Estado. Isso se explica pela forte vinculação *Deus, Pátria, Família* que a AIB cultuava, o que aproximava setores da igreja católica ao movimento. De acordo com Schmidt (2004), essa vinculação facilitou a penetração do movimento na comunidade de Santa Cruz do Sul.

[7] Tradução da palavra Deutschtum será discutido com mais profundidade no item 2.3 desse trabalho.
[8] O período de 1918 até 1945 é marcado por transformações de ordem política, sobre o assunto ver Hobsbawm (1996).

Porém, mesmo tendo núcleos em quase todos os distritos do município, a AIB não conseguiu eleger um só vereador e seu candidato a prefeito nas eleições de 1935, Dario Bittencourt, obteve pouco mais de 50 votos.

Com o Estado Novo, a organização é desmantelada, mas ressurge no Partido de Representação Popular (PRP) no período democrático (1945 – 1964), com grande força política e eleitoral na comunidade. A conclusão de Schmidt (2004) quanto ao sucesso do PRP em ser a terceira força política da comunidade, aponta o fato de os antigos representantes da AIB terem rompido com suas estratégias anti-democráticas e se institucionalizado. Assim, não podemos considerar conclusiva a tese de que a comunidade possuía um alinhamento automático com organizações de extrema direita. Um outro fator que dissuadia a comunidade em relação a velha AIB era seu forte discurso nacionalista, o que não atraia grande aceitação numa comunidade de imigrantes alemães, mas o PRP procurou rever essa questão em alguns pontos, para poder se firmar na vida política da comunidade.

No campo da esquerda socialista[9] Schmidt (2004) afirma que não vamos encontrar nenhuma organização partidária na linha do PCB ou de PSB. Esses dois partidos, durante o período de 1945 até 1964, têm inexpressiva votação na comunidade. Mesmo com relatos, no jornal "Kolonie", de comemorações pelo dia internacional do trabalho[10], a conjuntura da época não gerou clima favorável à formação da esquerda na

[9] Schmidt identifica como Esquerda Socialista os partidos que ao longo do período democrático (1945-1964) possuíam forte aproximação com organizações sindicais, estudantis e de camponeses e possuíam alguma aproximação com o Marxismo. Os principais no período foram o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

[10] Pesquisadores que leram o jornal Kolonie encontraram reportagens de comemoração do 1º de maio com desfiles e bandeiras vermelhas pelas ruas da cidade nas décadas de 1920, mas mesmo assim não vamos encontrar indícios de organização do sindicalismo internacional na comunidade.

vida política da comunidade. O apoio dado ao governo de Eurico Gaspar Dutra (1945 – 1950) quando colocou o PCB na ilegalidade, se evidencia tanto nas atas de reuniões da Câmara de Vereadores como nas reportagens veiculadas no jornal Gazeta do Sul, ao final dos anos quarenta.

Em relação ao segundo aspecto, quanto à prática da violência e do autoritarismo na vida política de Santa Cruz do Sul, Schmidt (2004) avalia que a quebra da ordem democrática e a própria cultura autoritária da política brasileira moldou a formação política da comunidade. Podemos afirmar que a estratégia de reprodução da elite política foi influenciada por essa tendência. Mas a própria comunidade foi também vítima dessa violência, primeiro, pela sua própria formação, pois não houve nenhuma preocupação da elite gaúcha e brasileira para a integração social e política da comunidade desde a sua formação e, ainda, pela própria ação repressiva do Estado republicano no processo de homogenização e assimilação forçada, que teve na campanha de Nacionalização sua ação mais bem elaborada. A primeira grande crise envolvendo a classe política nacional e a comunidade se registrou durante a I guerra mundial (1914 – 1918) como aponta Krause:

> A 1ª guerra mundial também gerou conflitos entre as zonas coloniais alemãs e o governo brasileiro. O rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha criou incidentes violentos em Porto Alegre (saques a empresas "alemãs", incêndios à sede de sociedade alemãs, etc.), e em zonas do interior (fechamento de escolas, proibições da imprensa em língua alemã, etc.). (2002: 172)

Assim, a relação entre a comunidade e a classe política nacional torna-se tensa, na medida em que ocorre uma mudança de paradigma no engajamento da elite nacional na a formação do Estado-nação. No período da formação da comunidade de Santa Cruz

do Sul, em 1849, é clara a estratégia da elite intelectual e política do Brasil: ocupar os espaços vazios da metade norte do Rio Grande do Sul e criar condições para a formação de uma classe intermediária entre os escravos e os estancieiros.

O resultado desse processo foi o isolamento da comunidade, criada sem nenhuma estrutura econômica e social, tendo que se desenvolver por conta própria. O processo de exclusão gerou o sistema ideológico cultural nomeado de Germanismo ou seja, a "manutenção" (conservação) da cultura alemã pelos seus descendentes. A criação de escolas, centros culturais e a manutenção da cultura germânica foi um dos aspectos que marcaram a formação cultural da comunidade ainda presentes no cotidiano atual.

Tânia Regina de Luca (1999) aponta que, a partir da década de 1920, a nova estratégia da elite republicana centra-se na homogeneização da cultura nacional, através de um sistema unificado de ensino e cultura. Esse processo encontra grande resistência nos defensores do federalismo. Porém, com o advento da ciência médica, o desenvolvimento da antropologia e da criminologia na cultura política brasileira, esse quadro começa a dar a diretriz da política de desenvolvimento nacional.

As novas estruturas científicas influenciaram os novos quadros da administração pública a partir da década de 1920, mediante a uma estratégia de desregulamentação das comunidades, em clara rota de colisão com a cultura do Germanismo em Santa Cruz do Sul. O momento de maior tensão foi durante a campanha de nacionalização posta em

prática por Getúlio Vargas, oposta às ideologias que estavam se formando na comunidade, como o Nazismo, o Integralismo e o Germanismo.

No que se refere ao comportamento político da comunidade, percebemos que a violência entre os próprios membros da elite política local sustenta a tese de Schmidt (2004) de que a comunidade não era tão pacata como demonstra o "senso comum"[11]. Para isso podemos citar dois exemplos de maior repercussão na história política do município.

O primeiro foi a tentativa de assassinato de Carlos Trein Filho, considerada uma das figuras mais importantes da história política do município, que exerceu cargo de diretor da Colônia de 1869 até 1872, permanecendo com o título até 1881. Foi vereador na primeira legislatura, em 1878, dedicou-se à Igreja Evangélica, ao Colégio Sinodal (atual Mauá) e foi um dos principais líderes da Maçonaria, sem dúvida, uma das figuras de maior influência política, cultural e econômica na comunidade. Na noite de 13 de junho de 1903, Trein se dirigia à loja maçônica quando foi atacado e recebeu vários golpes de faca que não chegaram a ser fatais. O caso é um mistério até hoje, mas as suspeitas recaíram sobre a oposição, representada pelo PRR, visto que Trein aglutinava os setores de oposição a este partido hegemônico no governo do estado.

O segundo ocorreu no início dos anos de 1960, quando o deputado Euclides Kiliemam do PSD foi assassinado nas dependências da Rádio Santa Cruz pelo vereador

[11] Entrevistando inúmeros dirigentes da vida política e empresarial da comunidade, percebemos que segundo eles as brigas políticas nunca chegavam ao extremo da violência física ou verbal, "sempre foi pacata e tranqüila", segundo a maioria dos membros da comunidade.

do PTB, Floriano Peixoto Karan Menezes. O fato teve grande repercussão no Estado por ter vitimado um político bem conhecido e pela banalidade da motivação, pois o argumento de Floriano foi que Kliemam desferiu violentos ataques à "honra" do PTB.

Os fatos acima apontam, por um lado, a dificuldade de resolução pacífica dos conflitos e, por outro, demonstram que a elite política de Santa Cruz do Sul tendia a estabelecer, ao longo do século XX, um padrão autoritário nas relações sociais e políticas. De acordo com Schmidt (2003) isso se explica pela tendência à quebra da normalidade democrática que era característica não apenas da comunidade, mas de toda a política nacional. Assistimos a interferências na vida política local promovida por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros bem como, as arbitrariedades contra a população durante a campanha de nacionalização de Vargas e o Golpe Militar de 1964. Esses fatos são alguns exemplos da formação ideológica da elite política de Santa Cruz do Sul.

A presença do conservadorismo e do continuísmo eleitoral que foi objeto de estudo de Schmidt (2004) enfoca outra possibilidade de entendimento da formação da elite política de Santa Cruz do Sul. O autor afirma que o bloco conservador manteve-se hegemônico no quadro das eleições para a prefeitura de Santa Cruz do Sul, tanto no período democrático (1945 até 1964) quanto no regime militar (1964 – 1985). Por outro lado, no que tange às eleições para governador e para presidência, o campo progressista teve significativa votação apesar do peso da elite política do bloco conservador da comunidade. A tabela abaixo mostra que o continuísmo não fez parte da trajetória eleitoral da comunidade de Santa Cruz do Sul.

TABELA 1: Voto na situação e na oposição – 1945-1964.

Ano	Partido no poder em Santa Cruz do Sul	Eleição para…	Partido mais votado	Sentido do voto
1945	(PSD)*	Presidente	PSD	
1947	(PSD)**	Governador	PSD	
	(PSD)**	Prefeito	PSD	
1950	PSD	Presidente	PSD	Situação
	PSD	Governador	PRP-PSD-UDN	***
	PSD	Senador	PRP	Oposição*
1951	PSD	Prefeito	PSD-PL-UDN	Situação
1954	PSD-PL-UDN	Governador	PSD-UDN-PL	Situação
1955	PSD-PL-UDN	Presidente	UDN-PDC	***
	PSD-PL-UDN	Prefeito	PTB	Oposição
1958	PTB	Governador	PSD-PL-UDN	Oposição
	PTB	Senador	PSD-PL-UDN	Oposição
1959	PTB	Prefeito	PL-PSD-PDC	Oposição
1960	PL-PSD-PDC	Presidente	PDC-UDN	***
1962	PL-PSD-PDC	Governador	PSD-PL-PRP-PDC-UDN	Situação
	PL-PSD-PDC	Senador	PSD-PL-PRP-PDC-UDN	Situação
1963	PL-PSD-PDC	Prefeito	PSD-UDN-PRP-MTR	Situação

* O prefeito nomeado em 1945, Willy Carlos Froehlich, era partidário do PSD.
** O prefeito nomeado em 1947, Bruno Agnes, era partidário do PSD.
***Os partidários que governavam o município estavam divididos nos apoios para o cargo.
Fonte: Banco de Dados Eleitorais de Santa cruz do Sul, IN: Schmidt, 2003:03.

Nos períodos da história republicana do Brasil, a elite política de Santa Cruz do Sul esteve alinhada às transformações surgidas na vida política nacional. O processo de integração econômica gerou a necessidade de articulação política com setores da elite política do Estado e da Federação, em vista da carência estrutural para o desenvolvimento do comércio e, posteriormente, da indústria local.

Em relação à República Velha, Krause (2002) afirma que a elite da comunidade procurava estabelecer uma relação de autonomia frente ao Partido Republicano Rio-grandense. Com isso, visava garantir cargos para seus representantes, sem uma adesão incondicional às diretrizes do PRR estadual. Por vários anos, as relações entre PRR e elite política de Santa Cruz do Sul foram tensas, o que mostra que não houve um realinhamento automático na proclamação da República.

> Entendemos que o PRR adotou, nos primeiros anos da República em Santa Cruz do Sul, uma política de "cooptar" ou formar algumas lideranças naturais da localidade, isto quando não conseguia indicar um "funcionário" ao lugar. Neste sentido, o Partido do centro Católico cumpria um papel importante na medida em que possibilitou em alguns momentos uma aglutinação de forças locais para não permitir o fortalecimento maior dos federalistas (pois o partido do centro católico tinha seus quadros políticos naturais de Santa cruz do Sul). (Krause, 2002: 149)

Krause (2002) destaca, ainda, que a ação homogênea da elite política local frente aos acontecimentos no Estado e no País, objetivava, de alguma forma, unificar a comunidade em torno de seus objetivos. Com a extinção do voto censitário e por seu elevado índice de alfabetização, as colônias tiveram um aumento no seu peso político eleitoral no Estado a partir da implantação da República. Com a Revolução de 1930, ocorre uma mudança no posicionamento da elite política de Santa Cruz do Sul, porque se forma uma frente única liderada pelo governador Getúlio Vargas. Esse movimento coloca as divergências locais em segundo plano, em vista da luta das elites regionais gaúchas contra as oligarquias do centro do país representadas por São Paulo. Fica claro, na reportagem do jornal Kolonie, o discurso de unidade da elite gaúcha e o apoio ao governo do Estado por parte de várias entidades da comunidade de Santa Cruz do Sul no processo revolucionário brasileiro de 1930:

> O povo deste município compenetrado da grandeza extraordinária da causa que empolga o Rio Grande do Sul e a Pátria resolveu organizar, sem distinções de cores partidárias, uma junta revolucionária com o escopo de dar maior eficiência no concurso de Santa Cruz do Sul ao movimento sagrado da Redenção da Pátria, no momento em que se decide o seu destino. Patriotas de Santa Cruz do Sul! O Rio Grande com o seu pró-homens à frente confia no vosso auxilio. Parafraseando a resposta que o presidente do Estado, Dr. Getúlio Vargas deu ao major Plínio Tourinho (…) deveis bradar com o que já estão se batendo pela regeneração da república. Bravo! Marchamos com o Rio grande ao vosso encontro, vamos todos, Exército e Povo. Vinde juntar os vossos nomes aos daqueles que já se acham inscritos na lista dos voluntários que vão pagar o seu trubuto no campo da honra (…). Santa Cruz, 9 de outubro de 1930. A Junta Revolucionária. José W. Koelzer, Gaspar Bartholomay, Artur G. Fett, Guilherme Hildebrand, Alfredo Luwig, Felipe Jacobus Filho, Fernando Werlang, Pedro Corrêa, F. C. Tasch,

> Ricardo Hoffmann Filho, Artur Jäger, Marciano L. Ferreira, João C. Frantz, Adão Bapp, Leopoldo Strhschöen e Mario Carneiro.[12]

Vários integrantes da elite política de Santa Cruz do Sul apoiaram o movimento liderado por Getúlio Vargas, em vista do papel central que a elite política gaúcha desempenhou na Revolução de 1930. [13]

Se o apoio ao movimento de 1930 foi praticamente total e automático, não podemos dizer o mesmo sobre o período em que Vargas esteve no poder. O processo de assimilação forçada, orquestrada pelo Estado brasileiro, foi um desconforto para a comunidade, atingindo todos os setores da economia e da política. Este desconforto pode ser retratado pelo posicionamento da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul nos períodos de 1942 e 1944:

> …foi proposto e achado bom que, no próximo boletim mensal se fizesse um apelo ao comércio, às industrias e a toda população para que conservassem suas casas embandeiradas durante os festejos da Semana da pátria e outros feriados nacionais…[14]

O fim do governo Vargas marca uma nova fase na história política nacional e uma grande transformação na comunidade de Santa Cruz do Sul. A política internacional é marcada pela vitória das forças aliadas, o que influenciaria na implantação da democracia no Brasil. O engajamento do Ocidente contra o autoritarismo fascista que deu origem à II Guerra Mundial, tinha revolucionado o comportamento político nacional voltado a uma cultura mais democrática.

---

[12] jornal Kolonie, dia 10 de outubro de 1930. citado por Krause, 1991: 183.
[13] Esse apoio não foi tão explícito, por exemplo, no processo de implantação do regime republicano em 1889. Sobre o assunto ver Krause, 2002.
[14] Ata de reunião da diretoria da ACI nº 10, de 09 de Julho de 1942. IN: CADONÁ, 2002:55

A cultura democrática do Ocidente se reconstrói numa cruzada contra o comunismo. A fase híbrida da política internacional, marcada pela decadência dos regimes democráticos e a ascensão de regimes autoritários, no período de 1914 até 1945, dá lugar à bipolaridade. Dois mega-blocos que se julgam os condutores do processo civilizatório moderno da humanidade, disputam a hegemonia internacional na fase denominada de Guerra Fria[15].

Uma mudança de comportamento político ocorre na comunidade de Santa Cruz do Sul, influenciada pelo discurso democrático do Ocidente que estava emergindo no país. Percebemos que, pela primeira vez na história, a prática democrática é generalizada no engajamento político. Esse quadro vai influenciar o comportamento da elite política local, visto que o processo de modernização acaba gerando transformação social[16].

Com o fim do Estado Novo, ocorre a organização de vários partidos e o retorno às eleições dentro de uma normalidade democrática estável com pluripartidarismo, eleições organizadas e reguladas pela Justiça. Na verdade, é a primeira vez que o Brasil passa por essa conjuntura de relativa estabilidade, durante duas décadas, interrompida pelo golpe de 1964. Em Santa Cruz do Sul se estruturam os seguintes partidos: Partido Social Democrático (PSD), Partido da Representação Popular (PRP), Partido Libertador

[15] Ver Hobsbawm, 1998.

[16] É inegável que o pensamento político é revolucionado com o fim da II guerra, figuras como Getúlio Vargas que simpatizavam com o fascismo passam a adotar uma postura democrática. Mesmo que esse processo fosse conturbado pela luta contra o comunismo, que por várias vezes no período de 1945 até 1964 foi desestabilizante da ordem democrática, é inegável que o engajamento da elite do Ocidente giram em torno da democracia. Um outro fator de ordem cultural é sem dúvida influenciado pela expansão da rede telefônica, do rádio e da televisão que deram os primeiros passos para a cultura global e isso veria a influenciar direto a cultura do consumo do cigarro que era bastante benéfico para a indústria fumageira da comunidade.

(PL), União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista do Brasil (PCB). Este último teve seu registro cassado em 1947. Apesar da frágil estrutura democrática brasileira, essa experiência teve resultado significativo, pois enraizou culturalmente o conceito de "democracia", tanto nos discursos da elite nacional quanto na elite de Santa Cruz do Sul[17].

É na conjuntura da década de 1960 que a elite política de Santa Cruz do Sul volta a se engajar nas transformações de ordem política que estavam fervilhando no país. O candidato Jânio Quadros, quando em campanha na cidade, deixou boa impressão na elite econômica e política da comunidade:

> Havia dificuldades enormes de infra-estrutura. O Jânio Quadros fez um discurso aqui em Santa Cruz do Sul, eu me lembro porque estava lá, ele provocou enormes aplausos. '- Que não era possível que uma cidade progressista como Santa Cruz não tivesse estradas (…) – Porque cheguei em Santa Cruz não foi por estradas, foi por caminhos!' enfatizou a expressão: 'foram caminhos que me trouxeram a Santa Cruz do Sul, não estradas!' Esse problema perdurou por muitos anos. (Depoimento de representante político e industrial de Santa Cruz do Sul)

A crise do sistema ferroviário que já era pressentida pela elite política local levou à mobilização em torno de uma rodovia e se tornou uma das principais metas do poder público local. Jânio Quadros sabia perfeitamente disso quando veio para a cidade, e recebeu um memorando da ACI para que não esquecesse da promessa de campanha. Mas foi nos conturbados meses de agosto e setembro de 1961 que a conjuntura nacional ganhou fortes ventos desestabilizadores. A renúncia de Jânio talvez não chegasse a causar preocupação entre a elite política local, mas o engajamento do então governador

[17] Esse foi talvez o grande mérito do período de 1945 até 1964. Mesmo com sua fragilidade, a cultura de respeito às instituições começa a ganhar corpo. Todos os eventos que ocorrem no pós Estado Novo tinham como justificativa preservar a "ordem democrática", inclusive o próprio golpe de 1964 era chamado de "Revolução Democrática".

do Estado, Leonel Brizola, liderando a campanha pela Legalidade, fez a elite política local tomar uma posição de respeito ao processo sucessório.

> A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, apreensiva com os rumos que vem tomando os acontecimentos, dentro da crise determinada pela surpreendente renúncia do Presidente Jânio Quadros, vem fazer o seu pronunciamento pela legalidade em prol da integridade da ordem constitucional. Como sucessor legal do presidente renunciante deverá assumir a presidência da república o Dr. João Goulart e como expressão legítima do poder civil da República é do seu dever esclarecer o povo brasileiro sobre as verdadeiras causas do afastamento do presidente tão expressivamente consagrado pelas urnas de 1960. (…) Se, todavia, ao revés, ficasse constatado que a renúncia do Dr. Jânio Quadros foi ato de sua espontânea determinação e atitude livremente assumida, então estaremos aqui para afirmar ao Dr. João Goulart a nossa solidariedade de democratas e a nossa colaboração de brasileiros, prontos a prestigiar todas as suas iniciativas que visem ao progresso do País. Santa Cruz do Sul, 28 de Agosto de 1961[18].

O movimento pela Legalidade mostra uma ação homogênea da elite política local, refletindo seu forte caráter comunitário. A Câmara de Vereadores proclama seu posicionamento frente ao acontecimento no jornal Gazeta do Sul:

> Em reunião permanente desde sexta feira última, acompanha apreensiva e perplexa o desenrolar dos acontecimentos surgidos com a renúncia de sua Excia. o Presidente da república sr. Jânio Quadros.
>
> Pela unanimidade de seus membros manifesta suas convicções democráticas pela defesa da legalidade, e pela manutenção das prerrogativas constitucionais e livre exercícios dos mandatos pelos governantes eleitos pela vontade soberana do povo brasileiro.
>
> Lança veemente protestos contra as tentativas para subversão da ordem constitucional e conseqüentemente implantação do regime de força contrariando assim a vontade soberana do povo brasileiro manifestada através das urnas livres.
>
> Apela ao povo santa-cruzense no sentido de que se mantenha sereno e unido, confiando no patriotismo e convicções democráticas dos responsáveis pelos destinos da Nação.
>
> Santa Cruz, 28 de agosto de 1961.
> Elemar Gruendling – Presidente.[19]

[18] Gazeta do Sul, 29 de Agosto de 1961

[19] Gazeta do Sul 29 de Agosto de 1961 nº 103 ano 17.

O apoio ao movimento pela legalidade não representa um posicionamento favorável ao PTB de Goulart ou Brizola. Bem pelo contrário. A elite política sempre esteve majoritariamente representada por agremiações de caráter conservador durante o período populista. Para Skidmore (1988), se dependesse da maioria da classe política no Congresso Nacional da época, ou dos governadores e outras agremiações partidárias, Goulart não assumiria o poder. Esses mesmos setores estavam, com certeza, representados politicamente em Santa Cruz do Sul. O apoio à legalidade aconteceu porque o governo gaúcho e o III Exército estavam apoiando o movimento.

> Ante ontem, quinta-feira, no recinto da Câmara de Vereadores desta cidade, por iniciativa do Dr. Arno Schmidt, devidamente credenciado pelo deputado Milton Dutra, como o Coordenador local do Comitê pró Resistência Democrática, reuniram-se os membros do legislativo santa-cruzense, vereadores Elemar Gruendling, Ottomar Muench, Dr. Luiz A. Jacobus, Floriano P. Karan Menezes, Júlio de Oliveira Viana, Querino Pereira de Aquino, Dr. Patrick Francis Fairon, Lindolfo Spengler, Harry Werner e José Alvino dos Santos, o Dr. Arno Schmidt, o sr. Edmundo Hoppe, Prefeito Municipal, Deputado Norberto H. Schmidt, Dr. Arthur g. Fett, Carlos Edmundo Steffens, Carlos Mauricio Werlang, Sebaldo Kroth, Carlos Hoppe, Arno Frantz, Roque Coimbra, Roberto Hartungs, Waldomiro Gil, Jurgem Klemm, Milton Nagel, Lothário Bartholomay, e dezenas de outras pessoas gradas da cidade.[20]

A criação do Comitê, além de mostrar a capacidade de engajamento comunitário, nos permite entender também a forte capacidade de posicionamento homogêneo frente aos acontecimentos nacionais. Esse quadro levanta a hipótese de que a elite política de Santa Cruz do Sul aposta na articulação de interesses que lhe possam garantir estabilidade e a manutenção de sua capacidade de comando, mesmo que isso seja contra aos seus reais interesses ou posicionamentos partidários.

> Abertos os trabalhos pelo sr. Presidente da Câmara de vereadores explicou, sua Senhoria, os motivos da reunião bem como fez explanações sobre a atual situação política quando o Rio Grande do Sul, pela pessoa de seu ilustre governador se levantou e se mantém em defesa da constituição Federal e da

---

[20] Gazeta do Sul 02 de setembro de 1961 nº 105 ano 17.

> ordem legal. Em seguida passou a palavra ao Dr. Arno Schmidt, que comunicou, preliminarmente, ter recebido do Deputado Milton Dutra, Coordenador Geral, em todo o Estado, dos comitês pró-resistência democrática, um ofício credenciando-o como coordenador local do referido comitê para a defesa democrática do país e conseqüentemente a pose do vice-Presidente Dr. João Goulart. O comitê local deveria receber inscrições de voluntários e da constituição. Explicando, também, que o movimento era despido de qualquer intenção ou interesses partidários, o era de congraçamento de todos os partidos políticos em defesa da Legalidade. O dr. Luiz Jacobs sugeriu, logo após, um serviço de doação de sangue. Falou ainda o estudante Jurgem Klemm, presidente da UESC, lendo um manifesto daquela União de Estudantes, em favor da preservação da constituição federal. Falaram, ainda os senhores Ottomar J. Muench, Floriano P. Karan Menezes, Júlio de Oliveira Viana, Querino Pereira de Aquino, Harry Werner e Dr. Patrick F. Fairon, todos se solidarizando com a formação do comitê.[21]

Outros setores marcaram presença na defesa da Legalidade, tais como o jornal Gazeta do Sul, que teve como principal representante na época Francisco Frantz (diretor do jornal, diretor da ACI na década de 1960), a União dos Estudantes de Santa Cruz do Sul (UESC) representado por Jurgen Klemm (Presidente da entidade e futuramente vereador pelo PDC e depois pela ARENA), e a de maior peso político, a ACI, que tinha a maioria de sua diretoria representada na Câmara de Vereadores.

> Havendo, assim, identidade de pontos de vista, quanto a criação do comitê local pró-resistência democrática, o presidente dos trabalhos submeteu à apreciação dos presentes a organização do comitê local pró-resistência democrática, o presidente dos trabalhos submeteu à apreciação dos presentes a organização do Comitê, com todos os presentes como componentes, o que foi calorosamente aplaudido. Foi organizada a diretoria que, por aclamação, ficou assim constituída:
>
> Presidente: Dr. Arno W. Schmidt
>
> Vice-Presidente: Dr. Patrick F. Fairon, Sebaldo Kroth, Ottomar J. Muench, Roberto Hartungs e Jurgem Klemm.
>
> 1º Secretário: Floriano Peixoto Karan Menezes
>
> 2º Secretário: Carlos Hoppe
>
> 1º Tesoureiro: Carlos Edmundo Steffens
>
> 2º Tesoureiro: Roque Coimbra

---

[21] Gazeta do Sul 02 de setembro de 1961 nº 105 ano 17.

Com. De Propaganda: Lothario Bartholomay e Francisco Frantz.[22]

Apesar de não ter ocorrido o pior, que seria uma guerra civil, esse fato merece ser destacado porque deixa mais clara a unidade que a elite política local articula quando tem que se posicionar frente a acontecimentos nacionais. As entidades foram todas mobilizadas para o movimento. Sabemos que a elite econômica da comunidade não tinha nenhuma simpatia por Goulart, principalmente pelo fato de quando ministro do trabalho no governo de Getúlio Vargas (1950 – 1954), ele propôs reajustar o salário mínimo em 100%. Esta medida causou indignação da ACI e em vários representantes da elite política de Santa Cruz do Sul. Essa elite se posicionava criticamente quando seus interesses estavam ameaçados por ação governamental e, com essa medida, o principal setor que garantia o desenvolvimento da indústria, do comércio e da agricultura, a economia fumageira, estava em sobressalto.

2.2) O impacto da economia fumageira na atuação da elite política de Santa Cruz do Sul.

A economia fumageira é o principal ramo produtivo de Santa Cruz do Sul e garantiu a expansão econômica e a ruptura com as práticas tradicionais na comunidade que inviabilizavam sua modernização econômica. De acordo com Krause, "as transformações econômicas ocorridas nessas zonas coloniais não se limitaram ao desenvolvimento da agricultura, mas desenvolveu-se também uma economia moderna

[22] Gazeta do Sul 02 de setembro de 1961 nº 105 ano 17.

baseada no comércio, em um sistema bancário e na formação de indústria" (2002:15). A formação social, política e cultural da comunidade ao longo do século XX possui forte ligação com esse setor, em diferentes níveis de integração com o mercado nacional e internacional, moldando os posicionamentos e o discurso da elite de Santa Cruz do Sul.

O processo de integração e desenvolvimento econômico de Santa Cruz do Sul necessitava de um produto que gerasse renda em proporções superiores ao volume dos produtos já produzidos nas primeiras colônias de imigrantes europeus que se instalaram em São Leopoldo a partir de 1824. De acordo com Vogt (1997) o fumo já era cultivado por tribos indígenas na região central do Rio Grande do Sul[23], antes da chegada dos lusos. Mas foi com a colonização alemã que o cultivo se intensificou, a partir de 1849, quando se estabeleceram as primeiras famílias de imigrantes em Santa Cruz do Sul.

O cultivo do fumo se alinha à primeira etapa do desenvolvimento da colônia, até meados de 1860. Santa Cruz do Sul passa a se especializar em um produto transportado facilmente e rentável para os padrões da época. De acordo com Vogt (1997) o fumo de Santa Cruz do Sul foi se firmando no mercado interno e externo, fornecendo as bases para a modernização econômica, social e política da comunidade.

Na consolidação do fumo como produto de expansão e desenvolvimento econômico nota-se que a elite política passa a se engajar na melhoria de sua produção lançando assim as bases para o fortalecimento da identidade regional vinculada à

[23] Vogt menciona pesquisas arqueológicas realizadas pelo CEPA (Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade de Santa Cruz do Sul).

expansão econômica. O intendente municipal, Adalberto Pitta Pinheiro (1900 – 1904), em sua gestão, determinou a importação de sementes oriundas dos principais municípios produtores da Bahia. Pinheiro avalia, em seu relatório de 1903 apresentado ao conselho municipal, que o fumo trouxe o "renascimento da cultura no município cuja produção em anos anteriores teria chegado à depressão lastimável" (Vogt, 1997:85). Na verdade, os anos de 1903 e 1904 foram os piores da agricultura de Santa Cruz do Sul, mas os esforços levados a cabo pela elite política da cidade surtiram efeito a partir de 1908.

Um fato que merece ser destacado no desenvolvimento econômico da comunidade ocorreu em 1905. Esse ano pode ser classificado como o marco divisório no processo de integração social e econômico de Santa Cruz do Sul, com a inauguração da via férrea Santa Cruz – Rio Pardo. Esse fato deu impulso à integração da comunidade, possibilitando o aumento da circulação de mercadorias e de pessoas na cidade. A estação férrea abre caminho para a transformação social e econômica da comunidade. Desde 1849, quando chegaram os primeiros imigrantes, falava-se sobre as dificuldades no escoamento da produção. A bibliografia sobre a história econômica[24] registra os relatos de vários setores da comunidade quanto às dificuldades de acesso à colônia, tanto no caminho até Rio Pardo quanto no difícil trajeto até Porto Alegre.

A ferrovia era uma reivindicação da comunidade desde 1882, e a elite política tinha bem claro que o processo de integração com o mercado estadual dependia de uma via moderna para o escoamento da produção. Juntamente com a inauguração da estrada em 1905, o presidente do Estado na época, Borges de Medeiros, aproveitou a ocasião e

[24] Vogt (1997), Montali (1979) , Cadoná (2002) e Krause (2002)

elevou Santa Cruz do Sul à categoria de cidade. A estrada de ferro representa um salto extraordinário nas exportações da comunidade como demonstram os estudos de Roche (1969). Para o autor, praticamente todos os produtos dobraram suas vendas (a banha em 133%, feijão 165%, fumo 271% e a batata 412%). Essa prosperidade trouxe o fortalecimento da elite comercial da comunidade, como apontam os estudos de Krause (2002) e Heinz (2000).

É nesse período que os comerciantes formam o principal grupo de poder político em Santa Cruz do Sul. Nessa fase pré-industrial, esse segmento detém o controle das principais vias de acesso aos mercados do fumo. Para esta afirmação nos apoiamos na pesquisa realizada por Heinz (2000). Segundo o autor, a tradição do comerciante na negociação da compra e venda de mercadorias, colocou-o em situação de vantagem na disputa política da comunidade.

Esse poder não ocorria por acaso, porque ele desempenhava o papel de banqueiro, monopolizava a informação referente ao preço do tabaco e dos meios de escoamento da produção. De acordo com Vogt: "Era ele o elemento de prestígio e poder político, era quem orientava os agricultores sobre o que e como plantar, sendo responsável pela introdução de novas técnicas produtivas na sua área de influência […]" (Vogt, 1997:94).

Nos estudos sobre a elite política de Santa Cruz do Sul, Heinz (2000) elaborou um estudo prosopográfico e constatou que, no período da República Velha, a elite

política estava assim distribuída profissionalmente: 10 comerciantes, 7 agricultores, 7 proprietários, 4 industriais, 3 advogados, 2 médicos, 2 notários, 1 militar, 1 dentista, 1 jornalista, 1 agrimensor e 1 seleiro. Heinz (2000), no entanto mostra bastante cautela, pois a elite política possui uma identificação profissional múltipla. Esses dados levantados pelo pesquisador não representam, necessariamente, uma regra para o período estudado. Mas nos leva a refletir sobre o caráter urbano da elite política, embora a pesquisa de Heinz se concentre no período da República Velha, em que a população rural é bem superior.

No dia 21 de maio de 1882, o jornal Kolonie, publica uma matéria sobre as indústrias em Santa Cruz do Sul, dando conta da existência de duas fábricas de fumo (Krische e Jeske); três fábricas de telhas de tijolos (Eick, Dahlem, Heinrich); três fundições (Schreiner, Lau e filhos, Binz); uma fábrica de tachos de cobre e latão (Baummhardt); três Engenhos de Serrarias (Kulheis, Meyer, Textor); uma fábrica de cal (Kolzer); e uma fábrica de formas para sapatos (Kolberg).

De acordo com Krause (2002) as reivindicações para o desenvolvimento estrutural por parte da elite política não se limitaram ao ramal ferroviário, mas também a outras necessidades urgentes para a comunidade como a linha telegráfica, em 1889.

A modernização econômica da comunidade se verifica, também, com a fundação de alguns bancos a partir de 1904. Esse processo somente se desencadeou por sua íntima ligação com o desenvolvimento do comércio e da indústria na região. Em 1906 a

comunidade comemora a inauguração da iluminação pública com um baile no salão nobre da intendência. Era o processo de modernização chegando a Santa Cruz do Sul, e, com ele, novas possibilidades de transformação social, econômica e política. A influência do espírito higienista que se propagou nesse mesmo período, também se verificou nas políticas públicas da comunidade, com a implantação da rede de água em 1907. O intendente Galvão Costa organizou uma comissão para discutir o problema do saneamento da cidade e solicitou a construção de um reservatório nas terras de João Würdig (atual Gruta dos Índios) que foram desapropriadas.

Como já mencionamos antes, é nesse período que a preocupação de setores da elite nacional, empenhados nas campanhas higienistas e de controle social, passam a orientar as políticas de desenvolvimento do Brasil. Para Silva (2003), esse período é marcado por uma abordagem sócio-jurídica constituída de um *saber* baseado em princípios de igualdade, não apenas jurídicos, mas também humanos. Através da *construção do anormal*, as políticas públicas são direcionadas para disciplinar a sociedade, com uma série de projetos institucionalizadores como a prisão e o hospício. Em Santa Cruz do Sul, em 1885 é inaugurado o Sanatório Kaempf, em 1908 o Hospital Franciscano e em 1910 o presídio municipal, localizado no centro da cidade.

A fundação da Associação Comercial e Industrial (ACI)[25] de Santa Cruz do Sul em 1917, revela não apenas o grau de complexidade que a sociedade estava alcançando, mas já deixa visualizar uma clara política de desenvolvimento comercial e industrial

[25] O nome original é União Comercial e Industrial.

orquestrada pelos setores da elite econômica de Santa Cruz do Sul. Isto fica claro na ata de fundação da entidade:

> Defesa dos interesses comuns, ser órgão representativo das classes associadas perante os poderes públicos, entidades congêneres e o público em geral, prover a expansão comercial e industrial do município, organizar e manter uma biblioteca e um escritório de assistência técnica em assuntos econômicos e fiscais, para uso gratuito dos associados.[26]

As pesquisas de Ronaldo Wink (2002) destacam a ampliação da estrutura urbana do município influenciada pela euforia da industrialização nos anos de 1920 e 1930. O autor aponta a arquitetura das construções no perímetro urbano como manifestações da riqueza gerada pelo processo de industrialização do tabaco.

Em 1917 ocorreu um fato importante que determinou a reorientação da economia fumageira local: a instalação da "The Brazilian Tobacco Corporation" (B. T.C.), antecessora da Companhia Brasileira de Fumos em Folha (1920), mais tarde denominada Souza Cruz (1955). O empreendimento foi financiado pela empresa inglesa British American Tobacco, B.A.T, que, três anos antes, havia assumido o controle acionário da matriz, criada em 1903, no Rio de Janeiro (Olgário, 1997).

A B.A.T. introduz o fumo "Virgínia", em 1918, e abre uma nova etapa no processo de produção do fumo em Santa Cruz do Sul, pois racionaliza o sistema através da secagem artificial nos fornos. A tecnologia na produção fumageira de Santa Cruz do Sul começa a se estruturar no início do século XX e revoluciona todo o sistema

[26] Ata de inauguração da União Comercial e Industrial, 1917.

produtivo, a começar pela plantação, passando pelo aperfeiçoamento dos cuidados no fumo, adubação e maior técnica na secagem das folhas.

> A indústria fumageira, nesse período, além de incrementar o beneficiamento do fumo, que, até 1919, era exportado em forma bruta, passou a fazê-lo de modo mais qualificado, através do emprego de processos mais modernos, como o de esterilização das folhas. Além disso, a fabricação de cigarros passou a ser mais elaborada e, em 1937, a indústria passou a produzir também cigarrilhas e charutos. (Silveira, 2003: 67).

A elite política já tinha clara a importância da indústria fumageira para o desenvolvimento da região. Em 1922 o intendente municipal Gaspar Bartholomay fazia elogios sobre as novas técnicas de secagem em estufas que a B.A.T. introduziu no processo produtivo para atender a indústria de cigarros. Para ele, o melhoramento na secagem projetaria o fumo no mercado internacional, conforme relatório de intendência em 1922.

O prefeito José Wohlgemuth Koelzer (1933) apresenta seu relatório ao Interventor Federal sobre o processo de adubação que reduz o tempo de permanência do fumo na lavoura, uniformiza e acelerara a maturação. A rápida assimilação das técnicas de plantio mostra que os produtores estavam alinhados com as transformações que ocorriam no início do século. O desenvolvimento econômico, associado ao capital estrangeiro, acelerou a modernização e a burocratização administrativa das empresas locais, porque as empresas de capital estrangeiro estavam mais bem assessoradas em relação às novas técnicas do regime de acumulação fordista, emergente nas indústrias ocidentais. Esse processo conta com o apoio da elite política local, visivelmente aberta às mudanças globais. Os posicionamentos culturais frente a essas transformações moldam o discurso que articula o elo entre o produto a comunidade.

Do ponto de vista regional, a economia do município sofre as conseqüências causadas pelos eventos globais como a I e a II guerras. É nesse período que o Brasil impulsiona sua política de substituição de importações, o que representa a base para o desenvolvimento industrial. Santa Cruz do Sul passa a modernizar seu parque industrial, não apenas em relação ao fumo, mas também na indústria de borracha e metalurgia, que dão um novo perfil para o quadro econômico do município. Destaca-se ainda, a nova *cultura do cigarro* no Ocidente, pois, terminada a II Guerra Mundial, assistimos ao avanço modernizador da cultura ocidental, impulsionado pelos meios de comunicações e a campanha de nacionalização de Vargas, que se transforma num escudo para a penetração da cultura americana na comunidade.

É inegável que, no final de 1945, a realidade da indústria de Santa Cruz do Sul estava profundamente modificada. Ao início ela era praticamente periférica dentro da economia gaúcha e no final da II Guerra Mundial, já encontramos um dos mais modernos e dinâmicos pólos na região sul do Brasil. Podemos destacar aqui a diferença entre a industrialização do centro econômico, como São Paulo, e o periférico como Santa Cruz do Sul. Enquanto o primeiro teve seu processo de acumulação baseado na exportação do café, o segundo teve que acumular divisas no comércio interno para, depois, iniciar a industrialização. Mas ambos estiveram associados ao capital estrangeiro, e é inegável que a industrialização gerou uma mudança profunda na estrutura social e política de um e de outro.

Terminados os complicados anos de 1914 até 1945, a preocupação da elite política de Santa Cruz do Sul passa a ser de ordem econômica e estrutural visando o

desenvolvimento da indústria fumageira. O fim da II Guerra provoca uma mudança de comportamento internacional em relação ao cigarro. A nova estética cinematográfica, radiofônica e fotográfica vai servir de sustentação para o incremento do consumo desse produto. Ocorre uma mudança econômica na comunidade: a industrialização ganha impulso e a preocupação da elite política local centra-se no aumento da capacidade energética do município, em vista da demanda que o dinamismo industrial provoca.

Neste aspecto podemos observar a forte presença da elite política local na ACI, nas figuras de Arthur de Jesus Ferreira (prefeito municipal entre 1952 e 1955, membro da diretoria da ACI em 1946/1949 e 1951/1952) e Bruno Agnes (prefeito entre 1947/1948, presidente da Câmara de Vereadores 1950/1953, membro da ACI entre 1941 e 1946). Esses dois participaram das reuniões relativas ao problema da energia elétrica no município, documentado nessa ata:

> … O Sr. Agnes indagou qual o parecer dos presentes em relação aos estudos e como a seu ver seria realizada eventual majoração no preço da energia elétrica, tendo todos concordado que realmente, em face dos aumentos das utilidades em geral, a energia elétrica foi a que menos viu seu preço alterado. Os presentes, em nome das classes que representam, expressam ao Sr. Agnes: a) apoio integral a prefeitura, na condução dos estudos para a solução do problema de energia elétrica e b) que, mesmo que a prefeitura, em vista dos empréstimos e inversões que se tornem necessários para a solução definitiva do problema da energia elétrica em nosso município, se veja forçada a aumentar o preço da força e luz a ser fornecida ao consumo, os utilizadores destas não se sentiram tão prejudicados como o seriam no caso de constantes interrupções, racionamentos ou até falta de energia elétrica. [27]

O aumento da mão de obra para a indústria, na década de 1940, levou a elite política de Santa Cruz do Sul a aprovar o loteamento do bairro operário "Camboím", depois chamado de Bom Jesus, visando receber trabalhadores vindos de outras partes do Estado, no período de safra nas indústrias fumageiras. A comunidade do centro e dos

[27] Ata de reunião da diretoria da ACI nº 127, de 27 de julho de 1953.

bairros de classe média e média alta, no entanto, com o decorrer dos anos, demonstra seu mal-estar com o crescente processo de ocupação desorganizado e a expansão dos bairros populares, como relata essa reportagem:

> A Vergonha de uma cidade
> O Camboim dos becos Laçasso, do Caqui e das Sete Facadas – onde vive num desamparo e numa miséria abjeta e aviltante uma parte substancial da população de uma cidade próspera e vigorosa – constitui um problema gravíssimo que alguns conhecem e a maioria pretende ignorar. (…) A miséria, na sua mais sombria e terrível expressão, o esquecimento e o desamparo total que formaram o Camboim e deram-lhe seu aspecto atual: uma chaga que enfeia um corpo bonito e lhe ameaça progressivamente minar todo o organismo; (…) um quadro deprimente que a cidade faz questão de esconder ou finge ignorar.[28]

Bauman (2004) afirma que os habitantes urbanos da "camada inferior" estariam condenados a permanecerem periféricos, pois para eles é fora dos limites da cidade que a batalha de sobrevivência ocorre, por vezes ganha, mas geralmente perdida. A manutenção de uma mão de obra estável para a indústria é uma das principais estratégias de políticas públicas para o desenvolvimento da indústria.

Esse processo gera preconceitos por atrair grupos que não pertencem à comunidade. Wink avalia que "para a população de Santa Cruz, o crescimento rápido e desordenado de uma área tão degradada como o Camboim causava indignação, face às boas condições de vida usufruídas em outros locais da cidade" (Wink, 2002:129). Para Rogério Leandro Silveira (2003), a reportagem do principal periódico local evidencia a dinâmica segregadora em relação à população operária da cidade. Esse processo possibilita compreender a ação disciplinadora de guetização forçada orquestrada pelo poder público. Silva (2003) afirma que a ação disciplinadora da cidade faz parte do

[28] Gazeta do Sul, 24 de junho de 1952. Wink, 2002: 129. Apud Silveira, 1997:63.

projeto de institucionalização dos saberes[29] nas primeiras décadas do século XX, tendo nas reformas urbanas do Rio de Janeiro seu maior exemplo.

A pesquisa de Silveira (2003) aponta para o que Bauman (2004) classifica de preservação da pureza comunitária. Esse processo é levado a cabo dentro de padrões modernos de separação (guetização forçada ou auto-guetização), através da ação da elite política, baseada em políticas públicas de controle da migração e separação dos ditos "forasteiros".

> Nessa perspectiva, a Prefeitura passou a cooptar algumas lideranças comunitárias junto às associações de moradores, fazendo-as seus fiscais nas inúmeras vilas da cidade. A esses fiscais cabia a tarefa de impedir a instalação de novos migrantes nas vilas periféricas da cidade e de manter a Prefeitura informada, para providenciar o retorno dessas famílias ao seu local de origem. Além disso, o poder público municipal designou funcionários para a fiscalização mais ostensiva na rodoviária da cidade, buscando garantir o retorno imediato dos novos migrantes aos seus locais de origem. (Silveira, 2003: 219)

Esse processo mostra a capacidade de defesa da comunidade por parte da elite política e dá uma dimensão das formas de engajamento comunitário. A consolidação da articulação em torno da industrialização e do beneficiamento do fumo estabeleceu uma revolução na estrutura social da comunidade. Sua elite política tinha clara a importância da economia fumageira para sua integração ao mercado nacional e internacional. Tinha clara, também, a necessidade de atrair mão de obra para essa indústria, mas mantendo o que Foucault chama de "arte de distribuição espacial dos indivíduos […] por exercer controle, não sobre o resultado de uma ação, mas sobre seu desenvolvimento" (citado por Silveira, 2003: 217).

[29] A criminologia, antropologia, psiquiatria e etnologia influenciaram os projetos de urbanização do século XX.

A economia fumageira modernizou a sociedade de Santa Cruz do Sul, e foi um dos principais projetos de desenvolvimento regional pautado pela sua elite. A cultura do Germanismo, que teve seu início no período de colonização alemã, originou uma cultura comunitária através da vinculação étnica do imigrante ao sucesso da economia fumageira.

2.3) Cultura, comunidade e elite política de Santa Cruz do Sul.

A V*olksgemeinschaft*, palavra alemã que traduz o conceito de comunidade étnica ou comunidade nacional, estruturada na crença de origem comum e de um sentimento de vida em comum. Esse processo pode considerado o ponto de partida para o entendimento da cultura comunitária idealizada pela elite política de Santa Cruz do Sul. Nesse sentido vale destacar as palavras do intendente Galvão Costa ao rebater a tentativa de interferência política na comunidade tentada por Borges de Medeiros em 1912: "… somos alemães, precisamos na direção de alguém de nossa raça e não de um caboclo atrasado…" (Gertz, 1991: 31).

Isso mostra que o Germanismo teve fortes raízes em setores da elite política de Santa Cruz do Sul. Para o autor, é inegável que a elite urbana estava inserida na cultura germanista. Mesmo que esse quadro não estivesse muito perceptível entre os camponeses e setores da classe média, podemos observar que o contexto criado nesse período favoreceu à penetração da ideologia em amplos setores de Santa Cruz do Sul[30].

[30] As teorias raciais e a própria formação do Estado alemão estava ligado a sua origem étnica,

De acordo com Luciana da Costa Job (2003), a identidade étnica de Santa Cruz do Sul é um forte elemento de inserção política. "A comunidade como um todo, rural e urbana, tem a língua alemã, como a segunda mais falada na região, sendo a marca distintiva da origem étnica, que produz a representação de sua cidadania teuto-brasileira" (Job, 2003: 13).

O germanismo, que é a tradução da palavra *Deutschtum*, se estrutura durante o período de formação da sociedade de Santa Cruz do Sul. Essa ideologia que dá sustentação à política e economia e ao engajamento da elite política da comunidade, fica no centro da geometria de poder das lideranças empresariais e culturais.

> É difícil determinar quando a ideologia do germanismo assumiu proporções significativas. Provavelmente havia germanistas entre os primeiros imigrantes, mas a reflexão sobre a preservação consciente da germanidade através da manutenção da língua, dos costumes e da pureza do sangue é algo que coincide, grosso modo, com o interesse da Alemanha pelos seus emigrados, a partir do último quartel do século XIX. (Gertz, 1991:32)

René Gertz (1991) cita o editor do jornal católico Deutsches Volksblatt, Franz Metzler, sobre o conceito de etnia formulado nos anos de 1930: "o teuto-brasileiro é um alemão completo – já que é parte integrante do povo alemão –, mas ele também é brasileiro completo – já que de acordo com a legislação brasileira possui a cidadania brasileira" (Gertz, 1991: 33).

De acordo com Vogt (2003), a cultura comunitária de Santa Cruz do Sul explica-se por três fatores: a concentração de grupo étnico em áreas geograficamente isoladas, a

inexistência das instituições estatais e a ênfase dada por esses núcleos coloniais para a organização associativa.

O processo de formação de Santa Cruz do Sul, com a política imigratória orquestrada pelo Estado brasileiro no período monárquico e o isolamento das colônias, cria a base para a construção do imaginário "colono-herói", relatando as dificuldades enfrentadas pelos primeiros imigrantes que formaram a comunidade. Sua sobrevivência representa um marco de superioridade, fruto de sua etnia e de sua cultura vinculadas ao *ethos* do trabalho. Portanto, a preservação desses elementos seria de fundamental importância para os mecanismos de reprodução de sua elite, que vinculava o colono pioneiro e sua grande capacidade de trabalho com sua origem étnica.

Para Krause (2002), a construção da identidade cultural dentro da comunidade estaria relacionada à forma de colonização engendrada no período. A falta de instituições estatais foi uma das marcas desse processo. Mesmo com a participação e o interesse do governo brasileiro em colonizar e ocupar essas regiões, a oligarquia nacional não queria arriscar seu peso político com uma classe média que poderia emergir nesse processo. De acordo com Krause (2002) os imigrantes receberam apenas os utensílios básicos para a agricultura, não sendo oferecida nenhum outro tipo de assistência, tanto na área religiosa quanto nas áreas de saúde e educação. Essas instituições foram sendo construídas pelos próprios imigrantes, estabelecendo com isso um importante mecanismo de formação sócio-cultural da comunidade. Essa capacidade organizativa dos teuto-descendentes está vinculada à falta de alcance das instituições estatais na comunidade.

> O associativismo é reconhecido como uma característica marcante dos imigrantes alemães e seus descendentes, e sua força é atribuída à herança cultural trazida da Alemanha. Os estudos históricos sobre a Alemanha respaldam essa versão, mas cabe observar que as principais formas de associativismo na Alemanha – sindicalismo e cooperativismo – fortalecem-se apenas nas últimas décadas do século XIX, principalmente a partir da década de 1860. Assim, as primeiras levas de imigrantes chegadas a Santa Cruz do Sul não haviam participado, em sua terra natal, de experimentos associativistas. (Schmidt, 2004: 20)

Marinês Neumann (2005) analisa a formação de associações pelos imigrantes, e a cultura associativa entre 1850 a 1950, englobando um período marcado pela forte tradição Germanista na comunidade. Neumann (2005) afirma que o associativismo de Santa Cruz do Sul tem caminhado em paralelo com a formação da própria comunidade. Esse associativismo possuía forte tradição cultural de "preservação" da cultura alemã, e durou até o processo de assimilação forçada orquestrada pelo Estado Novo. Neumann não aborda o engajamento da elite política local nas associações, mas seu trabalho nos permite compreender os mecanismos ideológicos da cultura comunitária de Santa Cruz do Sul.

A narrativa sobre a identidade étnica construída pelos teutos forneceu um poderoso instrumento pedagógico que estimulou o empreendedorismo comunitário gerando as bases para a expansão econômica. Ao anular as diferenças, através do discurso, e homogeneizar as posições políticas e culturais, a elite política de Santa Cruz do Sul desenvolveu um mecanismo de forte enraizamento comunitário vinculando sua origem étnica ao sucesso da economia fumageira.

Uma das marcas da cultura política de Santa Cruz do Sul é o predomínio dos teuto-descendentes na vida política. De acordo com as pesquisas de Schmidt, podemos

constatar que cerca de 75% da elite política de Santa Cruz do Sul, ao longo dos seus 120 anos de história política foi de descendência alemã, tanto no poder executivo quanto no legislativo. "Desse modo, mais do que preconceito racial, o predomínio numérico dos teuto-descendentes nos cargos políticos pode ser interpretado como conseqüência do espaço que ocupavam na vida social, cultural e econômica do município" (Schmidt, 2003:03).

> Instituições como a Igreja (basicamente a Católica e a Evangélica Luterana) escola, universidade, associações, etc. são agentes de produção, preservação e renovação cultural, estando envolvidas de modo determinante na produção de representações a cerca de uma cultura teuto-brasileira. (Job, 2003: 18).

A identidade vinculada à economia fumageira é outro mecanismo presente na cultura da comunidade, fortalecendo-se na medida que a integração econômica alcançou patamares globais. Pode-se afirmar que o discurso germanista foi importante na formação cultural da elite política da comunidade, mas a partir de 1937, com a Campanha de Nacionalização posta em prática por Vargas, ele dá lugar a um discurso vitimizador. Esse discurso é altamente eficiente tanto no engajamento quanto na própria supervalorização da cultura germanista.

Com o final da II Guerra, Santa Cruz do Sul sofreu transformação, do ponto de vista cultural, devido à crise do discurso étnico, em função dos crimes cometidos pela Alemanha Nazista, e do ponto de vista econômico, pela revolução no parque industrial da cidade. A cultura global começa a ganhar raízes na comunidade, porque a Campanha de Nacionalização e o realinhamento exterior do governo brasileiro aos EUA, coloca um novo elemento no discurso comunitário.

Por ocasião do centenário da chegada dos primeiros imigrantes alemães em Santa Cruz do Sul, no ano de 1949, curiosamente, a elite política cancela a construção do parque do centenário da imigração alemã, mostrando assim o seu distanciamento em relação ao discurso germanista. Ao invés da construção do parque centenário, a Câmara de Vereadores aprova a formação de uma comissão para criar a Festa Nacional do Fumo e exposição Agro-Pecuária e Industrial, em 1954. Aqui aparece uma importante mudança de comportamento da elite política local, que passa a se alinhar com a conjuntura global da época. O fim da II guerra é determinante para a cultura do cigarro porque a revolução tecnológica dos meios de comunicação favoreceu à expansão dos filmes de Hollywood que passam a mostrar uma nova estética e elegância desse símbolo da modernidade.[31]

A *capital mundial do fumo* passa a ser o novo símbolo da identificação e construção discursiva da elite política da comunidade. Não que o discurso germanista seja completamente esquecido, mas podemos afirmar que o eixo da cultura comunitária é abalado pelas transformações que ocorrem no pós-II Guerra.

> Portanto, existe um componente étnico, além do interesse econômico, que articula as unidades familiares, a população urbana e lideranças políticas e empresariais, produzindo e identidade teuto-brasileira, forjada com representações políticas e culturais muito diferenciadas daquelas que não vivem dentro do que denominamos circuito fumageiro. (Job, 2003: 17)

A comunidade que se forma no pós II Guerra é fruto de uma colonização alemã, inserida num processo econômico nacional e internacional, através de uma relação de mercado. É nesse sentido que a elite política de Santa Cruz do Sul passa a estruturar sua

[31] Para se ter uma idéia, em 1900 o consumo de cigarro nos EUA chegou ao patamar de 2 bilhões de cigarros ao ano, em 1930 saltou para 200 bilhões.

capacidade de engajamento visando a modernização e a melhoria da cultura e da produção tabaqueira.

A elite do setor fumageiro se aproxima do discurso identitário germânico vinculado principalmente ao plantador, engendrando a fusão da economia do tabaco com a identidade cultural da região. O processo de industrialização de Santa Cruz do Sul passa a moldar todos os setores da vida social, política, cultural e econômica da comunidade. A *crença na comunidade étnica* se solidifica no contato com a sociedade nacional, não se podendo afirmar que ocorre um deslocamento automático e completo do discurso Germanista para o de identificação com a economia fumageira. A indústria vai atrair mão de obra e a nova realidade criada pela modernidade é aceita pela comunidade através de uma engenharia política da elite local.

> A urbanização e o desenvolvimento industrial começam a atrair mão-de-obra, aumentando o contato com a população nacional, reforçando a clivagem étnica e reafirmando-a mediante o uso do sinal diacrítico principal, a língua alemã. As instituições (associações, clubes, jornais, almanaques, escolas comunitárias, etc.) constituirão o *Deutschtum*, onde a língua vai naturalizar o *ius sanguine*, a ligação com a Alemanha, conjuntamente com estas instituições. A família é o elo socializante dos membros da comunidade, e irá apregoar a endogamia étnica, como fator de preservação destas duas unidades. (Job, 2003: 51).

A idéia da Festa Nacional do Fumo foi incubada durante praticamente todo o período democrático, mas só se materializou com a liberação de verbas, no governo de João Goulart. Esse processo transformou os principais símbolos da cidade. Ainda está presente uma ligação étnica do colono alemão como o legítimo produtor do fumo. Vale destacar que, nesse período, a elite política também entrou na paranóia "anti-comunista" retratada em quase todas as edições iniciais do jornal Gazeta do Sul.

Portanto, a formação da elite política de Santa Cruz do Sul, esteve vinculada à engenharia social formada pela imigração alemã na metade do século XIX. Sua cultura, baseada no Germanismo, e a necessidade de engajamento social estimularam o comunitarismo através de um discurso homogenizante e empreendedor. A cultura do fumo, realizada de maneira arcaica pelos indígenas e depois pelos lusos, tornou-se rentável para os imigrantes que romperam com práticas tradicionais do cultivo e dinamizaram a produção, dando base para a modernização da sociedade. A industrialização é o resultado desse processo e está vinculadas estreitamente às transformações que ocorriam no mundo. Ao avaliarmos a história de Santa Cruz do Sul, podemos nos apoiar nas análises de Baumam (2004) ao afirmar a condição de "o local em estar aberto ao global" é bem presente em Santa Cruz do Sul.

Os eventos de 1914 a 1945 foram de importância significativa para o desenvolvimento econômico da cidade e moldaram as formas de engajamento da elite política. Apesar do discurso e das posições homogêneas em relação às transformações que ocorrem no cenário nacional, a elite política e econômica se característica pela complexidade e flexibilidade em seus posicionamentos, como apontam Krause (2002) e Heinz (2000). É nesse sentido que essa pesquisa vai abordar, no próximo capítulo, o engajamento da elite política nas instituições da sociedade civil vinculadas à economia fumageira, no contexto de internacionalização.

3 – AS INSTITUIÇÕES E A ELITE POLÍTICA DE SANTA CRUZ DO SUL NO CONTEXTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR FUMAGEIRO. DÉCADAS DE 1960 E 1970.

Nesse capítulo será analisada a participação da elite política de Santa Cruz do Sul nas instituições da sociedade civil organizada, entendidas como as estratégias das principais entidades na industrialização da economia local num contexto marcado pela internacionalização da economia fumageira.

O golpe de 1964 representou não apenas uma mudança na conjuntura nacional, mas também redirecionou os rumos da economia local. A elite política, vinculada ao

setor empresarial, aderiu majoritariamente ao novo regime[32], não sendo encontrada qualquer manifestação contrária ao movimento que instalou o Regime Militar, tanto nas reportagens do jornal Gazeta, quanto nas atas da ACI, Afubra ou Câmara de Vereadores.

Nas entrevistas, alguns integrantes da ACI e da Câmara de vereadores (incluindo partidários da ARENA) consideraram o Ato Institucional nº 5 um abuso. A elite política situacionista divergia em relação ao aumento da repressão do governo aos membros da elite política oposicionista. Segundo esse entrevistado, todos os membros da ARENA de Santa Cruz do Sul estavam se mostravam preocupados com os rumos que os militares estavam tomando com a política de repressão à oposição:

> O AI 05 eu acompanhei, não só eu, mas todos aqui achávamos um abuso, cassaram gente que não tinha nada a ver com o assunto, um deputado foi cassado, um homem direito o Manoel Borges eu conhecia ele era do PTB, foi secretário do Brizola, falava com ele, a pesar de não pertencer ao mesmo partido, só apareceu o nome dele no diário oficial, eu não entendi aquilo, sem acusação nenhuma só apareceu, Manuel Borges impossibilitado de continuar legislando.[33]

A maioria dos integrantes da elite política que apoiaram o movimento pela Legalidade em setembro de 1961 se colocaram favoráveis ao movimento que deu origem ao regime implantado no Brasil a partir de abril de 1964. A elite política de Santa Cruz do Sul tinha claro que a mudança de conjuntura colocava novos atores sociais no debate político nacional. A crise de 1961 fortaleceu os movimentos populares, provocando uma resposta do capital dominante as reivindicações que estavam agitando o país.

[32] Essa postura pode ser expressa pela filiação a ARENA, nas páginas seguintes pode ser conferida uma tabela que mostra o perfil partidário dessa elite política em 1968.
[33] Entrevista de Vereador da ARENA, alto funcionário de fumageira e diretor da ACI na década de 1960.

> Ah naquele comício da Central do Brasil em março acho que ai o empresariado de grande porte ficou assustado, não digo Santa Cruz, mas o grupo dominante, tinha muitos comerciantes menores e pequenas industrias que possam ter apoiados. Mas a imagem do Goulart cercado de milico naquele comício deve ter deixado muita gente de cabelos em pé, eu me lembro, passou na TV e no outro dia os jornais estampavam na primeira capa o Jango e os Generais do seu lado no comício. Reforma agrária sempre assustava quem tinha terra, sobre o movimento pró-Goulart organizado pelo Hoppe, não participei, acompanhei tudo pelo radio e achei bom, porque naquele momento eles estavam com a razão, a dar a posse ao vice-presidente, eu pessoalmente fiquei a favor.[34]

O apoio dado pela elite política de Santa Cruz do Sul à conjuntura criada pelo golpe de 1964 e sua adesão ao Regime Militar, foi um processo automático e homogêneo, pois no dia seguinte à derrubada de João Goulart, todas as agremiações partidárias, associações e sindicatos manifestaram seu apoio aos militares.

A repressão às reivindicações trabalhistas e o controle da inflação por meio de repressão aos movimentos populares foram as principais razões que fizeram a elite política local aderir ao regime. Esse apoio fica expresso nos noticiários veiculados pelo jornal Gazeta do Sul, que apresentava uma série de reportagens comemorativas ao regime na maioria das edições do final de março e começo de abril dos anos de 1965 até 1970:

> 1º Aniversário da revolução Democrática:
> Foram Brilhantes os festejos / Foi realizado ontem 31 de Março, a festa do 1º aniversário da revolução democrática, onde foi realizado uma missa em ação de graças, coros, desfiles de nossos estudantes, corpo de bombeiros e nosso glorioso 8º regimento de Infantaria, no palanque estavam as principais autoridades de nosso município.[35]
> Câmara homenageia Forças Armadas no Aniversário da Revolução de Março / Foi homenageado o 8º R. I. pela Câmara de vereadores pelo 1º aniversário da revolução democrática que desmantelou a articulação comunista, contaram com a presença o cel. Antonio Joaquim da silva Neto que falou da importância da revolução para a manutenção dos setores democráticos brasileiros, em seguida homenagearam o glorioso exército os

[34] Entrevista de Vereador da ARENA, alto funcionário de fumageira e diretor da ACI na década de 1960.

[35] Gazeta do Sul 1º de Abril de 1965, nº 37 ano 21.

> vereadores Sildo Goetter pelo PDS; Lucewal Schiedeck pelo PL, Guilherme Dorfey, pelo PRP, Roberto A. Hartungs, pelo PTB; e Jurgen Klemm, pelo PDC.[36]
>
> 2º Aniversario da Revolução Democrática Brasileira / Escreve Tem. Irani Siqueira: No próximo dia 31 de março toda a Nação Brasileira estará comemorando o 2º aniversário do patriótico movimento libertador de 31 de marco de 1964. Iniciamos hoje a semana de festividades relacionadas à tão grande acontecimento que mudou definitivamente, os rumos da Pátria, orientando em direção ao futuro promissor, em sua liberdade democrática e cristã. Nesta fase da história da nacionalidade, quando se realiza no país grandiosa obra de restauração nacional, através de uma verdadeira REVOLUCAO DEMOCRATICA, que se confunde com o próprio destino da pátria, não devemos nos impressionar, nem olhar com pessimismo, por um ou outro aspecto que nos pareça negativo. Se existirem, são tão diminutos que, dada a grandeza do que se realiza, se perdem e se desfazem. Sabemos que só mesmo por obra de um milagre, seria possível, da noite para o dia, de um ano para o outro, mudar e renovar completamente um pais, antes enfraquecido pelo caos político, econômico e social, sob a égide de um governo irresponsável e infiltrado de comunistas e na triste iminência de desaparecer como nação soberana. Milagre, inspiração, proteção divina, já foi isto sim, o afastamento definitivo, de nossos horizontes, da ameaça vermelha!
> (…)
> Impressões, por tanto, agora mais do que nunca, a certeza de que, se cada cidadão de qualquer credo ou classe social, trabalha com honra, lealdade e dignidade, persistido no cumprimento do dever para com a pátria que lhe deu berço; se todos se irmanaram em um ideal comum, em breve chegaremos ao objetivo almejado: o da consolidação da nossa liberdade e veremos o Brasil firmar-se no conceito das nações e a nossa vontade estará sempre mobilizada no sentido de que nossa família, nossa Pátria, jamais sofram o cativeiro do comunismo.
> Tenhamos fé e coragem, Deus esta conosco, porque a cruz e a espada uniram-se para salvar nossas instituições.[37]

Quando foi decretado o Ato institucional nº 2, a elite política de Santa Cruz do Sul tratou de manifestar seu apoio, deslocando o debate em torno dos acontecimentos políticos para o discurso de valorização do *ethos* do trabalho. Essa estratégia permitiu a anulação das diferenças políticas e ideológicas através do engajamento comunitário expresso nessa reportagem:

> Bem Recebido o ato nº 02
> Prefeito Orlando Baumhardt: 'a hora não é de fazer política, mas de trabalhar pelo Brasil: Povo quer paz e tranqüilidade para trabalhar, e não lhe importam as fofocas políticas. Presidente da Câmara Victor Baumhardt: Presidente Castelo Branco procura acertar e está acertando. Extinção dos partidos foi medida muito boa.

[36] Gazeta do Sul 8 de Abril de 1965 nº 40 ano 21.
[37] Gazeta do Sul, 26 de Marco de 1966, ano 22, nº 36.

> Eis o que declarou o prefeito Orlando Baumhardt:
> Apóio integralmente o ato institucional n° 02. A medida é acertada, pois a hora não é de fazer política, mas de trabalhar pelo Brasil. E chegando o momento de todos unidos, construirmos uma Pátria grande para nós e nossos filhos.
> E ressalta:
> O ato era necessário. Tanto assim, que até era esperado. O povo recebeu a medida com muita simpatia, pois, o que todos queremos, é paz e tranqüilidade para podermos trabalhar e produzir. Ao povo não interessam as fofocas políticas.
> Eis o que declarou o presidente da Câmara:
> Sou admirador incondicional de nosso presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. E justifico: todas as atitudes por ele tomadas mostram claramente seu único propósito: acertar. E vem fazendo satisfatoriamente, não dando ouvido a certos grupos, na maioria das vezes unicamente interessada em tirar proveito político da situação. Sua meta é unicamente endireitar este país, criando um clima de confiança no governo, o que logicamente encoraja as classes produtoras a novos investimentos, proporcionando maior produção e mais oportunidade de emprego. Em resumo: é um presidente cuja política é única e exclusivamente de criar condições para o progresso, o bem estar e a felicidade do povo brasileiro.
> Se nosso presidente decretou o AI 02, foi porque havia necessidade de fazê-lo. Quanto ao cancelamento do registro de todos os partidos creio que foi uma medida acertada, pois a proliferação de partidos só enfraquece a todos eles. Sou da opinião que devemos reunir os reais valores, em apenas dois partidos. A Nação brasileira certamente muito lucrará com isso.[38]

Depois do AI – 2, a maioria dos integrantes da elite política de Santa Cruz do Sul ingressaram no partido de sustentação do Regime Militar: a ARENA. Essa postura, no entanto, não ocorreu de maneira homogênea, pois os integrantes do antigo PTB vão se filiar no partido de oposição, o MDB. Na tabela abaixo feita por Schmidt (2003) nos dá a idéia do processo de desenvolvimento dos partidos ao longo dos anos de 1947-1982 na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul.

TABELA 5 – Vereadores eleitos por campo ideológico – 1947-1982

ANO	PARTIDOS LIBERAL-CONSERVADORES		PARTIDOS POPULISTA-PROGRESSISTAS	
1947	PSD PL PRP	09 02 01	PTB	01
1951	PSD PRP	05 01	PTB	02

[38] Gazeta do Sul 30 de outubro de 1965 nº 127 ano 21.

1955	PSD PL PRP	05 02 02	PTB	04
1959	PSD PL PRP PDC	04 02 01 01	PTB	05
1963	PSD PDC PL	06 01 01	PTB	03
1968	ARENA	10	MDB	03
1972	ARENA	11	MDB	06
1976	ARENA	10	MDB	09
1982	PDS	10	PMDB PDT	09 02

Fonte: Banco de Dados Eleitorais de Santa Cruz do Sul, In: Schmidt (2003: 08)

Apesar de a maioria dos integrantes da elite política pertencer a ARENA, em 1968, o desgaste do governo fica visível com o crescimento do MDB, que, progressivamente, vai aumentando o número de vereadores, chegando no final do regime, nas legislaturas de 1976 e depois da abertura ao pluripartidarismo, em 1982, com metade da representação. Essa tendência acompanhou, sem dúvida, a conjuntura nacional. Esse processo também ocorreu no final da década de 1950 com o PTB que teve a maior bancada nas eleições de 1959. A mudança no quadro da elite política local acompanha as transformações que ocorrem na cultura política nacional, confirmando a tese de que a elite política local faz parte da dinâmica dos processos nacional e global. Se o campo conservador era majoritário em Santa Cruz do Sul como afirma Schmidt (2003), era reflexo do próprio comportamento político da sociedade.

Essa articulação com os partidos fortes na esfera nacional também se explica pela própria necessidade barganhar políticas para o desenvolvimento econômico que os setores da elite econômica local demandavam junto aos governos estadual e federal. Nesse sentido, a análise das instituições em que a elite política esteve engajada nos permite entender as estratégias exercidas pelos setores de comando na comunidade para o desenvolvimento econômico de Santa Cruz do Sul.

3.1) O engajamento da elite política nas instituições de Santa Cruz do Sul

Ao longo do século XX inúmeras instituições se estruturaram na comunidade, tanto de caráter empresarial, quanto sindical ou cultural e estiveram presentes na vida social e política de Santa Cruz do Sul. A elite política de Santa Cruz do Sul teve uma formação híbrida e sua ascensão se deu através de diferentes instituições.

Aqui vamos analisar a importância de três entidades em que a elite política teve participação efetiva, num contexto marcado pela internacionalização do setor fumageiro, desencadeada, principalmente, após a implantação da política econômica do governo militar. A primeira é a Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul (ACI), que teve papel de solidificar a elite política local vinculada ao comércio e a indústria. A segunda, as entidades vinculadas ao setor fumageiro: Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo), Associação dos Fulmicultores do Brasil (Afubra) e a Festa Nacional do Fumo (Fenaf). O estudo simultâneo das três entidades se deve pelo

engajamento comum que possuíam na defesa da economia fumageira. A terceira, o jornal Gazeta do Sul que expressou os posicionamentos da elite política, além de manter esse segmento em contato direto com a comunidade.

A escolha dessas instituições deve-se à importância delas nas decisões e nos mecanismos de reprodução que oferecem para a elite política da comunidade a partir da década de 1960 e, por estarem no centro das transformações sociais, econômicas e políticas de Santa Cruz do Sul. A escolha do período está ligada às transformação que ocorreram nessa conjuntura, com o desmantelamento das empresas fumageiras locais quer por sua compra pelo capital internacional, ou mesmo pela própria instalação dessas empresas em Santa Cruz do Sul. Outras entidades também se formaram nesse período, entre as quais poderíamos destacar a UESC, que serviu de base para a projeção política de Jurgen Klemm do PDC (depois ARENA), além de outras instituições de caráter cultural, esportivo e sindical, que também se engajaram no desenvolvimento de Santa Cruz do Sul.

É reconhecido por historiadores, antropólogos, sociólogos, cientistas políticos e economistas que a economia de Santa Cruz do Sul sofreu uma transformação a partir da implantação da política econômica do governo militar. Montali (1980), Vogt (1997), Krause (2002) e Cadoná (2002), identificam que no período a partir de 1966, se estruturou o processo de desenvolvimento econômico regional. Para esses autores, esse período foi marcado pela internacionalização da indústria fumageira e, conseqüentemente, de uma mudança na estrutura social da comunidade. Vale destacar a pesquisa de Silveira (2003) que aponta para as transformações no processo de

urbanização, provocada pela expansão do parque industrial de Santa Cruz do Sul com a implantação acelerada das empresas estrangeiras a partir de 1966.

3.1.1) O engajamento da elite política na Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul.

A Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul (ACI) foi a base para a política de desenvolvimento econômico orquestrada pela elite política local. Vários integrantes da diretoria dessa entidade estiveram no poder público municipal, mostrando o engajamento dos empresários na vida política de Santa Cruz do Sul. Durante o período militar, a ACI desenvolveu uma série de estratégias visando criar condições para a modernização do parque industrial de Santa Cruz do Sul. A entidade tinha claro que a economia de Santa Cruz do Sul estava passando por uma fase de transformações em função da nova política econômica[39] implantada pelos militares.

Merece destaque a grande capacidade de mobilização da Associação em defesa da economia industrial e agrícola do setor fumageiro. De acordo com Marco André Cadoná (2002), a economia fumageira tinha grande capacidade de mobilizar amplos setores da vida econômica e política da cidade, localizando-se no centro das discussões em torno do desenvolvimento de políticas públicas estruturais para a cidade, como a ampliação da rede de eletricidade, rodovias, saneamento e telefonia.

[39] Sobre a política econômica e o processo de internacionalização da indústria fumageira, ver capítulo 3.2.2 desse trabalho.

Apesar das atas da ACI não mostrarem claramente a mobilização em torno da economia fumageira, principalmente no período militar (1964 – 1985), percebemos que, na década de 1940, quando a indústria passou a ter maior peso na economia do município, a entidade foi de fundamental importância na projeção do fumo no cenário nacional e internacional. Vale destacar sua participação junto ao governo do Estado e a nível Federal na estratégia de conseguir isenções de impostos para a exportação do produto.

Mesmo que, a partir das décadas de 1950 e 1960, a discussão em torno da economia fumageira não fosse ênfase para a ACI, o setor fumageiro não deixou de ser central nas estratégias de desenvolvimento da economia da cidade o Sindicato da Indústria do Fumo – Sindifumo – fundado na década de 1940, passou a debater mais especificamente os problemas relacionados com a economia fumageira. Assim não poderíamos afirmar haver um desinteresse em torno da economia fumageira por parte da ACI, pois, com a fundação do Sindifumo, essa questão passou a ser debatida na sua respectiva entidade, mesmo porque havia efetiva participação dos industriais do ramo fumageiro na diretoria da ACI durante os anos de 1960 e 1970.

De acordo com Cadoná (2002), o principal papel desempenhado pela ACI foi o de representar os empresários da comunidade junto a organizações empresariais do Estado como a Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Sul – Fiergs – e a Federação das Associações Empresariais do Rio Grande do Sul – Federasul, como também junto ao poder público Estadual e Federal, na perspectiva de conseguir políticas públicas vinculadas principalmente aos programas de desenvolvimento industrial e a

construção de rodovias. Nesse sentido merece ser destacada a mobilização pela inclusão de Santa Cruz do Sul no programa de metas do governo Juscelino Kubitscheck (1955 – 1960) e os programas de expansão da rede elétrica, telefônica e rodoviária junto ao governo gaúcho:

> … Requerimento do vereador Hildo Caspary, no sentido de que seja enviada mensagem ao ministério da indústria e comércio, cumprimentando-o pela atuação do Ministério, solicitando o envio de técnicos para estudos sobre as condições de instalação de novas indústrias aqui, pedindo a inclusão de Santa Cruz do Sul no plano de industrialização da Região Sul e solicitando a cooperação imprescindível para a instalação em nossa cidade do Distrito Industrial. (…) Parecer em conjunto das comissões de Legislação e Parecer, da Economia e Finanças e de Obras. Transporte, Comércio e Indústria, favorável a aprovação do projeto de lei nº 18 E 70 que autoriza o executivo a vender à Comercial Agro-pecuária Armada Ltda, 3,5 hectares de terras localizadas no Bom Jesus.[40]

No que tange as relações com o poder público, não foi encontrada nenhuma ata de crítica ao governo municipal, o que evidencia a articulação da ACI na projeção da elite política de Santa Cruz do Sul. Mas, em relação ao governo Estadual e Federal, encontramos várias atas de crítica moderada, principalmente em relação a políticas que gerassem aumento de impostos e concessões de direitos trabalhistas. Merece destaque a mobilização contra o do aumento do salário mínimo proposto pelo Ministro João Goulart no governo de Getúlio Vargas (1950 – 1954). Esse documento, enviado ao Ministério do Trabalho, está aqui na íntegra:

> SANTA CRUZ DO SUL, EM FACE DO SALÁRIO MÍNIMO DE Cr$ 1.800,00. Após devidamente estudado o caso da decretação do salário mínimo de Cr$ 1.800,00 por mês, para todo o Estado do Rio Grande do Sul, que deverá entrar em rigor em princípios de julho do corrente ano, a Associação Comercial de Santa Cruz do Sul formou o seguinte ponto de vista:
>
> É de se lamentar deveras que o governo, na qualidade de responsável pela harmonia e bem estar nacional, e conseqüentemente também pela economia nacional, tenha tornado em tão má hora uma resolução, cujos resultados serão sem dúvida os mais funestos, tanto pelo lado econômico de nosso

[40] Gazeta do Sul, 13 de junho de 1970, nº 47.

> Estado, como do social, em vista, na opinião das classes conservadoras de Santa Cruz do Sul, como sem dúvida da dos demais municípios do Estado, colocando o custo da produção local em franca disparidade com o das outras unidades da Nação.
>
> Tanto podemos classificar de absurdo o critério adotado pelo Governo, que na própria classe trabalhadora local se observou manifestações de desaprovação à medida, por ela representar, nada mais nada menos do que a socialização paulatina do trabalho, eliminando aos poucos, mas inevitavelmente, a classificação do operário bom, médio e vagabundo, como ainda atingindo de cheio os profissionais, para os quais não será possível manter a proporcionalidade em face do salário mínimo, em que eram classificados, e em que teriam, praticamente, continuando se a elevação tivesse sido feito em bases razoáveis.
>
> Como conseqüência imediata, podemos prever que o desemprego será bastante grande em nossa cidade, considerando que a indústria do fumo, a principal local, se verá coagida a suprimir muitos serviços, feitos até agora unicamente para efeitos de apresentação (rigorosa classificação de tipos de fumo numa mesma classe e qualidade), como ainda suprimindo praticamente por completo o serviço de destilação de fumo, por ser a mão de obra tão exageradamente cara, que não se poderá ter esperanças de colocar o produto, já que assim tem bastante disparidade com os preços do mercado internacional. Oscila, segundo os nossos cálculos, o número de operários (avulsos) empregados na industria do fumo, entre 1.000 e 1.500, não sendo exagerado prever que em face das supressões acima, serão dispensados cerca de 30% destes…
>
> Quanto ao comércio varejista, a situação é ainda mais sombria, pois considerando que, com a pequena margem de lucro bruto que lhes proporciona a sua atividade, já vinha lutando – com dificuldades para manter seus contínuos destinados a levar as compras aos consumidores e lhes indagar as necessidades, terão agora que suprimir estes, o que equivale dizer que no comércio de gêneros alimentícios, a proporção dos dispensados será de mais ou menos 80% ou mais…
>
> Perniciosos e muitíssimos serão os reflexos dos novos níveis de salário mínimo para a agricultura, pois, ao invés de contribuir para que o homem do campo dele permaneça, convida-o ainda mais a trocar sua ocupação pela cidade, onde seu trabalho é bem melhor pago, já que o produto de sua produção não lhe proporcionará o nível de vida que lhe proporciona o salário mínimo na cidade…
>
> Temos certeza de que não haverá indústria que não se verá coagida a rever o quadro de sua organização, a fim de tirar o melhor proveito possível da mão-de-obra empregada, como suprimir o que for supérfluo, ou possa ser tocado por meio mecânico.[41]

A defesa da comunidade e o discurso corporativo são estratégias evidenciadas não apenas nos registros das atas de reunião da ACI, mas nas próprias entrevistas com representantes da elite política e econômica de Santa Cruz do Sul:

[41] Ata de reunião da diretoria da ACI nº 132, de 13 de maio de 1954.

> A ACI sempre teve um papel muito importante na defesa de interesses locais e interesses comunitários mais amplos que os setoriais. Os interesses setoriais, via de regra, eram tratados diretamente. Não só pelas indústrias do fumo como por outras indústrias também. Nós éramos vinculados ao Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos, quando nossa indústria tinha um problema eu não ia buscar apoio na Associação Comercial. Nós íamos ao nosso sindicato, nosso sindicato ia à Federação das Indústrias e ao Governo do Estado, ao Ministério da Agricultura, ao Secretário da Agricultura etc. Então, os interesses setoriais eram e continuam sendo tratados automaticamente por que são muito específicos, né? E normalmente transcendem aos limites do municio também. Então a nível de atuação era em nível federal no que diz respeito a problemas federais e no Estado. Os problemas locais aqui praticamente não existiam. Quando existiam, a ACI poderia intermediar,mas as indústrias iam direto ao prefeito e procuravam suas soluções. A ACI sempre teve um papel destacado e atuante nos assuntos que transcendiam os interesses específicos, digamos, de uma ordem econômica, de uma ordem financeira, de uma ordem institucional, por exemplo. Então se preocupava com transporte, comunicação, instalação a ampliação, mudança da matriz, digamos, econômica do município, diversificação de indústrias, busca, atração de novas indústrias, enfim, coisas dessa natureza.[42]

Os dirigentes, além de estratégias formais, utilizavam práticas de aproximação informal através de homenagens e jantares com o intuito de estabelecer aproximação com setores que poderiam trazer benefícios para o desenvolvimento de Santa Cruz do Sul:

> Olha. Talvez haviam muitos empresários que se preocupavam com as questões do município, além de seus negócios econômicos, né? Por que o problema era o seguinte: nós não tínhamos aqui um serviço de telefonia competente, as nossas estradas não eram boas, não é? Enfim, havia uma necessidade de motivar esse pessoal todo, né? E a gente (da ACI) procurou fazer o possível, né? Motivar o empresário porque eles tinham o interesse que as coisas se desenvolvessem. Porque o negócio deles era lucrar e desenvolvendo aqui (…). Então, o nosso interesse é econômico. Nós temos que tratar da questão econômica também, né? Nós, da Associação, trazíamos para cá gerentes de bancos, diretores de bancos (…) e essas coisas a gente procurava motivar (…) trazia o Nestor Jost, que era de Candelária, mas muito ligado a Santa Cruz do Sul, fazia uma homenagem, fazia uma janta, né, com presença de empresários, né? Então a Associação era importante… [43]

Em relação aos posicionamentos político-partidários, os empresários procuravam estar alinhados a partidos fortes no âmbito nacional. Durante o período populista (1945

[42] Depoimento de representante da elite política e industrial, diretor da ACI na década de 60 e 70.
[43] Depoimento de Diretor da ACI e vereador nas décadas de 1950, 1960 e 1970.

– 1964) a maioria dos diretores da ACI era filiada ao PSD, enquanto que no Regime Militar (1964 – 1985), a maioria se filiou ao partido de situação, a ARENA. Essa tendência se explica em função do estabelecimento de uma aproximação com o poder público estadual e federal. Através das entrevistas com representantes da ACI, percebemos que esse alinhamento era necessário para manter uma linha de aproximação com o governo, tanto na esfera estadual quanto federal.

Em relação à mobilização em torno do desenvolvimento dos transportes, notamos que a ACI percebia que o transporte ferroviário estava entrando em crise, e era necessário articular-se com o poder Estadual e Federal em vista à substituição desse meio de transporte.

> A ligação ferroviária iniciou em 1904 e foi até os anos 1970, digamos, o principal meio de transporte, mas, nos anos 1960 o transporte ferroviário já era decadente. Eu tenho um filho, nós morávamos na rua Salgado Pinheiro e então cobrou de meu pai, o avô, uma viagem até Rio Pardo de trem. Havia um trem de passageiros circulando. Fazia a ligação de Santa cruz até Ramis Galvão. Lá havia baldeação, os passageiros desembarcavam e vinha um trem de Santa Maria e Porto Alegre, que passava por Rio Pardo. Então meu pai foi à estação ferroviária e falou com um agente: "olhe, amanhã vou trazer meu neto para fazer uma viagem até Rio Pardo!" o agente respondeu: "Não faça isso, vai sair um trem daqui agora e eu não sei se vai chegar em Rio Pardo! A via férrea está em péssimas condições!". Péssimas condições. O governo não vinha fazendo manutenção há muito tempo na via férrea. O governo Juscelino, com a política desenvolvimentista dele, deu prioridade a que? Ao transporte rodoviário. Então, essa ligação ferroviária de Santa Cruz com Rio Pardo foi cancelada…[44]

A ACI não era o único mecanismo de representação política dos empresários de Santa Cruz do Sul. As indústrias maiores possuíam estratégias específicas e as vinculadas ao ramo fumageiro, atuavam diretamente na Fiergs e no final da década de 1940, através do Sindifumo. (Cadoná, 2002).

[44] Depoimento de representante da elite política e industrial, diretor da ACI na década de 60 e 70.

A crise da economia fumageira no final da década de 1960 fez a ACI e os setores da elite política ligada diretamente a ela se mobilizarem em torno delas. Na gestão Ernani Kipper (1969-70) houve forte mobilização visando a redução de impostos para exportação, em vista da crise enfrentada pelo setor fumageiro nesse período. Este relatório expressa a preocupação com o fumo:

> Em vista da difícil situação por que passam os exportadores de fumo de folha e, por que passam os exportadores de fumo em folha e, por conseqüência, as dificuldades que isso acarreta também aos nossos agricultores, fizemos explanação do problema em reunião de presidentes de Associações Comerciais de Porto Alegre, defendendo a tese de isenção de impostos de circulação de mercadorias sobre o fumo em folha na exportação para o exterior, em apoio ao movimento que os próprios empresários do fumo estavam realizando. Posteriormente integramos uma comissão encarregada da elaboração de um memorial ao Governo do Estado explicando a situação. Disso surgiu posteriormente o Decreto nº 20.127 de 15/10/1970, isentando de ICM as saídas para o exterior da algumas classes de fumo das safras de 1969 e 1968.[45]

Outra característica da entidade é a afinidade ideológica com a Fiergs e a Federasul, registrada na ata nº 216 de setembro de 1962, quando um dirigente da Federasul veio à cidade avaliar a conjuntura política nacional com os dirigentes da ACI.

> O ilustre presidente da federação das associações comerciais atenderá convite da Associação Comercial desta cidade. (…) A Associação Comercial de Santa Cruz do Sul receberá visita oficial do Dr. Álvaro Coelho Borges, presidente da federação das Associações Comerciais do Estado. (…) O ilustre atenderá convite da entidade local do comércio e indústria e aqui manterá contatos com as classes conservadoras, esclarecendo-as sobre a orientação das entidades em relação à conjuntura econômica nacional. (…) Recepcionado pelos diretores da Associação Comercial na sede da mesma ocasião em que será interado dos projetos de expansão em andamento naquela entidade de classe. Com enorme interesse, ao convite da entidade local considerado uma referencia toda especial a "metrópole do fumo".[46]

[45] Relatório da diretoria, relativo ao pedríodo de 22 de março de 1969 a 28 de fevereiro de 1970. Presidente Ernani José Kipper.
[46] Gazeta do Sul, 1º de Setembro de 1962, ano 18 nº 103 p. 01.

Nessa época, o governo João Goulart havia lançado um plano de reformas estruturais para sociedade brasileira[47] e a elite política e empresarial de Santa Cruz do Sul procurava ficar interada do posicionamento da elite econômica gaúcha e brasileira. Mas foi nas entidades do ramo fumageiro que a elite política passou a ter efetiva mobilização e ascendência social em um contexto marcado pela internacionalização da indústria fumageira.

3.1.2) A participação da elite política no complexo de entidades do setor fumageiro na década de 1960: Sindifumo, Afubra e Fenaf.

Como já foi mencionado anteriormente, a economia fumageira tinha capacidade de mobilizar os principais debates sobre as políticas públicas de desenvolvimento de Santa Cruz do Sul. Nesse sentido merecem ser destacado três entidades em que a elite política teve efetiva participação para o fortalecimento da identidade regional. Essas entidades deram suporte tanto para o fortalecimento de seu poder político, mobilizando a sociedade, quanto para a construção de bases para a modernização da economia do setor fumageiro: o Sindifumo, a Afubra e a Fenaf, na década de 1960.

Em relação ao Sindifumo, percebemos que essa entidade possuía uma estratégia muito mais de bastidores do que pública. Em todos os eventos envolvendo setores do

[47] Chamadas de Reformas de Base incluía uma série de políticas de caráter democratizante para serem aplicadas pelo governo na sociedade brasileira, como a reforma agrária, voto ao analfabeto, reforma educacional, controle do capital estrangeiro (remessas) e ampliação dos direitos trabalhistas para os trabalhadores do campo, além de outras. Sobre esse assunto ver Skidmore (1988).

campo político e econômicos da cidade, o Sindifumo mostrou-se eqüidistante, atuando, principalmente, na retaguarda da elite política e econômica de Santa Cruz do Sul. Nas entrevistas fica claro o peso da entidade para a construção de candidaturas que defendessem os interesses do setor fumageiro. Para a maioria dos candidatos a vereador ou prefeito de Santa Cruz do Sul a entidade era de fundamental importância para o acesso de investimentos nas campanhas através das doações das empresas.

De acordo com os entrevistados, o dinheiro das campanhas era direcionado aos grupos políticos que melhor se identificavam com os interesses das empresas fumageiras. Mesmo que sua diretoria não tivesse a mesma presença na Câmara de Vereadores ou da Prefeitura, como era mais comum na ACI, é inegável o peso político do Sindifumo. A formação de um sindicato patronal específico do ramo fumageiro, nos permite visualizar duas questões: a primeira de que a indústria fumageira está consolidada na economia do município, e a segunda de que o empresário local ou o diretor das multinacionais do setor fumageiro tinha consciência da importância de se organizar politicamente para desenvolver economia regional.

A Afubra foi organizada a partir de março de 1955, com a finalidade de representar os fumicultores nas discussões em torno do preço do tabaco, além de criar uma série de seguros contra os efeitos climáticos que causavam sérios prejuízos aos plantadores. A conjuntura da organização dessa entidade coincide com a crise na economia fumageira que estava provocando queda na renda dos agricultores. Durante esse período ocorreu uma superprodução de fumo e os empresários do setor não estavam conseguindo comprar as safra que foram recordes, no início dos anos de 1950.

Alem disso, os fumicultores não tinham garantias na lavoura, principalmente em relação às chuvas de granizos que provocavam sérios prejuízos econômicos e ainda tinham que conviver com a demora do pagamento da safra pelas empresas.

A crise estava no seu auge quando o governador gaúcho, Ildo Meneghetti, esteve em visita na cidade de Venâncio Aires em 1953, e ouviu as queixas dos produtores. O próprio governador havia sugerido que os agricultores se organizassem numa entidade de classe para que sua capacidade de reivindicação fosse maior frente às empresas e ao poder público. Uma das estratégias dos primeiros dirigentes da entidade foi buscar apoio junto a Igreja católica, com destaque para o Padre Emílio A. Backes que acompanhava e incentivava a filiação dos plantadores na entidade.

O processo de engajamento dos fumicultores na entidade não significou um surgimento de uma nova correlação de forças no campo político da cidade em oposição ao projeto orquestrado pela elite econômica vinculado à ACI e ao Sindifumo. Bem pelo contrário. As principais figuras públicas da entidade participam do campo político hegemônico da cidade. Isso nos permite visualizar o caráter comunitário desse grupo que se articula em perfeita harmonia com as entidades empresariais de Santa Cruz do Sul. No início do processo de fundação da Afubra, o Sindifumo havia se mostrado preocupado com a organização política dos agricultores, porque temiam um enfretamento.

Isso não ocorreu. A Afubra passa ao largo dos debates ideológicos que poderiam criar um clima de disputa política contra as empresas do setor fumageiro. Esse engajamento comunitário fica bem claro ao visualizarmos os dois principais representantes da entidade na sua trajetória política em Santa Cruz do Sul.

O primeiro, e fundador da entidade Harry Antônio Werner, foi vereador pelo PSD na década de 1950 e exerceu o cargo de diretor da entidade por duas décadas. O segundo foi José Avelino dos Santos da ARENA, que inclusive foi o mais votado nas eleições de 1963 e 1968 para a Câmara de Vereadores, mostrando com isso o grande peso que a entidade tinha no cenário político da cidade.

Ambos faziam parte de partidos do campo conservador[48], tanto na democracia de 1945-1964, quanto no regime militar de 1964-1985. Esses dois vereadores integravam os quadros do PSD e a ARENA nos períodos respectivos, demonstrando o afastamento dos debates ideológicos de esquerda na organização política dos fumicultores. Job (2003) atribui a aliança entre camponeses pobres e empresários em torno do desenvolvimento da economia fumageira como fruto de uma complexa articulação sócio-cultural que vincula a ética do trabalho ao desenvolvimento da economia fumageira assentada sobre um capital cultural voltado a valores étnicos.

Neumann (2005), destaca que as instituições fazem uso do discurso de manutenção da germanidade, anulando com isso a diferença de classe. A elite política usava esse mecanismo para reforçar seu poder político e formular as estratégias de

[48] Ver capítulo 2.

desenvolvimento da economia fumageira. A construção do mito em torno do sucesso do imigrante, de origem germânica, produtor de fumo que representava a base do progresso industrial de Santa Cruz do Sul, unia a elite política, ligada a Afubra, e ao Sindifumo.

A vinculação da elite política de Santa Cruz do Sul com a Afubra nos permite inferir que a elite política do campo conservador não necessariamente pertença ao setor empresarial, podendo se estruturar em setores populares ou movimentos populares[49]. Esse processo permite entender que comunitarismo possui uma forte capacidade de anular as diferenças de classe econômica e política, construindo uma identidade que une os diferentes setores da sociedade de Santa Cruz do Sul.

O engajamento da elite política nas instituições da sociedade civil, principalmente em torno da economia fumageira, une a comunidade em torno do processo de modernização e expansão do mercado fumageiro. Vogt (1996) não considera a Afubra um movimento social, mas, se levarmos em conta a origem e os mecanismos de formação dos movimentos populares campesinos que se originaram no Brasil no mesmo período, percebemos que o caso da Afubra teve peculiaridades, em que o comunitarismo tem um peso determinante. Nessa reportagem da Gazeta, fica explícito que a Afubra não fazia um enfrentamento maior com o Sindifumo, quando havia a negociação do preço do fumo:

> Harry Werner presidente da associação dos fumicultores do Brasil (Afubra) faz declarações sobre o abuso no rebaixamento injusto de classe de fumo.

[49] Esse processo não teve muita diferença com a formação de movimentos populares de esquerda que estavam sendo organizados no final dos anos de 1950. Em entrevista o próprio Harry Werner foi taxado de comunista na época, mostrando com isso a vinculação que a sociedade tinha com os movimentos sociais que se organizavam na década de 1950.

> Juntamente ressalta recomendações do Sindicato da Indústria do Fumo de Santa Cruz do Sul. "… esta decisão do Sindicato da Indústria conta com o nosso integral apoio, uma vez que remunere devidamente o produtor e que venha ao encontro da necessidade que tem o Brasil de entrar decisivamente, como grande potencia, no mercado internacional. E neste sentido continuaremos a campanha entre nossos associados para eliminarem os tipos de fumo que não satisfazem as exigências do mercado nacional e principalmente a competição do comercio internacional, pois queremos contribuir com a nossa parcela para o engrandecimento da nação".[50]

Esse processo fica mais claro ainda na organização da Festa Nacional do Fumo cujo processo de organização ocorreu logo após os festejos do primeiro centenário de imigração alemã, em 1949. Porém, a festa do centenário e o local onde seria construído o parque do centenário da imigração tiveram suas verbas canceladas pela Câmara de Vereadores. Esse fato se explica pela mudança na cultura e na sociedade, em dois pontos conjunturais.

Em primeiro lugar a crise do discurso étnico provocado nacionalmente pela campanha de nacionalização e, internacionalmente, pelo repúdio do Ocidente aos crimes da II Guerra Mundial. Em segundo lugar, pela ampliação do parque industrial de Santa Cruz do Sul provocada pelo avanço do consumo mundial de cigarros. Portanto, não interessava mais à elite política de Santa Cruz do Sul reforçar a identidade germanista no final dos anos de 1940.

A expansão das vendas, a capacidade produtiva e a necessidade de construção de uma identidade que projete a comunidade de Santa Cruz do Sul no cenário nacional e internacional foram os fatores para a organização da Fenaf. Mas esse processo não ocorreu sem resistencia, pois a organização da Fenaf em detrimento da festa do

[50] Gazeta do Sul, 11 de fevereiro de 1965, ano 21, nº 16 p. 01.

centenário da imigração não obteve consenso na comunidade, tanto que a I Fenaf foi efetivada somente em 1966, no auge da crise das indústrias fumageiras de Santa Cruz do Sul e a rápida ascensão das empresas de capital internacional.

Na primeira fase de organização do evento, a elite política esteve engajada de maneira periférica, com Ottomar Muench do PTB, presidente da comissão de organização da Fenaf até 1965. Mas as obras de conclusão do parque da Fenaf andavam em ritmo lento entre 1953 até 1965, o que desagradou os vereadores do PSD que exigiam mudanças na organização do evento. Outro ponto de divergência em torno da construção da Fenaf foi seu planejamento vertical, sem participação da comunidade, como vinha sendo feito até março de 1965.

De arcordo com Teichmann (2002), o debate em torno da organização da Fenaf passou por uma nova transformação influenciada pelas reuniões da Câmara de Vereadores em abril de 1965. A elite política se engaja por completo na organização da Fenaf, através de mudanças estatutárias promovidas pelos vereadores que organizaram uma nova comissão, formada pelo prefeito Orlando Baumhardt e por vários integrantes da Câmara de Vereadores com a inclusão da Afubra, passando-se a dinamizar a organização da I Fenaf.

Essa mudança no quadro do engajamento da elite, a partir de 1965, se explica pelo interesse em promover a cidade no cenário nacional da economia fumageira. A elite política viu na mudança de conjuntura nacional causada pelo golpe de 1964 e a

entrada massiva de capital estrangeiro na economia fumageira que chegara o momento de efetivar a I Fenaf. Assim que a nova diretoria foi escolhida, as obras foram aceleradas e houve injeção de recursos. Se comparada com a diretoria anterior, essa teve grande participação da elite política e de amplos setores da sociedade de Santa Cruz do Sul.

A primeira Festa Nacional do Fumo ocorreu em 1966. Alguns meses antes a rainha e as princesas, juntamente com as autoridades da Fenaf, viajaram para Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro para promoverem a festa. A cidade passou a ter reportagens veiculadas em vários jornais e revistas de grande circulação do país, como a Revista Cruzeiro, a Folha de São Paulo, O Globo, Revista Veja, Zero Hora e outros. A projeção da cidade em termos nacionais era uma bem elaborada e consciente estratégia da elite política de Santa Cruz do Sul com o seu engajamento na Fenaf. De acordo com as reportagens veiculadas em todo o país, tanto a rainha quanto as princesas da Fenaf foram vestidas em trajes típicos alemães, mostrando que a cultura germânica estava sendo reforçada pelas fumageiras na vida cultural de Santa Cruz do Sul.

Esse reforço da defesa da economia fumageira e da identidade alemã foi central, na análise de Job (2003), para explicar a antropologia da política e da agricultura fumageira de Santa Cruz do Sul. Essa vinculação da identidade alemã com a produção fumageira foi bandeira para a elite política local e esse processo era reforçado nos eventos da Fenaf.

3.1.3) A elite política e o jornal Gazeta do Sul

O papel desempenhado pelo jornal Gazeta do Sul foi de fundamental importância para o fortalecimento político da elite de Santa Cruz do Sul. Acompanhando os noticiários do período de 1945 até 1970, percebem-se as estratégias de projeção política dos candidatos através das reportagens veiculadas pelo jornal. De acordo com Marcus Vinícius Minuzzi (2002), o jornal surgiu para o preenchimento de uma lacuna na sociedade de Santa Cruz do Sul. O jornal Kolonie, antecessor da Gazeta, era editado em língua alemã, e teve que fechar em função da entrada do Brasil na II Guerra Mundial.

Em 1945 ressurge com o nome de "Gazeta de Santa Cruz", e, a partir de 1957, "Gazeta do Sul". A importância do jornal para o entendimento dos posicionamentos da elite política de Santa Cruz do Sul na década de 1960, pode ser analisada na figura de Francisco Frantz, que ocupou o cargo de diretor até 1981, ano em que veio a falecer.

> A exemplo de outras empresas de comunicação, a Gazeta também trabalha discursivamente no sentido de instituir uma espécie de aura em torno daqueles sujeitos que lhes deram origem. Assim, Frantz é apresentado como um intelectual, um homem das letras, dono de vasta cultura. E é também colocado como o semeador de valores editoriais pelos quais o jornal se orienta desde sempre, como "liberdade de expressão" e "comprometimento comunitário". (Minuzzi, 2002:134)

O valor comunitário apontado por Minuzzi, sempre orientou a Gazeta nas estratégias de legitimação perante a sociedade de Santa Cruz do Sul. Esse discurso também era utilizado pela elite política e econômica da comunidade. A elite política

percebia a importância desse instrumento para suas aspirações eleitorais, pois a visibilidade era crucial, tanto para mostrar credibilidade quanto para facilitar a identificação do eleitor.

Na análise documental dos noticiários de 1945 até 1970 foram identificados os "elementos surpresa" que se introduzia no jogo político através das reportagens veiculadas pela Gazeta. Por um lado, ameaçando campanhas eleitorais em andamento, por outro, projetando nomes de políticos amadores ligados principalmente a entidades culturais ou esportivas.

Um dos casos que merece ser destacado aconteceu na eleição municipal de 1968, disputada por dois candidatos da ARENA. De um lado Victor Baumhardt e de outro Edmundo Hoppe. Os dois não conseguiram entrar num acordo nas prévias da ARENA. Nas reportagens da Gazeta o apoio a Baumhardt era inquestionável. Títulos como "certa vitória" ou "bem provável que vença", cercavam o nome do candidato durante todo o processo de campanha. Mesmo que a vitória nesse pleito fosse de Hoppe, a campanha da Gazeta a favor de Baumhardt não mostra uma tentativa de manipulação, mas sim de engajamento eleitoral, visto que a Gazeta logo tratou de parabenizar e aplaudir Edmundo Hoppe. Em nada se compara o tratamento que os jornais do centro do país como O Globo ou a Folha de São Paulo, davam aos governos de Getúlio Vargas (1950 – 1954) e João Goulart entre 1963 e 1964, atacando-os constantemente.

Norberto Schmidt, do PSD e depois ARENA, foi deputado federal pela região e ganhava todas as primeiras páginas do jornal meses antes das eleições posando sempre como vitorioso.

> Se te perguntaram o que o teu candidato, o deputado Norberto H. Schmidt fez em Santa Cruz do Sul, pelo Rio grande do Sul e pelo Brasil Responde-lhe: Na esfera estadual (1950 – 1958) lei que concede isenção do imposto de circulação de mercadorias…; Lei que alterou o critério da cobrança do então imposto sobre transmissão intervias… Lei que alterou… a então vigente taxa de transporte, dando aos municípios interioranos muito mais participação, a qual teve seu substituto aproveitado. Na esfera federal (1959). Lei concedendo isenção dos impostos de importação para o órgão doado à Catedral de Santa Cruz do Sul… Lei que institui o salário do menor no Brasil… Instituindo no país o "capital de giro" que tantos benefícios tem trazido às classes econômicas nacionais; Inclusão no atual regulamento do imposto de produtos industrializados de dispositivo determinado que o cigarro estrangeiro apreendido seja incinerada, o que praticamente eliminou o contrabando de cigarros e a concorrência ilegal que o produto nacional vinha sofrendo. O fez como o representante da maior zona fumageira do Brasil.[51]

Mesmo quando o MDB começou a ganhar posições na Câmara de Vereadores, o jornal normalmente dava maior abertura para as candidaturas da ARENA. O diretor do jornal, Francisco Frantz, ocupava a diretoria da ACI na década de 1960, o que aproximava muito a Gazeta dos posicionamentos da elite industrial e comercial de Santa Cruz do Sul.

Sua postura política e ideológica no período da ditadura militar foi de adesão automática, reproduzindo o discurso anti-comunista muito comum na imprensa brasileira dos anos de 1960 e 1970. Abaixo está a íntegra do editorial do jornal Gazeta do Sul sobre a implantação do AI-2:

A Margem do AI – 02

[51] Gazeta do Sul, 17 de outubro de 1970

> Não vai, nos estreitos limites de um comentário de jornal, a pretensão de dar uma visão de conjunto do AI 02, editado pelo governo do residente Castelo Branco no dia 27 de outubro, quarta feira passada.
> Apenas observa-se, em quase todos os círculos de pessoas dotadas de senso de responsabilidade, que tal atitude do governo revolucionário estava sendo desejada há mais tempo. Haverá, como sempre, os descontentes e os que tiveram os seus interesses contrariados; mas, estes sempre os haverá e nunca se pode contentar a todos.
> Bastou que o governo, no cumprimento da palavra empenhada, permitisse e assegurasse eleições livres em 11 Estados, para que surgisse agitadores profissionais, a deitar falação e proferir ameaças contra aquele bloco granítico de patriotas que em março de 1964 nos salvaram da bolchevisação. Mas estas horas já devem estar acomodados e tudo indica que o Brasil, ao menos até 15 de março de 1967, irá viver um ano e meio de calma, para que possamos, através do trabalho sério, recuperar o tempo e o terreno perdido.
> Nunca se pode perder a fé num país que tem tudo para emancipar-se e criar a sua prosperidade econômica sem convulsões e sem o rio de sangue que normalmente acompanha a dominação vermelha em qualquer país.
> Alguns pontos do novo Ato Institucional, porém, merecem uma referência especial pelo eco favorável que encontram na opinião pública.
> A extinção dos partidos já veio tarde. Dentro do pandemônio político do nosso país, em que membros de um mesmo partido promoviam as mais estapafúrdias alianças regionais, com o exclusivo intuito de galgar o poder, nada mais tranqüilizante para o eleitorado crente e convicto do que a sua bandeira partidária não mais será enxovalhada com conchaves espúrios inexplicáveis.
> A suspensão da estabilidade do funcionalismo (se é que entendemos bem o artigo em questão) igualmente se impunha como meio indispensável para sanear a podridão de alguns setores da administração pública. Está clara que existe o perigo da injustiça, mas podemos festejar a criação de um instrumento moralizador ao alcance de todos e tantos administradores honestos se encontram na malsinada estabilidade a irremovível óbice para um trabalho renovador e progressista na adaptação da máquina administrativa às novas condigências da atualidade brasileira.[52]

Os argumentos construídos pela Gazeta em relação ao AI-2 mostram a visão de que o multipartidarismo implicaria em conflitos e quebraria a harmonia comunitária que a crise dos anos de 1961 e 1964 colocara no jogo político do Brasil. O diretor, Francisco Frantz que escreve um artigo de apoio à implantação do AI-2, é o mesmo que apoiou o movimento pela Legalidade em setembro de 1961, sendo parte da comissão pró-resistência. Reproduzimos o seu artigo na íntegra:

> Proliferação Partidária
> O contato com inúmeras pessoas, das mais variadas tendências, classes e posição, convence-nos de que, por certo, poucas foram as lagrimas derramadas por ocasião do sepultamento dos partidos políticos que, mais do

[52] Gazeta do Sul 30 de outubro de 1965 nº 127 ano 21.

> que bem público, vinham servindo aos interesses de grupos, da sua clientela e os das agremiações.
> Sempre acontece assim quando proliferam os partidos políticos. Os interesses do país que se danem e somente são considerados em último plano.
> Quando o numero de partidos na Alemanha chegou a 80, o país ficou maduro para cair nas mãos de um bando de doidos.
> O Brasil, mais feliz, foi salvo à undecima hora pela coesão e intervenção das Forças Armadas.
> Para que administrar bem a cousa pública se, às vésperas do pleito, se apresenta a oportunidade bem cômoda de fazer um conchavo eleitoral. Das agremiações que aqui abundavam sempre haverá algumas dispostas a explorar rendosamente o seu papel de fiel de balança no pleito.
> Reorganizando a vida partidária em bases mais sadias, cogitasse, inclusive, extirpar esse mal, limitando-se o número de agremiações partidárias.
> Existem duas tendências. A que prevê apenas dois partidos e a que entende que três agremiações partidárias seria o ideal.
> Segundo o nosso entender, dois partidos apenas deveriam existir. Um no governo e outro na oposição. O fiel de balança no pleito seria então, o voto do eleitor não partidário.
> O partido no governo, esforçando-se para administrar bem e, assim, permanecer no poder. E a oposição dando a sua colaboração em forma de fiscalização.[53]

Tanto o editorial do jornal quanto o artigo de Franscisco Frantz se apóiam no discurso do autoritarismo corporativista e comunitário, vinculando a ética do trabalho e anulando as diferenças que a política nacional estava vivenciando com o sistema multipartidário. Engloba também os "interesses gerais" de toda a sociedade brasileira, evoca a manutenção da "ordem", da "fiscalização". O posicionamento da Gazeta constrói a tese de que, uma vez comprovada a ineficiência do regime democrático (1945 1964), o golpe promovido pelos militares seria a salvação do país.

Outro elemento nos posicionamentos do jornal é o apoio à economia fumageira explicitada nos editoriais do jornal quando se debatia se o processo de modernização das indústrias não acarretaria aumento da taxa de desemprego:

53 Gazeta do Sul, 04 de novembro de 1965, pág. 01

> … ora, não podemos, dessa consciência, impedir o progresso de alguma indústria que queira aperfeiçoar os seus métodos de produção. Tudo estaria bem se houvesse possibilidade de dar ocupação e renda à mão de obra que só é ocupada pela indústria de fumo durante três ou quatro meses, no restante, fica em casa. Não há espaço hoje para aqui abordamos os problemas que tal período de desemprego causa na nossa boa e pacata gente dos subúrbios. Dizem que o ócio com dinheiro é a mãe de todos os vícios e o desemprega sem doenças causadas pela subnutrição …[54]

O engajamento na economia fumageira fica evidente no artigo de Francisco Frantz quando ele relembra a discussão quanto à permanecia da Souza Cruz na cidade prevista para se transferir em Porto Alegre, na década de 1920:

> Que tal preço elevado teria sido causa de transferência da fábrica de cigarros da Companhia Souza Cruz para Porto Alegre lá pelos idos de 1927 ou 1928. Ora tal transferência da fábrica impediria que Santa Cruz tivesse maior desenvolvimento, cumprindo considerar os empregos estáveis que tal forma de indústria proporcionaria a ponderável parcela de santa-cruzenses, se a indústria aqui não tivesse ficado e desenvolvido.[55]

Quando havia uma referência ao setor fumageiro, a elite política tinha amplo espaço no jornal. Utilizava o para sua projeção e a defesa da economia regional. O discurso do jornal quanto ao processo de internacionalização da economia fumageira é de amplo apoio. Nessa reportagem de 1971 quando a Companhia de Fumos Santa Cruz já havia sido comprada há um ano pelo grupo alemão Remtsmann, o jornal ainda associa a empresa à comunidade:

> Com este entroncamento entre direção e funcionários da companhia de fumos Santa Cruz, com sua sempre crescente expansão, o futuro já está presente nesta grande indústria que orgulha Santa Cruz. Além da expansão da fábrica de cigarros aqui e da construção da usina de beneficiamento de fumo em folha em Dona Carlota, uma área de 18 mil metros quadrados estruturados, a entrar em funcionamento dentro em breve também nos próximos meses deverá ser inaugurada a nova fábrica de cigarros de nova Iguaçu, Estado do Rio no Km 22 da Via Dutra.Como se vê, ninguém mais segura a Companhia de Fumos Santa Cruz.[56]

[54] Editorial da Gazeta do Sul, 20 de março de 1971, nº 22 ano XXVII.
[55] Artigo de Francisco Frantz, diretor do jornal Gazeta do Sul, 24 de março de 1971.
[56] Gazeta do Sul, 06 de março de 1971, p. 05.

Essa estratégia permite anular a diferença entre a empresa e a comunidade, pois, quando a indústria fumageira começou a ser internacionalizada, o jornal dava ampla cobertura buscando de garantir o apoio da opinião pública.

É certo que, em Santa Cruz do Sul, o jornal Gazeta proporcionava um espaço direto de comunicação entre a comunidade e a elite política. O engajamento político de Francisco Frantz era fundamental para o crescimento eleitoral de qualquer político na cidade. Em relação ao processo de internacionalização da economia fumageira, o jornal a classifica como benéfica para o desenvolvimento econômico de Santa Cruz do Sul. Esse posicionamento mostra o nivelamento político que havia entre as instituições estudadas nessa pesquisa (ACI, Sindifumo, Fenaf, Afubra) com o jornal para a ascendência da elite política de Santa Cruz do Sul.

3.2) A elite política no processo de internacionalização da indústria fumageira de Santa Cruz do Sul.

O processo de internacionalização da indústria fumageira, acelerado a partir de 1966, representa um novo estágio no desenvolvimento econômico de Santa Cruz do Sul. A desregulamentação das empresas locais possui uma forte ligação na articulação da economia local com o mercado nacional e internacional, o que provocou profundas transformações na sociedade de Santa Cruz do Sul. É inegável que a conjuntura nacional teve um peso maior nesse processo e até determinante para os rumos da economia local.

Assim como ocorreu na economia nacional, a consolidação da industrialização de Santa Cruz do Sul esteve em paralelo com a presença do capital estrangeiro.

A presença do capital internacional na economia fumageira sempre acompanhou o desenvolvimento local. Desde a formação das primeiras indústrias de beneficiamento do fumo vamos encontrar empresas estrangeiras, porém de maneira bem periférica. Mesmo não sendo hegemônicas, no período de 1918 até 1965, elas provocaram grandes transformações na forma de cultivar o tabaco, com grande aceitação por parte da elite política e econômica de Santa Cruz do Sul. A elite de Santa Cruz do Sul sempre se mostrou favorável à presença das multinacionais, pelas inovações tecnológicas e a rápida capacidade de inserção da economia da comunidade no mercado nacional e internacional que eles proporcionaram.

Esse processo se desencadeou numa conjuntura marcada, internacionalmente, pela mobilidade do capital estrangeiro nos países periféricos, em busca de mão de obra barata, legislação favorável e matéria-prima. Podemos apontar três fatores que contribuíram para o rápido processo de internacionalização da industria fumageira de Santa Cruz do Sul iniciado a partir de 1966.

Em primeiro lugar, o conflito na Rodésia, ex-colônia britânica, que passou a apresentar problemas diplomáticos com a comunidade internacional. Esse país era grande produtor de fumo e era governado por uma minoria desde os tempos de colônia inglesa e se mantinha dominando a maioria negra mesmo depois da independência. Em

1965, a Organização das Nações Unidas (ONU), passou a pressionar o governo segregacionista para que desse maior abertura política para a maioria negra. Porém, esse processo não ocorreu e então o governo britânico passou a estabelecer uma série de restrições para os investimentos na região, o que incluía a retirada de empresas do ramo fumageiro que se deslocaram para Santa Cruz do Sul.

O segundo fator foi, a política macro-econômica do governo federal a partir da implantação da ditadura militar, que tinha três pilares: grande empresa estatal, grande empresa nacional e capital estrangeiro. O governo federal cortou boa parte dos créditos para as empresas nacionais de porte médio, justamente numa conjuntura em que o fumo precisava se adequar à nova conjuntura internacional. Ainda, o governo favorecia o acesso a investimentos para instalação de empresas de capital estrangeiro no Brasil, sendo inclusive avalista delas nos empréstimos internacionais. Esse processo teve um peso fundamental para a desregulamentação das empresas locais, que ficaram sem linhas de financiamento para modernizar sua produção.

Em terceiro lugar, a inserção competitiva do fumo de Santa Cruz do Sul no cenário econômico internacional. É inegável que o processo de articulação do mercado internacional contribuiu para esse deslocamento que trouxe grandes possibilidades de transformação para Santa Cruz do Sul. As empresas locais, não conseguindo modernizar suas estruturas produtivas através de investimentos em tecnologia que o mercado demandava, começaram a quebrar uma a uma. Como o custo do beneficiamento passou a se tornar elevado frente à pressão do mercado, as empresas estrangeiras começaram a comprá-las à medida que foram entrando em concordata ou abrindo suas ações.

Esse processo tem ligação com os dois fatores anteriores. A crise da Rodésia possibilitou o aumento do comércio de fumo e pressionou a capacidade produtiva local. As empresas estrangeiras se deslocaram e tiveram grandes vantagens em função da política econômica do governo militar e passaram a investir alto na economia local. As bases para a aceitação do capital estrangeiro foram sendo construídas a partir de 1966 com a Festa Nacional do Fumo, ano que os efeitos do processo de internacionalização já estavam sendo sentidos pela elite econômica. Vale relembrar que nessa época a ACI estava em mobilização para solucionar a crise da indústria fumageira local, que não estava conseguindo dar conta das transformações que ocorriam na economia.

3.2.1) A Industrialização brasileira e o capital estrangeiro (1930 – 1970)

A presença do capital estrangeiro no processo de industrialização não ocorreu exclusividade no regime militar. Esse processo esteve presente desde a implantação dos primeiros complexos industriais no Brasil, no Rio Grande do Sul e mais especificamente em Santa Cruz do Sul (Cadoná, 2002). A partir da década de 1930 se intensifica o processo de substituição de importações que estava timidamente sendo implantada no Brasil durante a I Guerra Mundial. Vale destacar que desde o início da industrialização brasileira o capital estrangeiro se fazia presente, embora não fosse hegemônico.

Havia na economia do Brasil, até 1929, condições favoráveis para o ingresso do capital externo de maneira progressiva e lenta, atuando nas áreas de rentabilidade rápida como serviços públicos, normalmente iluminação, gás ou bondes e na indústria de alimentos. Com a crise de 1929, o Estado passa a cumprir um novo papel no Ocidente, influenciado pela doutrina keynesiana. Os serviços, que antes o capital estrangeiro monopolizava, passam a ser incorporados estrategicamente pelo Estado nacional. O grande choque na economia capitalista de 1929 e a nova estratégia de participação do Estado na economia abriram os debates políticos e ideológicos quanto aos rumos que o Brasil deveria seguir.

Não significa que o capital externo perdeu força no Brasil. Bem pelo contrário. A Revolução de 1930 e a implantação do Estado Novo, em 1937, trouxeram novas possibilidades legais para a presença do capital estrangeiro, limitado basicamente a serviços públicos de gás, eletricidade, transporte e comércio interno e externo. Durante a II Guerra Mundial, a Comissão Mista Brasil – EUA traçou estratégias de investimento em setores mais estruturais da economia brasileira, que se consolidaram com a entrada do Brasil ao lado dos norte-americanos na guerra contra o nazi-fascismo. (Cervo e Bueno, 1992).

Esse aumento da participação do capital estrangeiro na economia brasileira, durante a vigência do governo Vargas (1930-1945), ocorreu em paralelo com as empresas estatais de grande porte. O governo Vargas lançou as bases de industrialização do Brasil, criando a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no seu governo autoritário (1930 – 1945) e a Petrobrás no seu governo democrático (1950 –1954). Defendia que o

capital estrangeiro poderia seguir investindo, desde que estivesse regulado pelo Estado. Porém essa postura passou a ser questionada na democracia de 1945 até 1964.

O debate em torno do processo de desenvolvimento econômico era disputado por duas forças políticas no período democrático. O PSD e UDN defendiam uma presença maior do capital estrangeiro na economia brasileira, enquanto que o PTB, herdeiro da tradição varguista e nacionalista, defendia uma presença maior do Estado na economia. Ao longo do período de 1945 até 1964, foram aumentando progressivamente as críticas em relação à presença do capital estrangeiro com posicionamentos de caráter populista e reformista (Skidmore, 1988).

No período democrático (1945 – 1964) o país passou pela polarização entre Nacionalistas baseados na tese do Nacional Desenvolvimentismo e os defensores de uma abertura maior do capital estrangeiro. Politicamente havia dois blocos, o PTB e o PSD – marcando posições quanto ao modelo de desenvolvimento econômico que, acabaram por desestabiliza a democracia, culminando com o fim do regime democrático, em 1964. As duas propostas, ocuparam o cenário da discussão – a de desenvolvimento nacional autônomo e a de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. (Gonçalves, 1997).

Celso Furtado (1983), lança os elementos chaves do desenvolvimento nacional autônomo, tanto na sua raiz keynesiana quanto na sua proposta de política de desenvolvimento de longo prazo, que procurou aplicar quando fez parte do governo

João Goulart. Para o autor, as condições de aplicabilidade desse projeto dependeria do ordenamento estrutural das bases produtivas da sociedade, como a democratização do acesso terra, educação, saúde e direitos sociais.

> Em meados dos anos 50, Celso Furtado interpelava o paradigma da modernização para teorizar – fecundando o ideário cepaliano – a particularidade da formação social brasileira, como se sabe, traduzindo em terras latino-americana Keynes e a utopia do Welfare State. Fruto da junção entre economia e história, o desenvolvimentismo proposto consistia num projeto de afirmação da nacionalidade sem o naturalismo neoclássico. (Costa e Santos, 1998: 13).

Furtado foi bastante influenciado por Karl Mannheim que defendia a tese da "vontade política unificada" mediante uma complexa organização do "planejamento democrático", teses que embasam o nacional desenvolvimentismo (Costa e Santos, 1998).

A análise de Caio Prado Junior (1981) aborda a relação entre o nacionalismo e a reforma agrária, fortalecendo a discussão em torno da tese desenvolvimentista. Esse debate era central porque as discussões sobre os mecanismos necessários para o desenvolvimento embasado por teóricos como Celso Furtado, estavam calcadas no tripé Estado, Indústria Nacional e Trabalhadores. O processo de modernização solidificado no nacionalismo de cunho reformista teoricamente fundamentado por esses autores, foi defendido principalmente pelos setores ligados ao trabalhismo de Vargas:

> Sua força emocional, ideológica e política era incontestável e não por acaso Caio Prado Jr., sempre atento à realidade de seu tempo, disse contundente em 1955 que a "(...) campanha nacionalista já hoje se situa no mesmo plano da luta pela independência e da campanha da abolição". A criação de inúmeras entidades formais e informais de cunho nacionalista entre políticos, militares, intelectuais, estudantes e trabalhadores apenas confirmava o diagnóstico de Caio Prado Jr. (Moreira, 1998:02)

Segundo Maria da Conceição Tavares (1985), esse período pode ser dividido da seguinte maneira: a) período que se segue à grande depressão (substituição, sobretudo, de uma série de bens de consumo leves); b) período da Segunda Guerra Mundial (Volta Redonda e a construção da siderurgia); c) período do pós-guerra, subdividido em subfases: 1945 – 1947, de alívio do setor externo, pelo saldo que o Brasil acumulara nos anos de guerra; 1948 – 1954, de volta ao regime de controle cambial e substituição de bens de consumo duráveis; 1955 – 1956, de transição; 1956 – 1961, de aumento da participação do governo e do capital estrangeiro para financiamento dos investimentos. (Tavares, 1985).

A tese do desenvolvimento associado, defendida principalmente pela UDN, estava centrada na avaliação de que o Brasil estava em atraso tecnológico e havia necessidade de intensificar a presença do capital estrangeiro para a modernização de sua economia.

O colapso do populismo no Brasil levou a tese do nacional desenvolvimentismo à falência, pois os principais idealizadores dessa tese eram o grupo político que havia sido derrubado pelos militares em 1964. Essa tese entrou em crise porque o capital estrangeiro já tinha presença muito marcante no país, fazendo com que parte importante do empresariado nacional não aderisse ao modelo nacionalista. Nesse sentido René Armand Dreifuss (1981) traça o quadro conjuntural da economia brasileira na década de 1960:

> Grandes companhias multinacionais e mesmo "nacionais" dominavam a economia. Interesses multinacionais predominavam no setor secundário, o

> mais dinâmico deles. Através de seu controle oligopolista do mercado, as companhias multinacionais ditavam o ritmo e a orientação da economia brasileira. (…) O capital americano, que detinha somente 02% dos investimentos no primeiro quarto do século, passou a ocupar em 1960 uma posição proeminente, possuindo perto de 60% dos investimentos estrangeiros. (Dreifuss, 1981: 57).

Com a implantação do regime autoritário em 1964, o país passa por uma nova doutrina de desenvolvimento econômico calcada no tripé grande empresa nacional, capital estrangeiro e empresa estatal. Thomas Skidmore (1988), avalia que o principal elemento na formulação da política econômica do governo militar foi o encorajamento ao capital estrangeiro e o combate à inflação. A equipe econômica, liderada por Roberto Campos e Gouveia de Bulhões, aplica uma ortodoxa contenção de gastos e uma desvalorização do poder de compra dos trabalhadores.

Para Skidmore (1988), do ponto de vista social essa estratégia foi um desastre, que teve que ser imposta com repressão. Na área econômica, as empresas nacionais de médio e pequeno porte passaram a ser incorporadas pelo capital estrangeiro, por dois motivos: Primeiro, o governo dificultou o crédito para a indústria nacional em função da contensão de investimentos; segundo, facilitou o crédito para o capital estrangeiro, uma vez que o governo havia adotado todo o plano de estabilização imposto pelo Fundo Monetário Internacional: política antiinflacionária e desvalorização da moeda nacional.

Skidmore (1988) afirma que "as políticas impopulares do governo Castelo Branco haviam deixado uma herança macroeconômica favorável para o novo governo" (1988: 142). O General Costa e Silva (sucessor de Castelo Branco) indica, para chefiar a economia brasileira, o economista Delfim Neto, que, nas palavras do ex-ministro

Henrique Simonsem – soube como ninguém aproveitar o "abacaxi descascado" pelo governo anterior. Ronaldo Costa Couto (1999), afirma que o governo estava com todas as condições favoráveis tanto internamente quanto externamente para uma taxa de crescimento econômico nunca vista antes na história do Brasil:

> Aproveita-se objetivamente a fase favorável da economia internacional. Tomam-se empréstimos, estimula-se a entrada de capitais, diversifica-se a pauta de exportações, particularmente as de produtos industriais, crescentemente mais significativas. Proliferam os investimentos privados, inclusive mediante incentivos, subsídios e outros estímulos. Amplia-se o papel do Estado como investidor e produtor, patrocinando importantes obras de infraestrutura e, simultaneamente, desenvolvendo atividades empresarias menos atraentes ao setor privado ou consideradas estratégicas para o país. (Couto, 1999, p. 86-87).

O processo histórico desencadeado a partir de 1964, trouxe uma nova doutrina de desenvolvimento que iria revolucionar estruturas industriais e desregulamentar, em poucos anos, padrões de desenvolvimento construídos durante a primeira metade do século XX no Brasil. A derrota do nacional-desenvolvimentismo iria influenciar diretamente a economia de Santa Cruz do Sul, pois a maioria das empresas do setor fumageiro local era de porte médio, e dependia de financiamento ou expansões cíclicas de vendas lucrativas para seu auto-financiamento tecnológico. As condições estruturais criadas pelo governo brasileiro, a partir de 1966, permitiram que o capital estrangeiro entrasse com mais força na economia de Santa Cruz do Sul.

3.2.2) O processo de internacionalização da economia fumageira em Santa Cruz do Sul.

Como foi visto, o processo de desenvolvimento da economia brasileira esteve associada ao capital exterior. Em Santa Cruz do Sul esse processo não foi diferente. O desmantelamento das empresas de capital local trouxe grande impacto no campo social e político para a comunidade. A política econômica do governo federal com a implantação do Regime Militar foi um divisor de águas para a transformação da economia de Santa Cruz do Sul.

Até os anos de 1960, a maioria das empresas fumageiras de Santa Cruz do Sul era de capital local, e o desenvolvimento dessas empresas esteva associado à expansão do comércio local que lhes permitia auto-financiamento em função dos lucros que o tabaco proporcionava à região. O processo de modernização era projetado a longo prazo, e as melhorias produtivas normalmente eram trazidas pela BAT[57] que, no período de 1918 até 1960, era a única empresa de capital estrangeiro instalada na região.

A rápida penetração do capital estrangeiro na economia fumageira a partir de 1965, consolidou a hegemonia da indústria em relação à produção de fumo, com grande capital introduziram uma nova relação de compra e venda do tabaco em detrimento dos comerciantes.

Quando o setor fumageiro passou a ser eixo na produção agrícola de Santa Cruz do Sul os comerciantes e os caixeiros viajantes exerciam um poderoso papel de intermediário entre o agricultor e o industriário, sendo inclusive uma das maiores forças

[57] British American Tobacco.

políticas de Santa Cruz do Sul[58]. Quem provoca a ruptura é o capital estrangeiro com maior capacidade de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, e passa, aos poucos, a substituir os caixeiros – viajantes, que era comum até a década de 1930. A introdução do sistema integrado de produção foi uma dessas estratégias que possibilitou o controle sobre o produtor. Para Vogt (1997) essa ruptura foi lenta e gradual, em diferentes estágios de articulação conforme as condições sociais e econômicas.

Um outro elemento identificado nesse processo foi o alto conhecimento que as empresas estrangeiras tinham da região de Santa Cruz do Sul. Para Vogt (1997), elas não caiam de pára-quedas na região. Tinham amplo conhecimento geográfico, cultural e político da comunidade. Ludwig (1949), após entrevistar os diretores da CBFF[59], nomeou as razões para a subsidiária da BAT[60] estabelecer-se em Santa Cruz do Sul:

> 1º Por serem as terras nesta região apropriados para o cultivo do fumo de estufa, com clima moderado, com clima moderado, com precipitação de chuvas igualmente distribuídas sobre todos os meses do ano.
> 2º O sistema de agricultores em pequenas propriedades ser o mais adequado para o cultivo do fumo de estufa, tendo as experiências produzido melhores resultados onde os donos das terras tratam, juntamente com suas famílias, deste cultivo.
> 3º Por ser um tipo de colonos caprichosos, dedicados ao trabalho (…).
> 4º Santa Cruz, já era conhecida como um centro de cultura de fumo de galpão, com uma produção importante, já tendo firmas exportadoras destes fumos para a Europa, e vários negociantes compradores no interior do município (…)
> 5º Santa Cruz já era servida pela estrada de ferro, como meio de transporte.

O especializado conhecimento que as empresas estrangeiras tinham de Santa Cruz do Sul, possibilitou estruturar as condições sociais e culturais para a aceitação da comunidade para a presença delas na região. Na Rodésia, as empresas estrangeiras do

[58] Ver capítulo 2.
[59] Companhia Brasiliera de Fumos em Folha.
[60] British American Tobacco.

ramo fumageiro utilizavam mão-de-obra escrava no cultivo do fumo, em sistema de grandes fazendas, totalmente diferente de Santa Cruz do Sul. Na África, a política das empresas era outra, enquadrada nas condições e nas peculiaridades locais. Assim, para cada região, a estratégia de articulação com as comunidades era diferente.

A mão de obra barata, a energia elétrica, o sistema de água encanada e a possibilidade de escoamento da produção através da estrada de ferro foram os fatores estruturais para a instalação das empresas em Santa Cruz do Sul.

O casamento entre o capital estrangeiro e a comunidade de Santa Cruz do Sul ganha corpo na própria formação da indústria local e ocorreu sem atrito, sem nenhuma voz de oposição ao processo de compra das empresas locais pelas multinacionais.

Empresas como a Companhia de Fumos Santa Cruz, fundada em 1918, praticamente no início do processo de industrialização de Santa Cruz do Sul, teve suas ações compradas pelo Grupo Remtsmann em 1970 de capital alemão. Cinco anos depois, em 1975 foi adquirida pelo grupo norte-americano Phillip Morris Inc. e se tornou uma das maiores empresas do ramo fumageiro internacional.

A Companhia de Cigarros Sinimbu, fundada em 1948, numa época de consolidação da indústria fumageira em Santa Cruz do Sul, foi comprada pela Tabacos Tatsch S/A entre 1966 e 1974. Essa última era de capital local, e estava resistindo numa conjuntura desfavorável da economia brasileira, no início dos anos 70. Em entrevista

com representante da elite política e econômica de Santa Cruz do Sul este, afirma que, em 1976, a empresa americana Tabacos Brasileiros Ltda se tornou acionista majoritário. Antes disso, no ano que os Tatsch compraram a empresa Sinimbu, tinham realizado uma venda enorme de fumo para a União Soviética, fato noticiado pela Gazeta, e esta venda provavelmente tenha dado fôlego para a empresa. Esse mesmo entrevistado afirma que a empresa ganhou muito dinheiro nessa venda, com preços muito acima do mercado.

A Exportadora Hennig S/A, fundada em 1890, uma das empresas mais antigas de Santa Cruz do Sul, foi comprada pela Kliemann S/A entre 1966 e 1974, mantendo seu controle acionário até 1991, quando foi comprada pela Universal Leaf Tabacos, de capital americano.

A tabacos Tatsch S/A, fundada em 1932, numa conjuntura nacional marcada pela intensificação da política de substituição de importações, foi comprada pela empresa Boettcher e Wartchow de capital nacional entre 1966 e 1974. A empresa agüentou até 1995, quando, não conseguindo mais concorrer ao mercado oligopolizado do setor fumageiro, entrou em processo de concordata.

A Kliemann & Cia. de capital local, fundada em 1915, foi comprada pelo Grupo Gebrüder Kuhlenkampf, de capital alemão, em 1968, com o nome de Armada S/A. Em 1991 a Armada foi comprada pela Universal Leaf Tabaco, consolidando a forte presença do capital americano em Santa Cruz do Sul.

A Boettcher e Wartchow, foi fundada em 1932, também de capital local. Em 1970 foi comprada pela empresa americana Tabra Exportadora de Tabacos do Brasil Ltda e, em 1974, a estatal francesa SEITA (Societé Nationale D`Exploitation Industrielle de Tabacs et Allumenttes) a adquiriu, passandoa denominar-se Meridional de Tabacos.

A Fábrica de Cigarros Sudan S/A era uma empresa familiar de capital paulista, manteve-se ativa de 1965 até 1977, mas, de acordo com o diretor da ACI[61] começou a ficar sem capital. Mesmo sendo bem administrada, a falta de linhas de financiamento de que as estrangeiras dispunham, impedia às empresas locais condições de competitividade. No quadro abaixo há um resumo do processo de internacionalização do setor fumageiro de Santa Cruz do Sul:

Santa Cruz do Sul: A desnacionalização da Indústria do Fumo

Empresas instaladas até 1965(*) (por origem do capital)	Alterações na propriedade das empresas entre 1966 e 1974 (por origem do capital)	Propriedade das empresas 1975/77 (por origem do capital)

[61] Década de 1970 e início dos anos de 1980.
(*) Em nota Silveira não encontra informações quanto ao futuro, após 1956, das empresas Ind. de Tabacos Santa cruz do Sul Ltda e Carl Leoni Torres & Cia. Ltda.

Fabrica de Cigarros Sudan S/A – (Nacional)	Fabrica de Cigarros Sudan S/A – (Nacional)	Fábrica de Cigarros Sudan S/A – (Nacional)
Cia. de Fumos Santa Cruz – 1918 (Nacional)	Grupo Remtsmann – 1970 (Alemão)	Philip Morris Inc. – 1975 – (Americano)
Cia. de Cigarros Souza Cruz – 1917 (anglo-americano)	Cia. De cigarros Souza Cruz – (anglo-americano) Grupo Brinkmann – 1970/72	Cia. De Cigarros Souza Cruz – (anglo-americano) RJ Reynolds Tab. Do Brasil – 1975 (Americano)
Cia. de Cigarros Sinimbu – 1948 (Nacional)	Tabacos Tatsch S/A – (Nacional)	Tabacos Brasileiros Ltda – 1976 – (Americano)
Exportadora Henning S/A – 1890 (Nacional)	Kliemann & Cia. (Nacional)	Kliemann & Cia. – (Nacional)
Tabacos Tatsch S/A – 1932 (Nacional)	Boettcher e Wartchow – (Nacional)	Boettcher e Wartchow – (Nacional)
Kliemann & Cia. – 1915 (Nacional)	Armada S/A – Ind. E Com. – 1968 – (Alemão)[62]	Armada S/A – Ind. e Com. (Alemão)
Boettcher e Wartchow – 1932 (Nacional)	Tabra – Exp. De Tabacos do Brasil Ltda – 1970 (Americano).[63] Cia. Meidional de Tacos – 1974 – (Francês)[64]	Tabra – Exp. De Tabacos do Brasil Ltda (Americano). Cia. Meidional de Tabacos (Francês)

Fonte: Montalli. Do Núcleo Colonial ao Capitalismo Monopolista – Produção de Fumos em Santa Cruz do Sul, 1979. p. 72. Vogt, O. A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849 – 1993). 1994. p. 106-107, Gazeta do Sul, 1960 a 1995. Apud: Silveira, 2003: 84.

3.2.3) O posicionamento da elite política de Santa Cruz do Sul no processo de internacionalização da economia fumageira.

O processo de internacionalização da indústria fumageira em Santa Cruz do Sul desencadeada a partir de 1965 teve, de maneira geral, apoio de amplos setores da elite política e econômica do município. Nas pesquisas documentais e nas entrevistas foram encontradas evidências quanto ao posicionamento da elite política de Santa Cruz do Sul

[62] Controlada pelo Grupo Gebrüder Kuhlenkampf.
[63] Controlada pelo grupo The Monk Austin Co. Inc.
[64] Criada a partir da união de parte do capital da Boettcher Wartchow com a estatal francesa SEITA.

no processo de internacionalização da indústria fumageira. Houve mobilização efetiva da elite política quando a crise da economia fumageira se desencadeou, no final da década de 1960, que culminou com a rápida ascensão do capital estrangeiro na região.

Na pesquisa de Cadoná (2002) sobre o posicionamento dos empresários no processo de internacionalização da economia fumageira, não foi encontrada nenhuma ligação entre a crise da indústria local e a expansão das empresas multinacionais. Não existe nenhuma evidência que coloque em dúvida a identidade cultural da elite política e econômica de Santa Cruz do Sul em relação à compra das empresas locais pelas multinacionais. Vale destacar que o período de internacionalização coincide com a Festa Nacional do Fumo, num período de grande força do discurso de defesa da economia fumageira como identidade regional.

Como foi analisado no capítulo 2, a crise do discurso germanista desencadeada pela campanha da nacionalização e o repúdio da cultura Ocidental à valorização do discurso étnico, possibilitou um deslocamento da identidade cultural da comunidade de Santa Cruz do Sul para o que poderíamos nomear de "identidade Fumocap". A rejeição, por parte a elite política à criação do parque do centenário da imigração e a grande expansão da economia fumageira em escala internacional, desloca a identidade cultural da comunidade de Santa Cruz do Sul para a economia fumageira.

O discurso em torno da "Capital Nacional do Fumo" foi incentivado principalmente pelas multinacionais. Não se tem registro sobre quando o termo

"Fumocap" passou a identificar Santa Cruz do Sul, mas em relatórios da BAT[65] de 1920 já classificavam a cidade como capital nacional do fumo. De acordo com Vogt (1996), isso se deve ao recenseamento agrícola desse mesmo ano apontando o município como o maior produtor individual de tabaco do país. É nesse mesmo período que o centro do comércio do fumo se desloca de Porto Alegre para Santa Cruz do Sul.

Praticamente todas as mudanças na economia fumageira foram patrocinadas e incentivadas pelas empresas estrangeiras. Todas as transformações tecnológicas, que melhoraram a produção do tabaco, tornando-o altamente competitivo no mercado nacional e internacional, teve ampla participação das mesmas. As mudanças do discurso da elite política depois da II Guerra também foram incentivas pelas multinacionais, culminando com a Festa Nacional do Fumo.

Esse fomento ao discurso identitário pelas empresas estrangeiras foi assimilada pela elite política e econômica local evidenciando uma estratégia à luz da conjuntura nacional e internacional.

Enquanto as empresas locais enfrentavam uma violenta crise provocada pela política econômica, a Souza Cruz fazia pesados investimentos em máquinas de alta tecnologia e de custos elevados. Ao mesmo tempo, a empresa aplica uma ortodoxa política de investimentos em publicidade e propaganda que ganham força em vista da expansão dos veículos de comunicação, principalmente a televisão. Esse processo foi possível pela facilidade de crédito, subsidiado pelo governo federal, e pelos elevados

[65] Souza Cruz a partir de 1955.

lucros que a empresa conseguia, coisa impossível às empresas locais nesta conjuntura. O salto qualitativo necessário para tornar o fumo local competitivo internacionalmente, necessitava de investimento em tecnologia que só foi possível com empréstimos distantes da realidade das empresas locais.

> Olha nossas empresas daqui não cresceram mito por falta de capital de giro e isso levou elas ao desaparecimento, então essa oferta de capital estrangeiro, eu não sou contra que ela venha, mas esse capital quando ele vem pra cá, quando ele aposta aqui viu contanto que seja consolado e que o poder de lucro seja o mesmo de nossas empresas, eu não sou contra. O empresariado local até aceitava de bom grande a entrada do capital, são resultado daquilo que vem anos passado.[66]

> Bom o que os Tach diziam é que o mercado estava ficando muito competitivo e precisavam de mais capital, na taxa de 60% e legitimidade e não tinham sucessores. Os Tatch foram os primeiros a vender e eles me diziam que muitos outros vão vender porque não vão agüentar. Hening acabaram ficando velho sem sucessor, os Tach por questão de idade e não tinha sucessor. Como foi visto pela sociedade santa-cruzense tu querias sabe? Olha foi bem visto, eu apoiei tive que apoiar, senão perdia o emprego.[67]

A valorização da cultura local pelo capital internacional dilui uma possível oposição à cultura da unidade nacional. A elite política não se via como brasileira, mas, sim santa-cruzense da Capital Nacional do Fumo. A Festa Nacional do Fumo é uma clara evidencia do fortalecimento dessa identidade regional que a elite política sempre procurou demonstrar, contribuindo assim para a concentração industrial na economia de Santa Cruz do Sul e o seu fortalecimento na política local.

No processo de internacionalização, a elite política sempre se esforçou em atrair investimentos externos. Quando o desemprego começa a se tornar preocupante, ela se

[66] Depoimento de diretor da ACI nas décadas de 1960 e 1970.
[67] Depoimento de vereador na década de 1960 e contabilista de uma empresa do ramo fumageiro nos anos de 1970.

mobiliza em torno de atração de mais investimentos como o eixo de sua atuação nas políticas públicas, a partir de 1970:

> Do ver. Hildo Caspary, pedido de informações ao Executivo sobre: 1) quais as facilidades e as vantagens que estão sendo oferecidas pela municipalidade para a instalação de novas indústrias.....se já foi determinada localização de uma área industrial ou distrito industrial...se caso, qual a divulgação que está sendo dada... considerando não só o elevado índice de desemprego em geral. Dirigido ao prefeito municipal.[68]
> ....Hildo Caspary...referiu-se ao problema da industrialização de Santa Cruz do Sul, manifestando sua preocupação de que poderá, com a progressiva mecanização, diminuir ainda mais o aproveitamento da mão –de –obra , porque já atualmente se constata uma grande dificuldade de empregos. E reiterou a sugestão de que se motivem grupos interessados na instalação de indústrias no município.[69]

A presença dos estrangeiros na comunidade não despertava nenhuma antipatia, como demonstravam as reportagens do jornal Gazeta durante neste período. A elite sabia da importância dessas empresas para o desenvolvimento econômico de Santa Cruz do Sul:

> Presidente da Reemtsma vista Santa Cruz
> … Sr. Rudolf Sahlenker presidente da Reemtsma Cigaretfenfabriken, de Hamburgo, grande acionista da Cia. de fumos Santa Cruz e que desde 1967, empresta a sua colaboração técnica à mesma (…). O principal objetivo desta visita do Sr. Schlemker (…) lançamento da nova usina de beneficiamento de fumo em Santa Cruz, que está sendo construída (…). Por sua vez, o sr. Schlemker ficou impressionado com as atuais instalações da fábrica de cigarros de Santa Cruz e, principalmente com a eficiência dos técnicos e operários brasileiros no manejo das ultra-modernas máquinas (…) existentes na Cia e as ampliações que estão sendo feitas…[70]
> (…)
> Enquanto as fábricas de cigarros e as companhias beneficiadoras de fumo em folha para exportação já estão iniciando a receber a safra 70/71, também já estão chegando aqui os primeiros importadores estrangeiros do "Brasilian Tabacco", que já alcançou fumo em todo o mundo, principalmente o produzido na região de Santa Cruz. (…) No hotel Charrua desta cidade já estão hospedados dezenas de americanos, inglesas, alemães, holandeses, belgas e franceses que estão aqui para comprar o excelente fumo. Além de utilizar o fumo na fabricação de cigarros nacionais, cerca de 50 % do fumo aqui produzido é exportado, pois dada a alta qualidade do fumo cultivado (…) De dois anos para cá, aqui se estabeleceram os maiores grupos mundiais

[68] Câmara Municipal de vereadores de Santa Cruz do Sul. Ata 23° , Reunião Ordinária de 09-11-1970, folha 2.
[69] Câmara Municipal de vereadores de Santa Cruz do Sul. Ata 23° , Reunião Ordinária de 09-11-1970, folha 4.
[70] Gazeta do Sul, 13 de maio de 1970, ano 26 nº 38.

> do ramo do tabaco, fazendo grandes inversões e trazendo riqueza e empregos.[71]

O papel desempenhado pelo capital estrangeiro na política e na economia na comunidade de Santa Cruz do Sul é percebida pela a elite política como uma força econômica superior, e, assim, articula uma estratégia de fortalecimento de sua identidade da cultural regional. De acordo com Vogt (1997):

> A conjuntura sucintamente exposta deixou o empresariado local, que se dedicava à comercialização e beneficiamento do tabaco, sem grandes opções. Assim que uma razoável proposta fosse feita, desfaziam-se dos seus negócios. Não esboçaram nenhum tipo de resistência que pudesse ter qualquer conotação com sua suposta divergência de interesses de uma burguesia nacional frente ao capital monopolista financeiro internacional. A transnacionalização do setor deu-se, via de regra, através de um processo gradual de compra: inicialmente o consórcio multinacional injetava recursos em determinada empresa local, ao adquirir parte das ações desta; posteriormente assumia o controle acionário, total ou majoritário do empreendimento, quase sempre mantendo os antigos proprietários ou seus descendentes nas unções administrativas e gerenciais do estabelecimento. (Vogt, 1997: 133)

A manutenção dos antigos donos foi à estratégia dos grupos estrangeiros para garantir praticamente todo o apoio da elite econômica de Santa Cruz do Sul. A pesquisa realizada por Cadoná (2002), mostra que os empresários apoiaram, sem restrições, a entrada do capital estrangeiro na economia fumageira. Esse processo foi possível pela maturidade da articulação *"do local com o global"*, na esfera econômica, política e sócio-cultural.

Do ponto de vista econômico, o engajamento da comunidade em torno da econômica fumageira, é incentivado pela elite com políticas públicas de desenvolvimento regional com a compra de sementes de fumo de melhor qualidade, a

[71] Gazeta do Sul, 27 de Janeiro de 1971 nº 07 ano 27

construção da ferrovia, a articulação em torno da rodovia, a inclusão de Santa Cruz do Sul nos programas de desenvolvimento industrial do estado e do país visando, assim, aumentar a capacidade produtiva da indústria local.

Do ponto de vista político, a elite local se articulava com o governo federal e estadual em três fases: a problemática relação com o PRR e o governo Vargas (1930 – 1945) com sua política nacional de homogenização do Estado brasileiro; os complicados anos de 1945 a 1964, que teve no movimento pela legalidade e o golpe militar; a adesão ao regime militar que deu as bases para a entrada acelerada do capital estrangeiro, a partir de 1966, e que possibilitou, do ponto de vista político, a aceitação da política econômica nacional voltada à abertura para o capital estrangeiro.

Do ponto de vista sócio-cultural, a tradição do imigrante alemão, reforçada pela comunidade e suas instituições, vinculavam o sucesso na economia fumageira com tradição germânica. Neumann (2005), afirma que a predominância de imigrantes de mesma etnia na região contribuiu para a especificidade na economia fumageira. Esse ponto foi reforçado pelas fumageiras na Festa Nacional do Fumo e pelas instituições da sociedade civil como a ACI, o Sindifumo, a Afubra amplamente divulgada pela Gazeta. A elite política de Santa Cruz do Sul engajou-se, abrindo as portas da comunidade para o capital estrangeiro, deste modo reforçando a tese de Baumam (2005): “na modernidade, a condição do local é estar aberta ao global”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação histórica da elite política de Santa Cruz do Sul, sobretudo a do setor fumageiro possui sua especificidade nas relações políticas, econômicas e sociais. O mecanismo de reprodução dessa elite esteve assentado sobre um capital cultural voltado ao comunitarismo de tradição germânica que vinculava o sucesso da economia fumageira a sua origem étnica. Essa estrutura moldou os posicionamentos da elite política e fomentou o engajamento em torno do processo de modernização da economia de Santa Cruz do Sul.

O germanismo, que foi a principal força cultural para o engajamento da comunidade em torno do desenvolvimento da economia fumageira. As condições geográficas da colônia, associadas à necessidade de especialização de um produto rentável e de fácil transporte, tornou o fumo o principal produto da comunidade.

Nesse contexto, o processo de industrialização passa a ser posto em prática como política de desenvolvimento regional. Esse engajamento foi visível a partir de 1917 com a fundação da ACI, que possuía uma política específica de desenvolvimento do comércio e da indústria de Santa Cruz do Sul. Nesse mesmo período o capital estrangeiro começa aos poucos entrar em Santa Cruz do Sul, com a instalação de uma empresa. Sem despertar antipatia na comunidade o capital estrangeiro vai conquistando terreno no campo político, cultural e econômico de Santa Cruz do Sul. As inovações na área de tecnologia e na área administrativa vão sendo assimiladas pela elite política e econômica de Santa Cruz do Sul.

A partir da II Guerra Mundial, Santa Cruz do Sul teve seu parque industrial modificado significativamente, reforçando a identidade regional do empreendedorismo do imigrante. É nesse contexto que começa a organização da festa do centenário da imigração alemã, mas como a conjuntura nacional e internacional era marcado pelo afastamento do discurso étnico a festa teve sua única edição e não foi mais organizada. No seu lugar, a elite política passou a organizar a Festa Nacional do Fumo (Fenaf) como mecanismo de projeção da economia fumageira no país.

Nesse contexto percebemos que o debate em torno da Fenaf teve duas fases: a primeira a partir de 1949 até 1965, de debate e de divergências, pois estava sendo planejada em detrimento a criação da festa da imigração alemã, tendo uma ação periférica da elite política e econômica nesse período. Na sua segunda fase a partir de 1965 de engajamento da elite política e econômica de Santa Cruz do Sul em função do

processo de acelerada inserção do capital internacional promovido pela política econômica do regime militar.

A Fenaf foi simbólica em três pontos. Em primeiro lugar desloca o discurso germanista combatido por Vargas na campanha de nacionalização, visto que a elite política rejeitou a construção do parque do centenário de imigração alemã em 1949. Em segundo lugar, prepara o terreno para o apoio da opinião pública no processo de acelerada internacionalização da economia fumageira. Esse processo passa a ser fundamental para a aceitação do capital estrangeiro, pois a comunidade e as suas instituições já tinham clara a importância da modernização do parque industrial para a projeção de seu principal produto, e a atração de capital estrangeiro era fundamental para esse processo. Em terceiro lugar, o evento é utilizado pelas multinacionais para promover a cultura germânica progressivamente em Santa Cruz do Sul. Para as empresas internacionais, fortalecer a identidade regional ou incentivar que a elite política e econômica reforçasse a cultura local tornava as empresas maiores frente a comunidade. Para uma multinacional era mais interessante que os setores da elite política tivesse maior identidade como santa-cruzense do que como brasileiro. Frente ao Brasil a empresa multinacional é pequena, mas frente a Santa Cruz do Sul ela teria um peso simbólico maior.

A estruturação de instituições como a ACI, representa um novo estágio na organização social da comunidade. A elite política e econômica possui com ela um projeto especifico de modernização do comércio e da industria local. A fundação do Sindifumo identifica a consolidação do parque industrial voltado a economia fumageira

e ainda nos permite perceber como os industriais do ramo fumageiro defenderam seus interesses setoriais. A fundação da Afubra serviu de base para os principais representantes da elite política local na década de 1950 e 1960, justamente nos períodos de acelerada internacionalização da economia fumageira. A entidade se dobrou frente a forte tradição comunitária e tornou-se uma entidade que tem como finalidade fortalecer a economia fumageira até mesmo acima dos interesses dos próprios agricultores.

Na comunidade de Santa Cruz do Sul a elite política foi levada a superar seus posicionamentos arcaicos para a inovação, bem como a comunidade teve que extinguir certos laços culturais inadequados à racionalidade do sistema econômico com a motivação de inovações favoráveis ao empreendedorismo. A sociedade de Santa Cruz do Sul passou a ficar mais complexa na medida que seu parque industrial se dinamiza e a economia se articula com o mercado nacional e internacional. Nesse sentido, os elementos tradicionais passam a vigorar somente no interior da comunidade, que responde como mecanismo de defesa e proteção de sua identidade cultural.

A elite política de Santa Cruz do Sul ao abrir espaço para a inserção do capital internacional vão se tornando reféns delas. Esse é o preço a ser pago para que a economia fumageira adquirisse novas técnicas de produção, pois a capacidade de inovação e de expansão econômica foi adquirindo diferentes níveis de maturação, que no processo de inserção do capital internacional já se encontra presente na cultura de Santa Cruz do Sul e no discurso de sua elite política e econômica.

As entrevistas possibilitaram compreender o caráter comunitário da elite política e as estratégias de articulação com o capital internacional. Todos os entrevistados apoiaram o processo de internacionalização da economia fumageira, apontada para um consenso criado em torno do sucesso da economia local.

O jornal Gazeta foi o instrumento de comunicação direta entre a comunidade e a elite política de Santa Cruz do Sul. A construção da identidade através da consolidação da marca "Gazeta" foi um dos grandes trunfos da elite de Santa Cruz do Sul. Para a comunidade o jornal possuía credibilidade e em todas as entrevistas os membros da elite política e econômica sempre se referiam com satisfação ao jornal.

A internacionalização da economia fumageira foi, portanto um complexo mecanismo de transformação social assentada sobre uma ética voltada ao empreeededorismo de tradição germanista em uma comunidade do interior do Rio Grande do Sul, em que sua elite esteve engajada em todas as fases da articulação do mercado regional/local com o global, através de uma heterogênea política interna e uma homogênea política de atuação na defesa da economia fumageira.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SANTA CRUZ DO SUL (ACI). Atas de reunião da diretoria. Santa Cruz do Sul. 1917 a 1968.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática, esfera pública e participação local. Sociologias, POA, ano 1, nº 02, jul/dez 1999, p. 18-43.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961–1964. 7ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

_____. Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BENKO, Georges. A Ciência Regional. Tradução de Antônio Gonçalves. Oieras: Celta Editora, 1999.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. Dicionário de política. 4ª ed. Brasília: EDUnB, 1992.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BOTTOMORE, T. B. As elites e a Sociedade. Tradução de Otávio Guilherme C. A. Velho. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1965.

CADONÁ, Marco André. Expansão e Consolidação do Capitalismo e Formação da classe Industrial em Santa Cruz do Sul (1940 a 1976). 120f. Relatório de Pesquisa (Departamento de Ciências Humanas – Núcleo de Pesquisa Social. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Santa Cruz do Sul, 2002).

_____. Dos Bastidores ao Centro do Palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem. A elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume – Dumará, 1996.

CERVO, Amado L. e BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1992.

COUTO, Ronaldo Costa. História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964 – 1985. 2ª ed. Rio de janeiro: Record, 1999.

DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1981.

DREIIFUSS, René A. A conquista do Estado l964: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Editora Vozes, l981.

DUMA, Jean. Sobre as elite: abordagem historiográfica. Tradução Flávio M. Heinz. Revista História UNISINOS. São Leopoldo. v. 07. nº 08, 2003. p. 89 -103.

DURKHEIM, Émile. Émile Durkheim: sociologia / organização, José Albertino Rodrigues; coordenação, Florestan Fernandes; tradução, Laura Natal Rodrigues. Grandes cientistas sociais. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaios de Interpretação Sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1976.

FREUND, Julien. A Sociologia de Weber. 4a edição, Rio de Janeiro, Forense, 1987.

FURTADO, Celso. Celso Furtado: Economia. Organizador [da coletânea] Francisco de Oliveira. São Paulo: Àtica, 1983. (Grandes cientistas sociais; nº 33), 1983.

GERTZ, René. O perigo alemão. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1991.

GODINHO, R.; MONTALI, L.; CAMARGO, C. Estudos de População – IV Santa Cruz do Sul. Estudo de Caso: Dinâmica Populacional, Transformações Sócio-Econômicas, atuação das instituições. São Paulo, CEBRAP, 1980.

GONÇALVES Neto, Wencelau. Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRODIN, Jean. Introdução à Hermenêutica Filosófica. São Leopoldo. Unisinos, 1998.

HAGEN, Everett E. Economia do desenvolvimento. 2v. São Paulo: Atlas, 1971.

HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elite. Revista Logos (ULBRA). Canoas. v. 11, nº 01. Maio 1998. p. 41-52.

_____. Perfil da elite Política Regional: Estudo do Município de Santa Cruz do Sul. Relatório de Pesquisa. Departamento de Ciências Humanas (UNISC). 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. História: coleção grandes cientistas sociais 51. Maria Odila Leite da silva Dias (org). São Paulo: Ed. Ática, 1985.

HOBBES, Thomas. Leviatã: ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Tradução Rosina D'Angrina. São Paulo: Ícone, 2000.

HOBSBAWN, Eric J. Sobre História; tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOB, Luciana da Costa. Os colonos do fumo: Tobacco pay my bills. Estudo antropológico sobre política, etnia e identidade no Universo da Agricultura Familiar Fumageira em Santa Cruz do Sul Vale do Rio Pardo – RS. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2003.

JORNAL GAZETA DO SUL. Santa Cruz do Sul. 1945 a 1968.

KRAUSE, Silvana. Migrantes do Tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República velha. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

_____. Economia, política e religião em Santa Cruz do Sul na República Velha. 1991. 259f. Dissertação (Programa de Mestrado em Ciências política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 1991.

LASCH, Christopher. A rebelião das elites e a traição da democracia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

LASSWELL, H e LERNER, D. As elites Revolucionárias. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

LUCA, Tania Regina de. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: UNESP, 1999.

LUDWIG, Alfredo. Centenário da colonização de Santa Cruz do Sul (1849-1949). Santa cruz do Sul, manuscrto original do AHCH, (1949).

MALTEZ, José Adelino. Princípios de Ciência Política: Introdução à Teoria Política. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996.

MILLS, C. Wright. A elite do Poder. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

MINUZZI, Marcus Vinícius. O fumo na folha do jornal: realidades em construção pela trama do discurso jornalístico – o caso Gazeta do Sul e o complexo agroindustrial fumageiro. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC: Santa Cruz do Sul, 2002.

MONCADA, L. Cabral de. Filosofia do direito e do Estado: parte histórica. 2ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

MONTALI, Lilia. Do núcleo Colonial ao Capitalismo Monopolista. Produção de fumo em Santa Cruz do Sul. 1979.167f. (Dissertação de Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 1979.

MOREIRA, Vânia M. L. Nacionalismos e Reforma Agrária nos anos 50. Rev. bras. Hist. vol.18 n.35, São Paulo 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 04 set. 2004.

MOSCA, Gaetano. História das doutrinas políticas desde a antiguidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1975.

NEUMANN, Marines Teresinha. Narrativas Identitárias e Associativismo de tradição germânica na região de Santa Cruz do Sul: O discurso da identidade regional

(1850 – 1950). 2005. 157f. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, 2005.

PARETO, Vilfredo. Manual de economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930 – 1983. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PESAVENTO, Sandra História da indústria sul-rio-grandense. Porto Alegre: Riocell, 1985.

PRADO, Caio Junior. A questão agrária no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

PUTNAM, Robert D. comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RANGEL, Ignácio. Economia: milagre e anti-milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1985.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço técnica e tempo razão e emoção. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SCHMIDT, João Pedro. Capital Social e Participação política em Santa Cruz do Sul, 2004 <http://www.unisc.br> acessado em Maio de 2005.

_____. Comportamento eleitoral e ideologias em Santa Cruz do Sul: o nazismo, o integralismo e a esquerda, 2004. <http://www.unisc.br> acessado em Maio de 2005.

_____. Continuísmo e conservadorismo nas eleições de Santa Cruz do Sul, 2004. <http://www.unisc.br> acessado em Maio de 2005.

SILVA, Mozart Linhares da. O império dos bacharéis: o pensamento jurídico e a organização do Estado – nação no Brasil. Curitiba: Juruá, 2003.

_____. Direito e medicina no processo de invenção do anormal no Brasil. IN: História, medicina e sociedade no Brasil. Mozart Linhares da Silva (org). Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

_____. A Racionalização da Violência Penal e o Movimento Codificador no século XIX: o Caso Brasileiro. In: GAUER, Ruth Maria Chittó e GAUER, Gabriel Chittó (Orgs.). Fenomenologia da Violência. Curitiba: Juruá, 1999. (p. 93-123).

SILVEIRA, Rogério Leandro L. Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003

_____. O Conceito de Região e a Geografia. Revista Redes. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2003. p. 9-22.

SIMMEL, Georg. Simmel: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais 34. Evaristo de Moraes Filho (org). São Paulo: Ática, 1983.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. 2ª ed. Tradução: Márcio Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TAVARES, Maria da conceição. O grande salto para o caos: e economia política e a política econômica do regime autoritário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

TEICHMANN, Suzana Maria. Desenvolvendo o turismo: o resgate histórico da FENAF – Festa Nacional do Fumo – em Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

TÖTO, Pertti. Ferdinand Tönies, um Racionalista Romântico. In MIRANDA, Orlando. Para Ler Ferdinand Tönies. Edusp. São Paulo, 1995.

VOGT, Olgário. A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849 – 1993). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

_____. Imperialismo: a face oculta do germanismo. In: Centro de Estudos Marxistas. As portas de Tebas: ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 67-111.

WEBER, Max: Weber: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais 13. Gabriel Cohn (org). São Paulo: Ática, 1983.

_____. Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima. In: Cohn, Gabriel. Weber. São Paulo, Ática, 1986.

_____. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WINK, Ronaldo. Santa Cruz do Sul: urbanização e desenvolvimento. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS[72]

[72] Roteiro de entrevistas realizadas com representantes da elite política e econômica em Santa Cruz do Sul no projeto de pesquisa "Expansão e Consolidação do Capitalismo e Formação da classe Industrial em Santa Cruz do Sul" e cedidas pelo pesquisador responsável Prof. Marco André Cadoná para a elaboração desta dissertação.

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM REPRESENTANTES DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO EM SANTA CRUZ DO SUL

Nome do entrevistado:

Explicar os objetivos da pesquisa:

A pesquisa que estamos realizando tem como objetivo compreender o desenvolvimento de Santa Cruz do Sul no período entre 1930 a 1970 a partir da perspectiva do empresário santa-cruzense. Nesse sentido, estamos levantando dados sobre a participação política dos empresários, suas preocupações em relação à economia do município, do Estado, do país; seus posicionamentos em relação aos principais acontecimentos do período, à dependência da economia santa-cruzense em relação à indústria do fumo; à crise da industria do fumo na década de 1960, à compra da maioria das industrias de fumo pelas multinacionais.

Gostaríamos de saber como o senhor acompanhou os acontecimentos políticos, econômicos, culturais, especialmente durante a década de 1960. Salientamos que a sua contribuição é fundamental para que possamos compreender melhor aquela década em Santa Cruz do Sul.

Perguntas:

1. Gostaríamos de começar ouvindo um pouco suas opiniões sobre as administrações públicas em Santa Cruz do Sul durante a década de 1960. Entre 1960 e 1970, Santa Cruz do Sul teve 03 prefeitos: Edmundo Hoppe (1960 - 1963), Orlando Baumhardt (1963 - 1968) e Edmundo Hoppe (1968 - 1973). Gostaria que o senhor falasse de cada uma dessas administrações:
    a) Primeiro Prefeito:
    b) Segundo Prefeito:
    c) Terceiro Prefeito:

2. Quais eram os principais partidos políticos durante a década de 60?

3. Os empresários santa-cruzenses tinham posicionamento político-partidário definido ou não se envolviam com a política local?

4. Havia divergências em relação aos partidos políticos entre os empresários santa-cruzenses? Ou poderíamos afirmar que de modo geral os empresários tinham as mesmas preferências político-partidárias?

5. Desde 1918, os empresários santa-cruzenses têm uma organização representativa: A Associação Comercial e industrial. Gostaria que o senhor fizesse uma avaliação da atuação política da Associação durante as décadas de 1950 e 1960: a Associação era respeitada pelos empresários locais? Era representativa dos empresários? Preocupava-se com as questões econômicas e políticas locais? Que tipo de preocupações tinha? Procurava intervir na política local, estadual, nacional? Como?

6. Na sua opinião, o empresário santa-cruzense durante a década de 1960 era um empresário consciente de seus interesses econômicos e políticos?

7. A partir de 1965 predominou o bipartidarismo (os dois partidos existentes, então, eram a ARENA e o MDB). Como os empresários em Santa Cruz do Sul se posicionaram em relação a esses dois partidos? Houve uma tendência de afirmação de um partido? Houve divisão?

8. Santa Cruz do Sul teve no fumo, desde sempre, uma de suas principais atividades econômicas. No final da década de 1950, o fumo respondia por mais de 50% da produção industrial do município. Essa dependência em relação ao fumo era avaliada, durante a década de 1960, como positiva ou negativa? Ou não se discutia essa questão entre os empresários (e mesmo entre a comunidade santa-cruzense)?

9. Que tipo de preocupação econômica os empresários santa-cruzenses tinham naquela época?

10. Em 1961, o governador Leonel Brizola liderou um movimento pela legalidade, defendendo que João Goulart assumisse o governo brasileiro com a renúncia de Jânio Quadros. Qual foi sua posição, na época, em relação:

    a) à eleição de Jânio Quadros? E os empresários locais?

b) à renúncia de Jânio Quadros? E os empresários locais?

c) ao movimento pela legalidade, liderado pelo governador Leonel Brizola? E os empresários locais?

11. Santa Cruz do Sul organizou um comitê em favor do movimento pela legalidade, sendo liderado pelo prefeito Edmundo Hoppe e outras lideranças locais (políticas e empresariais). Por que esse movimento foi organizado em Santa Cruz do Sul? Qual foi seu posicionamento em relação ao comitê? O senhor participou do comitê?

12. João Goulart, enquanto esteve no governo se comprometeu com um conjunto de reformas sociais, econômicas, políticas (chamadas de "reformas de base"). Qual foi sua posição em relação a essas reformas e em relação ao governo João Goulart?

13. 1964. Os militares assumem o poder. Na época, qual foi seu posicionamento em relação à "revolução de 1964?" E entre os empresários locais?

14. Os primeiros anos do governo militar foram marcados pelo controle político (em 1965, o governo – através do ato institucional nº 2 – restringe os partidos políticos, criando o bipartidarismo) e pela recessão econômica (até mais ou menos 1968). Que repercussões esses primeiros anos do governo militar tiveram em Santa Cruz do Sul? Qual era o posicionamento dos empresários santa-cruzenses em relação ao governo militar e a forma como conduzia política e a economia brasileira no período?

15. Setor da Economia em que o entrevistado atuava durante as décadas de 60/70:

a) agricultura

b) comercio

c) industria

d) serviços

e) outro. Especificar:

16. Cargos assumidos no período entre 1960 e 1976:

Cargos públicos:

a) Prefeito
b) Vereador
c) Secretário municipal
d) Outro. Especificar:

Cargos na sociedade civil:

a) Sim. Especificar:
b) Não

ANEXO 2

CONSELHOS MUNICIPAIS (CÂMARAS MUNICIPAIS)

1878 - 1983[73]

[73] Disponível na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul.

CONSELHOS MUNICIPAIS (CÂMARAS MUNICIPAIS) 1878 – 1983

Eleição - 05 de Agosto de 1878 - 1a. Câmara – 1ª Reunião em 15.10.1878.

- Joaquim José De Brito - Presidente

- Carlos Trein Filho

- Roberto Jaeger

- Germano Hentschke

- Jorge Julio Eichenberg

- José Lopes Simões

- Pedro Werlang

Posse - 07 de Janeiro de 1881 - 2a. Câmara

- Frederico Guilherme Bartholomay - Presidente

- João Pedro Koelzer

- Abrahão Tatsch

- Felipe Heuser

- Carlos Schutz

- Christiano Haar

- Rodolpho Neumann

Posse - 08 de Janeiro de 1883 - 3a. Câmara

- Frederico Guilherme Bartholomay - Presidente

- Abrahão Tatsch

- Felipe Heuser

- Joaquim José de Brito

- Luiz Bernhard

- João Fidêncio Simões Pires

- Francisco Ferreira Tavares Leiria

Posse - 07 de Janeiro de 1887 - Último Conselho do Império

4a. Câmara

- Joaquim José de Brito - Presidente

- Frederico Guilherme Bartholomay

- Abrahão Tatsch

- Luiz Bernhard

- Jorge H. Eichenberg

- José Werlang

- Felipe Mayer

Eleição - 15 de Outubro de 1891 - Período Republicano – Posse – 11.07.1892

1º Conselho Da República

- Abrahão Tatsch - Presidente

- Paulo Billig

- Frederico Strohschen

- Adão Jost

- Guilherme Hansel

- Jorge Frantz

- Christiano Schuck

* Conselho renuncia eEm 11/1891.

Junta Provisória administra Santa Cruz do Sul - 13 de Novembro de 1891

- Carlos Trein Filho – Presidente da Junta

- Felipe Heuser

- João Pedro Koelzer

- Bernardo G. Krische

- Fernando Tatsch Sobr.

- Manoel Taborda

- José Schuck

Intendente (hoje Prefeito)

Em 04.11.1892, é nomeado Intendente (hoje Prefeito) de Santa Cruz do Sul o Sr. João Leite Pereira da Cunha, que tomou posse aos 07.12.1892, empossado pelo Presidente da Câmara, Abrahão Tatsch. A partir de então a função do Executivo é exercida por um Intendente. Na mesma ocasião, aos 07.12.1892, é promulgada a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Sul, que foi convertida em Lei aos 24.10.1892.

Eleições - Ano de 1896

- Jorge Frantz - Presidente

- Frederico Strohschoen

- Guilherme Hansel

Assumindo os suplentes:

- João Fidêncio Koelzer

- Pedro José Koelzer

- Ernesto Zietlow

Eleição - 1o. de Setembro de 1897 e posse – 16.09.1897

- Frederico Strohschoen - Presidente

- Ernesto Wild

- Henrique Guilherme Eichenberg

- Serafim Waechter

- Theodoro Albrecht

- Pedro José Koelzer

- Guilherme Jaeger

Eleições - 08 de Agosto de 1900

- Vasco De Azevedo E Souza - Presidente

- Theodoro Albrecht

- Ernesto Wild

- Ricardo Grawunder

- Adão Werlang

- Guilherme Hansel

- Henrique Gessinger

Eleições - 30 de Outubro de 1904

- Felipe Jacobus Filho - Presidente

- Frederico Strohschoen

- Luiz Bernhard

- João Werlang

- Guilherme Frantz

- José Schuck

- Guilherme Geske

Eleições - 05 de Dezembro de 1909

- Rodolfo Eifler - Presidente

- Guilherme Frantz

- Ernesto Augusto Wild

- Roberto Gruendling

- Arthur Harth

- Huberto Hoesker

- Serafim Waechter

Eleições - 24 de Março de 1913

- Gaspar Bartholomay - Presidente

- Ernesto A. Wild Ferraz

- Salustiano Silveira

- Jorge Frantz

- José E. Riedl

- Roberto Gruendling

- João Nicolau Kliemann

Eleições - 02 de Setembro de 1917

- Jacob Doern 1.731 Votos

- Ernesto Augusto Wild Ferraz 1.725 Votos

- José Ernesto Riedl 1.646 Votos

- Joaquim Pedro da Silva Branco 1.625 Votos - Presidente

- José Etges Filho 1.569

- Guilherme Werlang 1.568

- Henrique Etz 1.553

Eleições - 07 Outubro de 1920

- Augusto Hennig - Presidente

- Jacob Doern Filho

- José Wohlgemuth Koelzer

- Pedro Augusto Simões Pires

- Bernardo Fischer

- João Nicolau Kliemann

- João Francisco Werlang

Eleições - Ano de 1924 - Empossados em 07 de Novembro de 1924.

- Guilherme Hildebrand - Presidente

- José Ernesto Riedl

- Pedro Augusto Simões Pires

- Pedro Werlang Sob.

- Jacob Doern

- Henrique Etz

- Guilherme Burmeister

Eleições - 07 de Outubro de 1928 -Foi feita recontagem dos votos em 23.11.1929

- Arthur Jaeger - Presidente

- Elemar Kroth

- Luiz Jochims

- João Carlos Frantz

- Guilherme Hildebrand

- Carlos Froehlich

- Bernardo Fischer

---

* José Wohlgemuth Koelzer foi o **Último Intendente** de Santa Cruz do Sul.

* Pelo decreto Nº 19.398, de 11 de Novembro de 1930, do Governo Provisório da República, foram dissolvidos os **Conselhos Municipais**. Com a Revolução de 1930 começa a época os **Prefeitos** Municipais.

* Em 1935 surge a Câmara de Vereadores propriamente dita.

Eleições - 17 de Novembro de 1935 - Empossados em 27.12.1935

- Arthur Carlos Kliemann - Presidente

- Helmuth Schuetz

- José Augusto Mergenen

- Adolfo Edmundo Hennig

- Reinaldo Bernardo Schmidt

- Acélio Affonso Correa

- Ricardo Hintz

---

* Em 10.11.1937 surge o "Estado Novo" e Getúlio Dorneles Vargas fecha o Congresso Nacional e Extingue os partidos políticos. Também as Câmaras são dissolvidas.

* Nova fase na política no Brasil: Presidente Getúlio Vargas é deposto Aos 29.10.1945.

* Na 1a. reunião ordinária do dia 27 de Novembro 1947, foi lido o Telegrama-Circular, comunicando a instalação da Câmara Municipal de Vereadores.

==========

Eleições - 15 de Setembro de 1947 - Empossados em 24.11.1947 (Rever Datas)

1a. Legislatura 1947 a 1951 - 13 Vereadores

- Willy Carlos Froehlich PSD – 1.330 Votos

- Reinaldo Bernardo Schmitt PSD - 917

- Helmuth Fuelber PSD - 696

- Lothar Stork PSD - 686

- Carlos Pedro Baumhardt PSD - 655

- Helmuth Bernhardt PSD - 465

- Arturo José Geller PSD - 428

- Bruno Agnes PSD - 297

- Afonso Theo Kothe PSD - 156

- Bernardo Backes PL - 373

- Olívio Fischborn ..PL - 290

- Benno Waldemar Assmann PTB - 358

- Armando Marx. PRP - 233

* Suplente Carlitos Eduardo Walter Kaempf assumiu, em 1947, no lugar de Bruno Agnes, por estar no exercício de Prefeito Municipal.

Eleições - 01 de Novembro de 1951 - Empossados em 01.01.1952

2a. Legislatura 1952 a 1955 - 13 Vereadores

- Alfredo José Kliemann PSD - 727 Votos

- Walter Paulo Germano Dreyer PSD - 568

- Lothar Stork PSD - 537

- Jacob Blesz PSD - 517

- Bruno Agnes PSD – 411

- João Birk PL – 337

- Lindolfo Ervino Bauermann PL - 325

- Ottomar João Muench PTB - 811

- Orlando Oscar Baumhardt PTB - 738

- Erich Kuentzer PTB - 541

- Nestor Frederico Henn PTB - 459

- Benno Waldemar Assmann PTB - 349

- Carlos Maurício Werlang PRP - 403

* Suplente Pedro Avelino Junges assumiu, em 01.01.52, no lugar de Alfredo José Kliemann, que solicitou licença. Em 13.10.1953 Patrik Francis Fairon assumiu no lugar de Pedro Avelino Junges.

Eleições - 03 De Outubro De 1955 - Empossados Em 31.12.1955

3a. Legislatura 1956 A 1959 - 13 Vereadores

- Euclydes Nicolau Kliemann PSD

- Lindolfo Bernardo Fuerstenau PSD

- Edgar Gruendling PSD

- Patrik Francis Fairon PSD

- Alvino Schmitt PSD

- Ottomar João Muench PTB

- Orlando Oscar Baumhardt PTB

- Emiliano José Limberger PTB

- Erich Kuentzer PTB

- Floriano Peixoto Azevedo De Menezes ..PL

- Guilherme Dorfey ..PL

- José Gassen PRP

- Henrique Becker PRP

Eleições - 08 de Novembro de 1959 - Empossados em 31.12.1959

4a. Legislatura 1960 a 1963 - 13 Vereadores

- Luiz Arthur Jacobus PTB - 873 Votos

- Quirino Pereira De Aquino PTB - 631

- Arthur Walter Kaempf PTB - 600?

- Júlio de Oliveira Vianna PTB - 583

- Ottomar Joao Muench PTB - 580

- Patrick Francis Fairon PSD - 929

- José Avelino dos Santos PSD - 642

- Bruno Agnes PSD - 595

- Harry Antônio Werner PSD - 529

- Carlos Aloysio Hoppe PL - 630

- Elemar Gruendling PL - 519

- Guilherme Dorfey PRP - 430

- Arno Ignacio Etges PCD - 331

* Suplente Floriano Peixoto Karan Menezes assumiu no lugar de Arthur Walter Kaempf (falecido em 25.07.61) e Edgar Gruendling no lugar de Bruno Agnes (falecido em 25.03.61).

Eleições - 10 de Novembro de 1963 - Empossados em 31.12.1963

5a. Legislatura 1964 a 1968 - 13 Vereadores

- José Avelino dos Santos PSD-UDN - 1.272 Votos

- Arno João Frantz. PSD-UDN - 1.117

- Edmundo Hoppe PSD-UDN - 889

- Benno João Kist PSD-UDN - 612

- Victor Frederico Baumhardt PSD-UDN - 579

- Sildo Paulo Goettert PSD-UDN - 576

- Jurgen Klemm PDC - 380

- Guilherme Dorfey PRP-MTR - 906

- Milton Bencke PRP-MTR - 341

- Ulisses Lourenço dos Santos PL - 274

- Roberto Hartungs PTB -1.001

- Júlio Oliveira Viana PTB - 667

- Glória Dulce Buglione PTB - 422

* Lucewal José Schiedeck assumiu várias vezes, alternando com o titular Ulisses Lourenço dos Santos.

---

* Ocorreu, no Brasil, revolução de 1964.

Eleições - 15 de Novembro de 1968 - Empossados em 31.01.1969

6a. Legislatura 1969 A 1972 - 13 Vereadores

- José Avelino dos Santos Arena - 2.412 Votos

- Arno João Frantz Arena - 1.732

- Guilherme Dorfey Arena - 1.503

- Normélio Egidio Boettcher Arena - 1.073

- Antonio Manoel de Borba Arena - 1.001

- Selfredo Stein Arena - 823

- Valberto Kaden Arena - 818

- Sildo Paulo Goettert Arena - 740

- Hildo Caspary Arena - 732

- Benno João Kist Arena -

- Elemar Gruendling MDB - 1.537

- Flávio Esteves Falleiro MDB - 584

- Isaura Vani Molz MDB - 534

* Affonso Manoel Werlang assumiu no lugar de Guilherme Dorfey, em 12.05.1969. Guy Woldemar Baumhardt assumiu no lugar de Valberto Kaden em 12.10.1970. José Antônio Rohlfes assumiu no lugar de Isaura Vani Molz em 19.12.69

Eleições - 15 de Novembro de 1972 - Empossados em 31.01.1973

7a. Legislatura 1973 a 1976 - 17 Vereadores

- Adroaldo C.de Oliveira Campos MDB

- Antonio Manoel de Borba Arena

- Ary Sulzbacher Arena

- Benno João Kist Arena

- Flávio Esteves Falleiro MDB

- José Antônio Rohlfes MDB

- Nasário Fuerstenau Arena

- Nestor Bunecker Arena

- Nilton Garibaldi MDB

- Normélio Egídio Boettcher Arena

- Orlando Eurico Piazera MDB

- Roberto Kuenzel. MDB

- Rubem Sergio Borba Arena

- Selfredo Stein Arena

- Sildo Paulo Goettert Arena

- Telmo José Kirst Arena

- Bruno Oswaldo Franke Arena

Eleições - 15 de Novembro de 1976 - Empossados em 31.01.1977

8a. Legislatura 1977 a 1982 - 19 Vereadores

- José Avelino dos Santos Arena

- Telmo José Kirst Arena

- Ary Sulzbacher Arena

- Rubem Sergio Borba Arena

- Benno João Kist Arena

- Sildo Paulo Goettert Arena

- Sonia Marli Kessler Arena

- Ildo Gilberto Muller Arena

- Licênio Renato Dick Arena

- Dalvo Arnaldo Paulus Arena

- Arno Romeu Rodrigues MDB

- Augusto Agenor Trevisan MDB

- Elíbio Rusch MDB

- Flávio Esteves Falleiro MDB

- Gastão Roberto Schmitt MDB

- Glória Dulce Jacobus MDB

- Lauro Froemming MDB

- Nilton Garibaldi MDB

- Rui Barbosa de Souza MDB

* Em 29.03.82 Orlando Schaefer assumiu no lugar de Licênio Renato Dick, já que seu virtual substituto Gunder Erineu Bender ocupava cargo em comissão no Executivo Municipal, mas ele assumiu no lugar de Orlando Schaefer em 13.09.82.

* Telmo José Kirst solicitou licença em 15.03.79, assumindo, em 19.03.79, Selfredo Stein.

Eleições - 15 de Novembro de 1982 - Empossados em 31.01.1983

9a. Legislatura - 1983 a 1988 - 21 Vereadores

- Nilton Garibaldi PDT

- Flávio Esteves Falleiro PDT

- Nestor Bunecker PDS

- José Avelino dos Santos PDS

- Zildo Francisco Rabuske PDS

- Sildo Paulo Goettert PDS

- Vergílio Felipe Peiter PDS

- Rudi Mueller PDS

- Hildo Ney Caspary PDS

- Sonia Marli Kessler Kist PDS

- Carlos Alberto Haas PDS

- Orlando Ignácio Backes PDS

- José Paulo Rauber Filho PMDB

- Ivo Cláudio Weigel. PMDB

- Donato João Glesse PMDB

- Alvino Gressler PMDB

- Sergio Ivan Moraes PMDB

- Cláudio Bruno Palombine Grehs PMDB

- Gastão Roberto Schmitt PMDB

- Lauro Froemming PMDB

- Doríbio Grunevald PMDB

* Com o falecimento de Rudi Mueller, assumiu Erni Wilges de 07.11.86 a 31.12.88.

* Com o falecimento de Ivo Cláudio Weigel, assumiu João Carlos de Almeida em 13.06.88.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo